

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Renata Marques de Oliveira Delage

O DIREITO À ANGÚSTIA:

as colunas de Clarice no JB como espaço político de uma subjetivação resistente.

**Juiz de Fora
Fevereiro de 2018**

Renata Marques de Oliveira Delage

O DIREITO À ANGÚSTIA:

as colunas de Clarice no JB como espaço político de uma subjetivação resistente.

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Comunicação e Poder

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana

Juiz de Fora

Fevereiro de 2018

Renata Marques de Oliveira Delage

**O direito à angústia: as colunas de Clarice no JB como espaço político de uma
subjetivação resistente**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª. Dra. Teresa Cristina da Costa Neves
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Aos sujeitos que se permitem sofrer e àqueles que,
mesmo felizes, são sensíveis à dor humana*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que estiveram presentes e me incentivaram ao longo desta jornada. Ao professor, orientador e amigo Wedencley Alves Santana, por suscitar em mim – e em tantos outros – os sentidos humanos mais potentes, da solidariedade e da inclusão social. Por lembrar que nunca devemos fechar os olhos à presença do outro. E por, mesmo nos momentos mais difíceis, não abrir mão desta orientação.

À professora Dra. Teresa Cristina da Costa Neves, por despertar, ainda no início da Graduação, meu amor pelo jornalismo literário, e pela ajuda e contribuição para a conclusão desta pesquisa.

Ao professor Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz, por aceitar prontamente participar desta banca.

Ao professor Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, por contribuir para a qualificação desta pesquisa e por nos fazer refletir e não nos conformar com as injustiças sociais.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF, pelo compartilhamento de conhecimento.

Aos colegas da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos (CDARA) da UFJF, por ouvirem minhas angústias acadêmicas e me incentivarem diariamente.

À minha mãe, Wanda, por vivenciar comigo absolutamente cada alegria e tristeza da vida, e, ao meu pai, Sebastião, por ter me possibilitado o privilégio dos estudos.

Ao Lucas, que está presente em cada linha deste projeto – e em todos os outros – tornando meus dias felizes e especiais.

Mas angústia faz parte: o que é vivo, por ser vivo, se contrai.
(Clarice Lispector)

RESUMO

O presente trabalho parte do entendimento essencial de que a percepção da dor é construída histórica e socialmente para investigar o discurso da escritora Clarice Lispector sob a luz de uma subjetivação em transformação. Levantamos uma questão bem específica: que sentidos de dor e sofrimento são mobilizados por Clarice nas crônicas publicadas no *Jornal do Brasil*? Que disputas de sentido são travadas nas páginas daquele jornal que colaboram com as reflexões sobre o que é o sujeito da atualidade? Sob o ponto de vista da Análise do Discurso, serão analisados enunciados extraídos de crônicas da autora, publicadas em sua coluna semanal no *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1967 e 1973, e que integram o campo semântico da dor, do sofrimento e da angústia. Nossa hipótese é de que, naquele espaço da coluna, que mantinha com o jornal e o jornalismo da época uma relação intertextual e interdiscursiva, a autora pode ter vocalizado outros modos de subjetivação em relação àqueles que iriam se afirmando na época, principalmente, no que diz respeito às enunciações sobre o mal-estar nas sociedades contemporâneas. O pressuposto é de que, ao nos interrogarmos sobre a dor e o sofrimento e seus sentidos para o sujeito, podemos encontrar as próprias pistas que marcam os modos de subjetivação de uma dada época. A pesquisa passa pela história da crônica e pelas transformações do jornalismo no país na metade do século XX; por sentidos recorrentes na obra da autora; pelas transformações nos modos de enxergar o sujeito e também os sofrimentos que o acometem. A análise se inicia com um breve estudo lexicográfico, para, em seguida, tratar das metáforas da dor e do sofrimento e da presença do “outro” nas crônicas analisadas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Clarice Lispector. Crônica. Sujeito. Sofrimento.

ABSTRACT

The present work starts from the essential understanding that the perception of pain is built historically and socially to investigate the discourse of the writer Clarice Lispector in the light of a subjectivation in transformation. We raise a very specific question: what meanings of pain and suffering are mobilized by Clarice in the chronicles published in *Jornal do Brasil*? What disputes of meaning are played in the pages of that newspaper that collaborate with the reflections on what is the subject of the present? From Discourse Analysis point of view, we will analyze statements taken from the author's chronicles, published in her weekly column in *Jornal do Brasil*, between 1967 and 1973, and which are part of the semantic field of pain, suffering and anguish. Our hypothesis is that, in that space of the column, which maintained an intertextual and interdiscursive relationship with the newspaper and journalism of the time, the author may have voiced other modes of subjectivation in relation to those who would assert themselves at the time, respect to the enunciations about the malaise in contemporary societies. The assumption is that, when we interrogate ourselves about pain and suffering and its senses for the subject, we can find the very clues that mark the modes of subjectivation of a given time. The research goes through the history of the chronicle and the transformations of journalism in the country in the middle of the twentieth century; through recurrent meanings in the work of the author; through the transformations in the ways of seeing the subject and also the sufferings that affect him. The analysis begins with a brief lexicographic study, to then deal with the metaphors of pain and suffering and the presence of the "other" in the analyzed chronicles.

Keywords: Discourse Analysis. Clarice Lispector. Chronic. Subject. Suffering.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|-------------------------------|----|
| Figura 1 – Nó Borromeano..... | 53 |
|-------------------------------|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 CRÔNICA E CLARICE | 15 |
| 2.1 CRÔNICA | 15 |
| 2.2 CLARICE | 26 |
| 2.3 AUTORIA NO DISCURSO..... | 33 |
| 3 AS MUTAÇÕES DO SUJEITO | 36 |
| 3.1 O SUJEITO E AS TECNOLOGIAS DE SABER E PODER | 37 |
| 3.2 O SUJEITO NO DISCURSO | 45 |
| 3.3 SUJEITO E CONTEMPORANEIDADE..... | 57 |
| 4 O SOFRIMENTO E O SUJEITO CONTEMPONÂNEO..... | 65 |
| 4.1 SOFRIMENTO E SUJEITO | 66 |
| 4.2 SOFRIMENTO E INDIFERENÇA | 73 |
| 4.3 SOFRIMENTO E PODER | 76 |
| 4.4 ESPAÇO DE OBSERVAÇÃO DO SUJEITO E DO SOFRIMENTO | 84 |
| 5 ANÁLISE | 88 |
| 5.1 UM BREVE ESTUDO LEXICOGRÁFICO DA DOR E DO SOFRIMENTO | 89 |
| 5.1.1 Lexicografia e discurso | 90 |
| 5.1.2 A escolha do corpus | 92 |
| 5.1.3 Das regularidades | 94 |
| 5.1.4 Das irregularidades | 96 |
| 5.1.5 Considerações sobre o breve estudo lexicográfico | 99 |
| 5.2 METÁFORAS CLARICEANAS | 100 |
| 5.2.1 A potência da dor | 104 |
| 5.2.2 Dor e prazer | 109 |
| 5.2.3 A dor se torna silêncio | 113 |
| 5.3 O OUTRO NA DOR | 118 |
| 5.3.1 A construção discursiva do outro | 121 |

| | |
|---|------------|
| 5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METÁFORAS DA DOR E DO SOFRIMENTO E O OUTRO NO DISCURSO | 127 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 129 |
| 7 REFERÊNCIAS | 133 |

1 INTRODUÇÃO

Clarice Lispector dizia ser a palavra seu “domínio sobre o mundo” (LISPECTOR, 1999, p. 101). É certamente por meio dela que buscamos nossos modos de significar tudo aquilo que nos rodeia. Acreditamos ser possível encontrar na linguagem, sempre atravessada pela história, algumas das respostas para questões que nos parecem caras: como o “eu” é construído na atualidade? Poderiam ser as transformações da subjetivação contemporânea antecipadas, antevistas? Houve alguma resistência a essas transformações? As mudanças na percepção da dor e do sofrimento nos ajudariam a responder tais questionamentos?

Michel Pêcheux (2002) sugeria, numa obra de 1975, que os processos de interpelação do indivíduo em sujeito de um discurso não eram homogêneos. Haveria “os bons sujeitos” da ideologia, aqueles que nutrem com ela uma completa identificação, e outros que, no entanto, passariam por processos de desidentificação, isso porque, argumentaria posteriormente, a ideologia falha.

Mais tarde, em 1982, Jean-Jacques Courtine (2009) acentuaria, a partir do conceito de enunciado dividido, a heterogeneidade como uma marca constitutiva das formações discursivas, atravessadas por outras, contraditórias ou concorrentes. O que implica na própria heterogeneidade que marca as posições ocupadas pelos sujeitos.

Um pouco antes, na década de 1970, Michel Foucault (2008) veria no poder a própria condição da resistência. Ele tratava das formas de normalização empreendidas pelo poder disciplinar e pelo biopoder. Para Foucault (1979), o poder não é algo unitário, tem formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. É antes uma prática social e, com isso, qualquer luta que se trave em seu âmbito é resistência dentro da própria rede de poder.

A partir dos três autores, podemos perceber que os processos de subjetivação (precedidos pelo assujeitamento ao simbólico e ao político) são complexos, e que no próprio movimento de afirmação de um poder ou ideologia os sujeitos podem vocalizar modos de resistência ou desidentificação.

Partindo do entendimento essencial de que a percepção da dor é construída histórica e socialmente, propomos a investigação do discurso da escritora Clarice Lispector sob a luz de uma subjetivação em transformação. Para isso, levantamos uma questão bem específica: que sentidos de dor e de sofrimento são mobilizados por Clarice? E, em um sentido mais amplo, que sujeitos emergem a partir do significante “dor” e suas tantas metáforas nas crônicas publicadas por Clarice no *Jornal do Brasil* (JB), entre os anos de 1967

e 1973 (reunidas na obra, lançada após sua morte, “A Descoberta do Mundo” [1999])? Que disputas de sentido são travadas nas páginas daquele jornal que colaboram com as reflexões sobre o que é o sujeito da atualidade? O pressuposto é de que, ao nos interrogarmos sobre a dor e o sofrimento e seus sentidos para o sujeito, podemos encontrar as próprias pistas que marcam os modos de subjetivação (ou assujeitamentos) de uma dada época.

Interrogamo-nos sobre as posições discursivas ocupadas por ela nas colunas do JB e levantamos a hipótese de que, naquele espaço da coluna, que mantinha com o jornal e o jornalismo da época uma relação intertextual e interdiscursiva, a autora pode ter vocalizado outros modos de subjetivação em relação àqueles que iriam se afirmando na época, principalmente, no que diz respeito às enunciações sobre o mal-estar nas sociedades contemporâneas.

Entramos, assim, em um campo ideológico complexo, que levanta questões a respeito de um sujeito de interioridade esvaziada e temporalidade reduzida, que se vê ligado a uma sociedade cujo desengajamento é forte característica e imerso em relações cada vez mais distantes e voláteis. Onde, de certa forma, vai se reafirmando um sujeito do consumo, por um lado, e da medicalização, por outro, mas que, como em duas séries discursivas que se encontram, resultarão, cada vez mais, num processo de medicação intensiva, que marca uma nova maneira de lidar com a dor e o sofrimento. Enfim, que marca novos modos de relação do sujeito com o próprio corpo e o bem - ou mal - estar psíquico.

A priorização de uma individualidade cada vez mais pronunciada contribui para que os indivíduos busquem expelir a dor, a qualquer custo. Sob essa perspectiva, sentir dor seria o mesmo que deixar transparecer as impotências do sujeito na busca por um completo bem-estar. O que já foi visto como algo natural e até mesmo fundamental à existência humana, podendo relacionar-se à capacidade de reflexão, criação e potência, passa a ser inaceitável.

Importante ressaltar desde já que não nos interessará discutir a genialidade do indivíduo Clarice Lispector ou suas singularidades autorais – muito já explanadas nas teorias literárias – mas nos interrogar sobre um sujeito que vocaliza sentidos próprios de seu tempo, identificando-se ou desidentificando-se com as ideologias que se atrelam às formações discursivas circulantes e hegemônicas. Falamos, aqui, das relações de poder que permeiam a sociedade e de como os processos comunicacionais a elas se relacionam. Desestabilizar tais sentidos cristalizados é a função primordial do analista do discurso.

Acreditamos que a Análise do Discurso (Pêcheux-Orlandi) nos dará instrumentos para trabalhar não apenas com o que a linguagem quer dizer, mas com “como” ela funciona.

Vale lembrar que a AD dita francesa surge nos anos 1960, em um momento em que, com o progresso da Linguística, já era possível considerar o sentido apenas como “conteúdo”.

Para Michel Pêcheux (1988), discurso é efeito de sentido entre interlocutores. Imaginemos que, sobre um texto, agem inúmeros elementos de fora, que interferem e agem a todo tempo nessa interlocução (memória, história, compreensão da língua, ideologia). Assim, “o trabalho do analista é em grande medida situar (compreender) – e não refletir – o gesto da interpretação do sujeito na produção do dizer e expor seus efeitos de sentido”. (ORLANDI, 2004, p. 24). Nota-se que, aqui, falamos em efeitos, pois, ainda que os sentidos existam de fato, e são vários, só podemos supor que os alcançamos ou que deixamos transparecer parte de seu processo de significação, através de sua opacidade. Seu fechamento é ilusório, só temos os efeitos.

Após esta introdução, considerada o primeiro capítulo desta dissertação, dedicaremos o segundo capítulo ao nosso objeto de pesquisa. Discorreremos sobre a crônica e sua adaptação ao país, afirmando-se como importante espaço de observação de sentidos que constituem o sujeito brasileiro, e sobre as transformações na imprensa nacional até o período em que foram publicadas as crônicas que analisaremos. Também discorreremos sobre a autora Clarice Lispector, explorando, sobretudo, os principais sentidos que permearam sua obra. Será necessário, neste momento, debater brevemente a questão da autoria quando tratada no terreno da teoria do discurso.

No terceiro capítulo desta dissertação, voltaremos nossa atenção ao sujeito. Refletiremos sobre as transformações nas formas de perceber os indivíduos, uma vez que, ao se depararem com novas racionalidades e estratégias de saber e poder, estes se deparam também com novas configurações da verdade. Pensaremos as práticas sociais e as relações de poder na constituição dos indivíduos, bem como atentaremos para as implicações da linguagem nesse processo, trazendo à discussão as características atribuídas ao sujeito da atualidade.

O quarto capítulo se dedicará a pensar os sofrimentos que acometem o sujeito. Passaremos por reflexões de grandes pensadores sobre a temática, expondo também suas transformações. Destacaremos, sobretudo, as perspectivas que lançam olhar atento aos males do sujeito da atualidade, discutindo questões como a fluidez dos laços sociais, a precariedade dos processos de simbolização e os males da insuficiência que perturbam o sujeito.

Por fim, o quinto capítulo contemplará a análise. Um breve estudo lexicográfico sob o ponto de vista discursivo introduzirá a análise, levantando regularidades e diferenças

dos sentidos de “dor” e “sofrimento” circulantes nos dicionários brasileiros ao longo do tempo. A análise das crônicas se dará em dois momentos. O primeiro tratará das metáforas discursivas atreladas ao campo semântico dos sofrimentos, dores e angústias, e como este se associa aos sentidos de potência, prazer e silêncio no corpus analisado. Já no segundo momento, o “outro” no discurso clariceano será pensado, com o auxílio do efeito-leitor, a fim de explorarmos como se dá a construção discursiva do outro em tal discurso.

2 CRÔNICA E CLARICE

As crônicas que analisaremos neste trabalho foram escritas por Clarice Lispector, entre os anos de 1967 e 1973, e publicadas em sua coluna semanal no *Jornal do Brasil*, na página dois do Caderno B. Todas elas foram reunidas posteriormente na obra “A descoberta do mundo” (1999).

Justamente por sabermos que o que nos interessa em nossa análise é o discurso vocalizado pela escritora, não poderemos deixar de passar por aspectos que julgamos essenciais em relação à crônica, a Clarice e, conseqüentemente, à questão da autoria quando transitamos pelo terreno da teoria do discurso. A história do gênero, sua natural e particular ambientação no Brasil, a influência dos literatos nos jornais, sua evolução até os dias de hoje, bem como alguns dos embates em torno de sua relevância, serão contemplados na primeira parte deste capítulo.

Já em relação a Clarice Lispector, embora não tenhamos feito esforços para omitir as passagens pessoais da vida da escritora – algo muito mencionado em obras relacionadas a ela – tentaremos nos deter, principalmente, em análises que dão conta dos sentidos recorrentes em seus trabalhos. A obra de Clarice é revisitada de forma recorrente no país, mas, a grande maioria de tais pesquisas aborda questões exclusivamente literárias. Não podemos abrir mão de tais contribuições, mas buscaremos pensar outras formas de fazer emergir os sentidos presentes em seus textos, a saber, sob o ponto de vista discursivo.

O sujeito discursivo não deve ser confundido com o sujeito empírico, da mesma maneira, a autoria não deve ser conferida a um indivíduo empírico. Propomos, dessa forma, abordar brevemente como se constrói a função subjetiva da autoria, indispensável entendimento à análise discursiva à qual nos debruçaremos mais à frente.

2.1 CRÔNICA

Ainda que se atribua à palavra “crônica” diversos significados, não há como não atrelá-los à noção de tempo. O próprio termo, vindo do grego *chronos*, como ressalta David Arrigucci (1987), trata de apontar para tal vínculo que faz da crônica “uma forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada”, que “sempre tece a continuidade do gesto humano na tela do tempo” (ARRIGUCCI, 1987, p.51). A partir de seu estudo etimológico, Teresa Neves (2014) faz

distinção entre o que se compreendia na Grécia antiga por *chronos*, “tempo cronológico” ou “sequencial”, e por *kairós*, “momento certo” ou “oportuno”.

O primeiro refere-se à duração de um movimento, à ordem linear e opressiva do tempo socialmente estabelecido e compartilhado. O segundo relaciona-se à potencialidade e à eternidade da experiência momentânea, ao tempo psicológico, mental ou existencial, ao instante singular individualmente percebido (NEVES, 2014, p. 67-68).

O gênero, que se “aclimatou com tal naturalidade” no Brasil a ponto de parecer “nosso” (ARRIGUCCI, 1987, p.51), na verdade, tem como origem o folhetim, que aparece na França na primeira metade do século XIX, como descreve Marlyse Meyer (2005). Espaço do jornal designado, a princípio, à publicação de variedades – o rodapé no qual poderiam ser apreciados diversos fatos cotidianos – o folhetim adquire, em 1836, novos significados, quando Émile Giardin idealiza a publicação de uma ficção sequenciada, criando o romance-folhetim. O que visava, sobretudo, à redução de custos e ao acesso mais amplo do público à leitura, acaba por popularizar-se e alcançar grande êxito, levando em conta alguns fatores que transformavam a sociedade francesa da época, pós Revolução Burguesa, como o aumento da taxa de alfabetização, a diminuição da jornada de trabalho e a diminuição de preços dos jornais.

A inovação literária do folhetim francês, que dava lucro à imprensa e tornava escritores conhecidos e prestigiados, chegou ao Brasil assumindo contornos próprios. Por aqui, não há como reduzi-la a mero apêndice do jornal, pois teve “um florescimento de fato surpreendente como forma peculiar, com dimensão estética e relativa autonomia, e ponto de constituir um gênero propriamente literário” (ARRIGUCCI, 1987, p. 53). Para Arrigucci (1987), a crônica é um fato tipicamente moderno, ligada à novidade, ao consumo rápido, às rápidas transformações e inquietações próprias da vida moderna.

Quando aparece no Brasil, na segunda metade do século XIX, momento em que nossos jornais já se organizavam como empreendimentos industriais, traz uma bagagem bastante variada. O cronista, também por aqui, é, primeiramente, folhetinista, diz o professor, citando o exemplo de José de Alencar, que foi colaborador do *Correio Mercantil do Rio*, em 1854 e 1855. Os primeiros autores a dedicarem-se à crônica no país, acredita ele, conferem a ela certo “ar de aprendizado de uma matéria literária nova e complicada, pelo grau de heterogeneidade e discrepância de seus componentes, exigindo também novos meios linguísticos de penetração e organização artística” (ARRIGUCCI, 1987, p. 57). Machado de

Assis apreendeu bem esse contexto, percebendo logo “a liga do ‘útil e do fútil’” (p. 58). Machado

se afina pelo tom menor que será, daí para frente, o da crônica brasileira, voltada para as miudezas do cotidiano, onde acha a graça espontânea do povo, as fraturas expostas da vida social, a finura dos perfis psicológicos, o quadro de costumes, o ridículo de cada dia e até a poesia mais alta que ela chega a alcançar, como em tantas de Rubem Braga (ARRIGUCCI, 1987, p. 59).

A crônica, sobretudo no Brasil, se situa bem perto do chão, como propõe o clássico prefácio de um dos volumes da coleção “Para gostar de ler”, escrito por Antônio Candido (1984). “Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas [...] Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor” (CANDIDO, 1984, p.5). Sua despreensão e simplicidade de linguagem, que tanto se aproximam de nosso modo de falar, seriam relevantes qualidades para que o gênero conseguisse chegar tão perto de nós. Não haveria mal, portanto, segundo ele, em tratá-la como um “gênero menor”, estando, na verdade, aí seu triunfo.

Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorradeira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição (CANDIDO, 1984, p. 5).

Para Candido (1984), “a magnitude do assunto”, bem como “a pompa da linguagem”, podem servir de mero artifício para encobrir a realidade. Em sua aparente simplicidade e pequenez, a crônica pode redefinir o verdadeiro tamanho das coisas e das pessoas. Filha do jornal, não foi inicialmente feita para permanecer, mas para ser descartada no dia seguinte. Contudo, por conseguir, ainda que “sem querer”, aproximar-se da vida, despertar algo do mais íntimo, quando passa às páginas dos livros ganha durabilidade maior do que se poderia pensar.

O sucesso da crônica estaria, para ele, em sua época, diretamente relacionado à sua busca natural pela oralidade na escrita, a uma “aproximação com o que há de mais natural no modo de ser do nosso tempo. E isto é humanização da melhor” (CANDIDO, 1984, p. 8). Ainda que pareça somente feita para divertir ou entreter, “não apenas entra fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas pode levar longe a crítica social” (CANDIDO, 1984, p.9).

O sólido consumo da crônica atrairia aos jornais os literatos do país, conferindo a eles certa segurança financeira. O desprestígio da crônica, ironizado pelos próprios escritores

do gênero, se dá, segundo Antônio Dimas (1974), neste contexto no qual a crônica era tida como literatura menor, efêmera, e visto com relutância pela crítica, que acusava aqueles que se dedicavam a ela de só o fazerem por dinheiro. Como citado por Dimas, Clarice Lispector – autora das crônicas sobre as quais nos debruçaremos nesta pesquisa – evadiu-se, certa vez, das “limitações” do gênero: ““Crônica? Não faço. Conto histórias”” (LISPECTOR *apud* DIMAS, 1974, p. 47).

Para ele, contudo, as crônicas nada têm de rasas. Ao contrário, servem para avaliar as concepções de mundo de seus autores, como estes se comportam verdadeiramente diante daquilo que os rodeia. E vai além:

Transcender o fato denunciado no dia anterior, interpretá-lo dentro de um contexto maior, indicar-lhe as implicações latentes e sintomáticas, vasculhá-lo em sua essência requer liberdade e imaginação descontraída. Espremida entre o rigor informativo e a liberdade verbal, a crônica condensa a tensão narrativa exemplar, cuja fidelidade ao histórico está constantemente ameaçada pela liberdade criativa. Diante do cronista, o fato se desfolha, se desventra e, eventualmente, se torna tão ambíguo quanto a própria linguagem que o moldou. Se a literatura não precisa, em nenhum princípio, de nenhum compromisso com a realidade histórica, o mesmo já não pode ocorrer com a crônica, cujo motor de arranque é o cotidiano (DIMAS, 1974, p. 49).

O constante embate para a aceitação da crônica como gênero literário relaciona-se, segundo o escritor Luiz Ruffato (2012), a um preconceito e a um estereótipo.

Penso que certa resistência em compreender a crônica como gênero literário específico assenta-se basicamente num preconceito e num estereótipo. O preconceito advém de sua dupla origem plebéia: nascida nas páginas dos jornais, veículo utilitário e descartável, é cultivada em troca de uma remuneração em dinheiro. Nada mais abominável para aqueles que imaginam um ofício aristocrático para as letras... Já o estereótipo é aquele que reduz a crônica a “um comentário ligeiro a respeito de assuntos cotidianos, vazado numa linguagem simples e direta”, como se “ligeiro” fosse sinônimo de “superficial”, “assuntos cotidianos” fossem “irrelevantes” e “linguagem simples e direta” equivalesse a “linguagem pobre e reducionista”. (RUFFATO, 2012, s/p.).

Sua originalidade e excelência de estilo alcançados no Brasil deveriam garantir à crônica “lugar mais digno” na literatura brasileira, não sendo relegada a rodapés. Isso acaba por criar, segundo o escritor, “situações extravagantes, como os casos de Rubem Braga (1913-1990) ou Fernando Sabino (1923-2004), entre outros, contrabandeados ambos como ficcionistas menores, quando são de fato cronistas maiores” (RUFFATO, 2012, s/p.).

Não acredita ser interessante a utilização do termo “evolução”, pois já credita aos primeiros cronistas a imediata percepção da importância que o espaço do jornal assumiria em sua intervenção na sociedade. Lembra que José de Alencar reuniu, ainda em vida, seus

escritos em “Ao correr da pena”, em 1874. Também Machado de Assis, apesar do grande número de textos produzidos, conseguiu reunir alguns deles em “Páginas recolhidas”, de 1899. Assim, ainda que não se deva falar em evolução, acredita ele ser notório que o gênero “desinibiu-se, ao longo do tempo, assumindo cada vez mais sua aspiração à permanência” (RUFFATO, 2012, s/p.). E lembrando alguns dos maiores cronistas do país, em “A permanência da crônica” (2012), conclui que “não há gênero menor, mas cronistas menores”.

Os literatos modificaram o modo de fazer jornalismo no Brasil. Conforme Ciro Marcondes Filho (2000), é no século XX que a imprensa passaria ao status de empresa, visando ao lucro, à publicidade e à propaganda. Logo, a literatura ocuparia espaço esporádico, nos cadernos literários e suplementos. A primeira influência dos literatos em nossos jornais, até então compostos basicamente por serviços e artigos de opinião, se deu justamente com o folhetim. “O Capitão Paulo”, de Alexandre Dumas, que estampou o carioca *Jornal do Comércio*, é tido como o primeiro folhetim publicado no Brasil, quase que simultaneamente à sua versão francesa, em 1838.

Como examina Jeana Santos (2004), o crescente aumento da presença dos literatos no jornal é resultado do baixo incentivo ao mercado editorial no período conturbado, de oscilações econômicas e sociais do final do Império e início da República. A aristocracia não mais estava disposta a assegurar a sobrevivência dos intelectuais, e esses se viram compulsoriamente impelidos a atuar em outras áreas, como o jornalismo. A crônica foi, segundo a pesquisadora, a maneira oportuna de passagem do livro para o jornal, lançando mão de um novo estilo, atento à fragmentação e à agilidade do novo fazer jornalístico, facilitando seu consumo cotidiano.

Para Socorro Barbosa (2007) a consolidação da literatura brasileira nos periódicos se dá pela própria consolidação de gêneros como a crônica e o conto. Ela destaca a importância dos jornais na divulgação e incentivo à leitura no país. Nesta primeira fase, destacam-se autores como – além dos já citados Machado de Assis e José de Alencar – Manuel Antônio de Almeida, Manoel de Macedo, Euclides da Cunha, entre outros. O rodapé dos periódicos servia de lugar de divulgação de suas obras. Os folhetins se destacavam no gosto do país, cujo importante marco se dá com a publicação de “O Guarani”, de José de Alencar, em 1857. O romance teve seu princípio no folhetim, publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro*. “Era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa” (SODRÉ, 2006, p. 192).

Em seu prefácio de “Vida Vertiginosa”, coletânea de João do Rio, João Carlos Rodrigues (2006) destaca que em 1903, aos 22 anos, começa a trabalhar na *Gazeta de*

Notícias Paulo Barreto (ou João do Rio), o rapaz que, segundo ele, em pouquíssimo tempo se tornaria um dos mais “célebres jornalistas da cidade e do país”. A obra de João do Rio é composta por crônicas engajadas e comprometidas com as questões sociais. Ele escreveu sobre as transformações de seu tempo, tocando em temas delicados para época, como a emancipação feminina, e conseguiu unir dois gêneros de forma singular. “Há em sua obra uma simbiose interessantíssima entre jornalismo e literatura” (RODRIGUES, 2006, p. XV).

Foi João do Rio, segundo Ruffato (2012), que forneceu contribuição original ao gênero, no período que se convencionou chamar de “pré-modernismo”. É do cronista a síntese que “melhor caracteriza o gênero – ‘espelho capaz de guardar imagens para o historiador futuro’ – curiosamente seguido à risca por seu desafeto, Lima Barreto (1881-1922)” (RUFFATO, 2012, s/p.).

Nos anos 1930, a chegada do modernismo inspirará a chamada “geração de ouro” de crônica brasileira, consolidando o gênero no país. Pertencem a esse período escritores e jornalistas como Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, Cecília Meirelles, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade e Rubem Braga. Rubem Braga é tido como o cronista por excelência por diversos autores e críticos, justamente por desempenhar o papel de contador de histórias, capaz de transmitir em seu narrar sua experiência, sempre em diálogo com o leitor.

Geração não menos importante obterá destaque nos anos 1940 e 1950, com Vinícius de Moraes, Rachel de Queiroz, Joel Silveira, Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino. É nesta época que Clarice Lispector também iniciará seu contato com o jornal, dedicando-se especificamente à crônica na década seguinte. Embora muitos outros nomes mereçam ser citados, nos ateremos a este período, uma vez que as crônicas que serão objeto de análise deste estudo são de autoria da escritora. E, uma vez que trataremos dos sentidos que permearam seu discurso e, por conseguinte, o sujeito de seu tempo, vale ressaltar as transformações pelas quais este transitava na segunda metade do século XX, sobretudo no que tange ao jornalismo brasileiro.

A década de 50 foi uma década de profundas mudanças na estrutura do país.

Foi uma década de concretização de muitas ideias e projetos elaborados durante ou após a guerra, de realizações dos campos político, econômico, social e cultural. Período de funcionamento do regime democrático, o que evidentemente permitiu a livre expressão de ideias e o desabrochar da criatividade em todas as áreas do conhecimento (ABREU, 1996, p. 14).

Brasília estava sendo concretizada por Oscar Niemeyer, o Cinema Novo deu seus primeiros passos, o teatro brasileiro se renovava em suas temáticas políticas e sociais, a Bossa Nova dava novas dimensões à Música Popular Brasileira, as ciências sociais, a antropologia, a sociologia e a educação viram a expansão de centros e grupos de estudos dedicados à pesquisa. Marieta de Moraes Ferreira (1996) considera que o “espírito do novo, a vontade de mudança transcenderam as esferas econômica e política e contaminaram o campo das artes e da cultura”, (FERREIRA, 1996, p.143). Em suma, o país estava preparado para mudanças na linguagem da imprensa, justamente porque a sociedade brasileira começa a se alinhar de forma acentuada aos modelos sociais americanos, que marcariam o Ocidente, principalmente na segunda metade do século XX.

Após a II Guerra Mundial, a imprensa brasileira passou por grandes transformações. Os jornais tornaram-se de fato empresas comerciais detentoras de forte poder econômico e grandes modificações gráficas foram implementadas. Para Alzira Alves de Abreu (1996), a crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas pode ser vista como um divisor de águas. “A imprensa, que nos meses que precederam o 24 de agosto exacerbou a linguagem violenta e apaixonada utilizada no tratamento dos temas políticos, a partir desse acontecimento buscou maior objetividade na construção e transmissão da notícia” (ABREU, 1996, p. 10).

Também foi na década de 1950 que a atividade jornalística começou a se profissionalizar. As faculdades passaram a investir na formação de um novo tipo de jornalistas, voltados, sobretudo, para a informação. Novos jornais foram criados, enquanto outros se adaptaram às novas diagramações. Seria interessante citar alguns deles – mesmo que não possamos desenvolver como se deu tais mudanças nesta oportunidade – como o recém-criado *Última Hora*, que implementou uma série de novas técnicas de comunicação de massa, o carioca *Diário Carioca*, que reuniu ao longo dos anos 50 uma promissora equipe de jornalistas e inaugurou o uso do *lead*, e o *Jornal do Brasil* – espaço que acolheu as crônicas que analisaremos e que teve que se organizar internamente para dar conta do processo de mudança.

O *Jornal do Brasil*, precisamos destacar, surge em um contexto de transição política, em 1891. Fundado por Rodolfo de Souza Dantas, no Rio de Janeiro, com cunho monarquista, o jornal logo teve que se adaptar ao estabelecimento da República. Segundo Sodré (2006), o JB já nasce para ocupar lugar entre os grandes periódicos da época. “Foi montado como empresa, com estrutura sólida. Vinha para durar” (SODRÉ, 2006, p. 257). Com os avanços tecnológicos, o periódico investe em novos maquinários e já entra no século

XX com o melhor equipamento gráfico do país, com tiragem de mais de 60 mil exemplares. Em 1914, passa a ser o primeiro jornal a apresentar cores em suas páginas, chegando a ter cinco edições diárias.

Uma reforma de grande porte é vivenciada pelo jornal a partir de 1956, com o objetivo de conservar o pioneirismo que consolidou o periódico entre os mais relevantes do Brasil. O JB “foi reformulado em todos os níveis, em um processo que atingiu tanto a publicação e seu conteúdo gráfico e editorial como a empresa, seu funcionamento, o método de trabalho e o perfil dos funcionários” (MANNARINO, 2006, p. 49). As inovações da diagramação e a divisão em editorias reforçam seu vanguardismo.

O Caderno B foi lançado em 1960, trazendo com ele algo de inovador, sobretudo, “porque reunia todas as seções e matérias relacionadas às atividades culturais num único caderno diário, diferentemente dos suplementos que circulavam apenas aos finais de semana” (FERREIRA, 2008, p. 2-3). Iniciava-se, assim, destaca Ferreira (2008), um padrão que persiste até hoje nos jornais brasileiros¹. Com tais mudanças, alcança a ponta no jornalismo cultural da época, desbancando o *Correio da Manhã*, figurando como o precursor do jornalismo cultural brasileiro moderno.

Depois, pelo fato de que o Caderno teve total liberdade de criação em estilo próprio, sem a padronização instituída pelos princípios jornalísticos da objetividade a que os jornalistas seguiam para a produção, por exemplo, das notícias escritas para o primeiro caderno, o de atualidades. Ao abrir espaço para escritores e intelectuais a também escrever para o caderno, o Jornal do Brasil permitiu ampliar a captação da vida cotidiana, principalmente, a do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2008, p. 3).

O Caderno B foi ganhando profundidade com o passar dos anos, conforme Ferreira (2008), sobretudo com a formalização das colunas assinadas – espaço de grande prestígio – e da crítica, aumentando o tom de debate. Era um caderno cultural engajado aos acontecimentos da época, que se diferenciava dos demais.

A partir de 19 de agosto de 1967, o caderno cultural passou a circular aos sábados, com a estreia da coluna de Clarice Lispector, na página dois, dividindo o espaço com as colunas de Bárbara Heliadora, José Paulo M. da Fonseca, Wilson Cunha, José Carlos Oliveira, Yan Michalski, Irineu Garcia, Danusia Barbosa, Walmir Ayala, Zózimo, entre outros. A equipe do editor-chefe Alberto Dines desenvolveu um novo projeto para o jornal que incluía a publicação do Caderno B também aos sábados e domingos, pois, até então, ele circulava apenas de terça a sexta.

¹ Apesar do pioneirismo, desde 2010 a versão impressa do *Jornal do Brasil* saiu de circulação em decorrência de problemas financeiros. Atualmente, o periódico permanece apenas na internet: <http://www.jb.com.br/>.

De acordo com Sodré (2006), as mudanças ocorridas na “segunda metade do século XX, são de alcance e profundidade muito maiores do que aquelas iniciadas nos fins do século XIX” (SODRÉ, 2006, p.450). As crises são para ele próprias das fases de transição. A crise do capitalismo se dava nas áreas em que ele primeiro se instaurou e se desenvolveu, mas estava em plena ascensão no Brasil. A crise do papel unida aos padrões industriais já adotados, nos quais máquinas cada vez mais modernas precisavam ser adquiridas no exterior, foram fatores que fizeram com que a estrutura dos jornais fosse revista. Não só a necessidade de material tornou-se um desafio, mas também a busca pela mão de obra qualificada, profissional, era um novo padrão a ser seguido.

As mudanças da época são atribuídas em parte à influência norte-americana. Como sugere Alzira de Abreu (1996) ao citar o estudo de Lins da Silva, algumas inovações foram introduzidas por jornalistas que viveram nos Estados Unidos na década de 40, como Pompeu de Souza e Danton Jobim. Nesse momento, algumas tradições teriam sido abandonadas: o jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião.

Esse jornalismo de opinião tinha forte influência francesa e foi dominante desde os primórdios da imprensa brasileira até a década de 60. Foi gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que se separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação (ABREU, 1996, p. 15).

Ao falar sobre quando a objetividade ganha espaço no Brasil, Wedencley Alves (2001) explica dois principais recursos que passam a ser adotados seguindo o modelo norte-americano: o uso do *lead*, “resposta sintética no primeiro parágrafo às questões *o que (what)*, *quem (who)*, *onde (where)*, *quando (when)*, *por que (why)* e *como (how)* sintetizadas na fórmula 5W + 1H”; e o uso da pirâmide invertida, “organização das informações por ordem decrescente de relevância” (ALVES, 2001, p. 41). Padrões que, quando seguidos, eram tidos como “bom jornalismo”, que denotavam objetividade e precisão (*accuracy*).

Não é possível deixar de lado, ainda que não devamos, nessa oportunidade, adentrar em suas complexas discussões, que a partir de 1964 o país e, logicamente, seus meios de comunicação, passam a enfrentar o período de ditadura. Após o golpe militar, em 1964, o JB, como os demais periódicos, sofreu represálias e censuras prévias. A princípio, o jornal prossegue noticiando os protestos dos artistas contra a censura. Contudo, à medida em que o regime endurecia, consegue resistir, sobretudo, com a construção de outros sentidos, que iam além dos acontecimentos diários, no Caderno B. Clarice Lispector demonstrou essa possibilidade de resistência em sua coluna, segundo Ferreira (2008), publicando crônicas

como “Dos palavrões no teatro”, de 7 de outubro de 1967, na qual indaga-se se o uso adequado e necessário de um palavrão em um texto pode ser motivo de censura.

Há peças de teatro, como *A volta ao lar* (Fernanda Montenegro, excelente) ou *Dois perdidos numa noite suja* (Fauzi Arap e Nelson Xavier, excelentes), que simplesmente não poderiam passar sem o palavrão por causa do ambiente em que se passam e pelo tipo dos personagens. Essas duas peças, por exemplo, são de alta qualidade e não podem ser restringidas (LISPECTOR, 1999, p. 36).

Em 17 de fevereiro de 1968, com “Carta ao Ministro da Educação”, Clarice interpela as autoridades sobre as verbas destinadas à educação no Brasil.

Não estou de modo algum entrando em seara alheia. Esta seara é de todos nós. [...] Senhor ministro ou Presidente da República, impedir que os jovens entrem em universidades é um crime. Perdoe a violência da palavra. Mas é a palavra certa (LISPECTOR, 1999, p. 77).

Mais que referências diretas ao que se vivia, Clarice fará prevalecer o que se sentia. Acreditamos, contudo, e deixamos claro desde já, que tais transformações, seja pela busca da informação e da objetividade, seja pela restrição à liberdade e às manifestações do indivíduo, muito têm a dizer sobre o sujeito que ia se formando e culminaria no sujeito que somos hoje.

Segundo Paiva (2008), o JB “edita algumas das páginas mais brilhantes e subversivas do período, como as que anunciaram o AI-5, repleta de ironias e insinuações e a queda de Allende, com forte impacto e beleza gráfica” (PAIVA, 2008, p. 4).

Embora a imprensa moderna, cara e competitiva, não tenha chegado a “mutilar” a crônica, como acredita Carlos Heitor Cony (1998), acabou por direcioná-la à “estratégia geral do que hoje se chama ‘comunicação’” (CONY, 1998, s/p.). Exige que todo o conteúdo veiculado esteja enquadrado no chamado “serviço”, assumindo um caráter sempre útil ao leitor. Dessa forma, o cronista “sem assunto, sem informação e sem outro serviço que não o estilo mais sofisticado” não será o conhecido do grande público, sendo apreciado por parte restrita dos leitores. Cony (1998) discorda de que, como já condenava Rubem Braga, faltaria vida nos jornais. Para ele, há vida “até demais”. “O que falta é uma qualidade (ou defeito) que foi banida das redações e se tornou a besta-negra do jornalismo: a emoção [...] considerada cafona, desnecessária, primária” (CONY, 1998, s/p.). A emoção, mais do que algo meramente demonstrada por sinais ortográficos, permearia o texto por ser “uma forma de ver o mundo, um estilo de sofrer ou de gozar a vida” (CONY, 1998, s/p.).

Antes de ser um leitor, o consumidor de jornal é um ser humano tornado carente pela solidão, pelo egoísmo (próprio e alheio), pelo nenhum sentido da sociedade como um todo. Quando um cara tem coragem de gritar que está sofrendo, fatalmente encontra alguém que o compreende e, algumas vezes, o ama. Isso não dá apenas samba. Dá crônica também (CONY, 1998, s/p).

A despeito de quaisquer mudanças e mesmo discussões literárias, a crônica resistiu e se consolidou como um gênero brasileiro. “Hoje, quase todos os jornais e revistas possuem seus cronistas e até mesmo o mundo virtual da internet ensaia os seus – sinal de sua vitalidade” (RUFFATO, 2012). É fato que figura como “campo de experimentação de uma linguagem mais desataviada, flexível e livre” (ARRIGUCCI, 1987, p. 63). “Gênero anfíbio”, como classificou Afrânio Coutinho (1986), a crônica sempre transitou por “diversos assuntos ou temas ou motivos, não se deixando jamais prender a nenhum deles permanentemente” (COUTINHO, 1986, p. 133).

Na visão do crítico literário José Castello (2007), a potência da crônica reside no fato de “sustentar-se como o lugar, por excelência, do absolutamente pessoal” (CASTELLO, 2007, s/p). Tal reflexão deve ser levada em conta em nossa pesquisa, já que não fugiremos às questões da autoria, sobretudo por parecer ser inevitável tocar no assunto no âmbito do discurso. Para Castello (2007), “cada cronista está absolutamente sozinho”, e não deve ser julgado por isso. Clarice, acredita ele, “praticava a crônica como um exercício de assombro” (CASTELLO, 2007, s/p).

E é justamente por, como descreve ele, tratar-se de um “terreno da liberdade”, do gênero “fluido, traiçoeiro, mestiço”, tal como o “mais brasileiro dos gêneros”, é que nos propomos a buscar aí traços do sujeito que somos, por meio da relação e, sobretudo, da percepção da dor e do sofrimento. Não haveria linguagem, prossegue o jornalista, que mais desse conta de indicar o que é o Brasil, “país no qual é cada vez mais difícil responder à mais elementar das perguntas – Quem sou eu?” (CASTELLO, 2007, s/p).

Na mesma linha segue Joaquim Ferreira dos Santos (2012), ao acreditar que a crônica seria um gênero “expositivo ao extremo”, expondo o “eu” do cronista “verbalizado em todas as suas conjugações” (SANTOS, 2012, p. 10). Começaria o mundo no “umbigo de quem a assina” para, por fim, operar “o milagre de tornar o umbigo universal” (SANTOS, 2012, p. 10).

A seguir, trataremos de expor visões sobre a autora das crônicas que servirão de objeto à nossa análise, Clarice Lispector. Necessitaremos refletir sobre esse “eu” autoral, tão aclamado pela crítica literária, mas que, para nós, servirá de espaço de observação do sujeito. Não podemos nos abster de citar reflexões sobre a vida e a obra da autora, mas não nos

desviaremos de nossas finalidades. Por fim, não nos interessará exaltar a autora de exceção, cuja genialidade já foi por diversas vezes explorada por pesquisadores e críticos literários, mas desvelar um ser sensível aos sentidos e dilemas de seu tempo.

2.2 CLARICE

Sei que há em mim e em torno de mim significados. Mas como achá-los?

(Clarice Lispector)

Clarice Lispector se esquivava a todo tempo dos rótulos. Mostrava-se insatisfeita quando tratavam de referenciá-la como literata ou como cronista. “Isso me deixa um pouco perplexa. Será que estou na moda?” (LISPECTOR *apud* BORELLI, 1981, p. 26), questionou-se ao dar-se conta da popularidade de seus textos. Segundo Olga Borelli (1981), não gostava da fama e da mitificação em torno de algumas de suas obras. “Não se considerava inteligente, apenas sensível. Dizia-se ignorante demais para ser intelectual. Não era literata” (BORELLI, 1981, p. 27).

Em algumas das crônicas publicadas pelo *Jornal do Brasil* e, posteriormente, reunidas em “A descoberta do mundo” (1999), ela fala abertamente sobre o fato de produzir algo diferente do que entendia por crônica. “Vamos falar a verdade: isto aqui não é crônica coisa nenhuma. Isto é apenas. Não entra em gênero. Gêneros não me interessam mais. Interessa-me o mistério” (LISPECTOR, 1999, p. 347).

O percurso de Clarice Lispector na literatura brasileira sempre teve forte presença jornalística, como considera Suzana de Sá Klôh (2009). Ainda criança, em Recife, tentava publicar seus textos em jornais locais, embora não tenham sido aceitos até a adolescência, quando já morava no Rio de Janeiro. Seu primeiro conto, “Triunfo”, aparece na revista semanal *Pan*, em maio de 1940. Em seguida, já acumulava os cargos de contista, repórter e tradutora e não mais se desvincilharia dos jornais e revistas, embora haja, como destaca Klôh (2009), uma sensível diferença entre seus trabalhos de entrevistadora, colunista feminina ou cronista.

“É na crônica que a produção jornalística – ou, nesse caso, talvez seja melhor dizermos participação no jornal – mais se aproxima de sua produção literária” (KLÔH, 2009, p. 28). Ainda que publicasse no jornal, os textos de Clarice não assumiam caráter propriamente jornalístico e, por não se relacionarem às notícias diárias, não estariam fadadas ao esquecimento. A sofisticação da linguagem, os temas comuns à ficção e as indagações

presentes em seus contos e romances permearam seus trabalhos e trataram de deixar no jornal marcas próprias de suas escrituras, segundo ela.

Em três oportunidades Clarice produziu, embora em menor quantidade que os textos assinados por ela mesma, conteúdos voltados para o público feminino, usando pseudônimos. Em 1952 assinou como Tereza Quadros a coluna na revista *Comício*; entre 1959 e 1961, escreveu como Helen Palmer para o *Correio da Manhã*; e, entre 1960 e 1961, assumiu o papel de *ghostwriter* da atriz e modelo Ilka Soares, no *Diário da Noite*. Mais tarde, entre 19 de agosto de 1967 e 29 de dezembro de 1973, assinou, como a própria Clarice, uma coluna semanal de crônicas, publicada aos sábados, no “Caderno B” do *Jornal do Brasil*. Razões financeiras, como contam pessoas próximas a autora, como Olga Borelli (1981), foram as responsáveis por incentivar as contribuições de Clarice para os jornais, embora a escritora sempre tenha assumido detestar o fato de ter de respeitar os prazos dos veículos e, como acredita Klôh (2009), tenha, se surpreendido, em determinado momento, com a realidade da aproximação com seus leitores.

Quando aceitou o papel de cronista no JB, a escritora vivia um momento delicado de sua vida. Embora conhecida no cenário nacional, precisava complementar sua renda insuficiente, já que, como conta Borelli (1981), pouco recebia de direitos autorais. Também já havia algum tempo se passado desde a publicação de seus últimos livros, o romance “A paixão segundo G.H.” e a coletânea de contos “A legião estrangeira”, ambos de 1964. Principalmente, a autora havia sofrido graves queimaduras em um incêndio em sua casa, em setembro de 1966, do qual nunca teria se recuperado inteiramente.

Seu desconforto em dedicar-se à crônica, em meio a amigos mestres do gênero, e, ao mesmo tempo, sua satisfação de obter retorno do público ficam evidentes na crônica que publica em 18 de setembro de 1971.

Uma pessoa que me contou que Rubem Braga disse que só era boa nos livros, que não fazia crônica bem. É verdade, Rubem? Rubem, eu faço o que posso. Você pode mais, mas não deve exigir que os outros possam. Faço crônicas humildemente, Rubem. Não tenho pretensões. Mas recebo cartas de leitores e eles gostam. E eu gosto de recebê-las (LISPECTOR, 1999, p. 377).

Para Victor Augusto Ribeiro (2012), em suas crônicas, ocultada por uma simplicidade que só se consegue com muito esforço, “Clarice queima”. “Se a crônica é um gênero que, por debaixo da aparência de facilidade, esconde um jogo complexo de significados, Clarice percorre o mesmo caminho” (RIBEIRO, 2012, p. 130). A dúvida da escritora é justamente uma evidência do caráter fluido de seus escritos no jornal, a peça-chave

para a compreensão da Clarice cronista. “É a confusão de gêneros, sendo a confusão cara à crônica, que meterá a escritora no rol dos cronistas brasileiros” (RIBEIRO, 2012, p. 124).

As particularidades das crônicas *clariceanas*, a exemplo de uma temporalidade distinta, muitas vezes defasada em relação ao habitual da mídia, ou um conteúdo mais reflexivo que o próprio da realidade cotidiana, em nada desmerecem a autora no campo dos cronistas. Admite-se que os fatos, na crônica, não são narrados tal qual aconteceram, mas sob o ponto de vista, percepções e emoções do cronista. A linha tênue já admitida entre o jornalismo e a literatura faz-se ainda mais indissociável quando se trata do gênero. A interiorização típica de Clarice permanece no jornal, ainda que o assunto esteja na pauta de discussões do momento, e seu texto acaba por articular-se entre a memória discursiva e o interdiscurso. Assim, seu trabalho singulariza-se e ganha valor enquanto lugar de observação e pesquisa.

O silêncio, busca do indizível levada às últimas consequências pela cronista, como acredita Klôh (2009), se faz presente em diversos momentos de suas crônicas e é característica fundamental a ser observada por nós em sua relação com o sofrimento expresso em seu discurso.

Sinto que já cheguei quase à liberdade. A ponto de não precisar mais escrever. Se eu pudesse, deixava meu lugar nesta página em branco: cheio do maior silêncio. E cada um que olhasse o espaço em branco, o encheria com seus próprios desejos (LISPECTOR, 1999, p. 347).

Ao mesmo tempo em que se atrela à liberdade da possibilidade da “não escrita”, a própria escrita aparece em seu discurso como algo doloroso, mas inevitável, necessário à sobrevivência. “Eu não sei por que escrevo. (...) Escrever é um ato solitário, solitário de um modo diferente de solidão. Escrevo com amor e atenção e ternura e dor e pesquisa, e queria de volta, como mínimo, uma atenção e um interesse” (LISPECTOR *apud* BORELLI, 1981, p. 67). A escrita, embora essencial, nunca trouxe a ela paz ou libertação, como desejava, segundo Borelli (1981). “Nunca me senti realizada como escritora, e tenho a impressão de que será assim até eu morrer” (LISPECTOR *apud* BORELLI, 1981, p. 69).

Yudith Rosenbaum (1999) perseguiu, em seus estudos, a construção do que chamou “estilo sádico” de narrar de Clarice Lispector, ou seja, um modo de representação que desloca o leitor de seu anestesiado repouso a partir de um incômodo estranhamento. Como marca fundamental da escrita *clariceana*, a pesquisadora destaca sua “impossibilidade de narrar”.

O que se narra, no limite, é uma impotência de representar a totalidade; narra-se quase uma mudez, uma paralisação do pensamento. O caminho do emudecimento como desistência da narrativa acena para o alerta de Walter Benjamin, que anteviu a extinção da arte de narrar. Clarice também: “A vida não é relatável”, diz a autora em sua busca do mínimo a dizer, como se as palavras antes encobrissem do que revelassem a realidade: “O que não sei dizer é mais importante do que o que digo. [...] Cada vez mais escrevo com menos palavras. Meu livro melhor acontecerá quando eu de todo não escrever. Eu tenho uma falta de assunto fundamental” (ROSENBAUM, 1999, p. 203).

Uma das biografias mais íntimas de Clarice Lispector, escrita por Olga Borelli (1981) – melhor amiga da escritora, que, inclusive, estava com ela no momento de seu falecimento, em 1977 – também destaca o silêncio como marca de sua personalidade. “Ela possuía a dignidade do silêncio” (BORELLI, 1981, p. 11). Em seus escritos, reunidos na obra, a temática também é recorrente. “Há um silêncio total dentro de mim” (LISPECTOR *apud* BORELLI, 1981, p. 23), escreveu a autora, em um dos trechos publicados na biografia, justificando que trata de um “silêncio interior que leva ao êxtase” (p.17). Na crônica “Anonimato”, retoma a afirmação: “Há um grande silêncio dentro de mim. E esse silêncio tem sido a fonte de minhas palavras. E do silêncio tem vindo o que é mais precioso que tudo: o próprio silêncio” (LISPECTOR, 1999, p.76).

Na visão de uma das mulheres que mais conviveu com a autora, Clarice era intensa e sofria. O sofrimento do outro, sobretudo, a angustiava e, muitas vezes, o que restava de sua insatisfação com a condição humana era o sentimento de impotência e, com ele, o emudecimento. Uma das “quase obsessões” de suas conversas era a preocupação de não saber como expressar o “problema social” de uma forma literária.

A verdade, porém é que tudo o que se refere à questão social sempre esteve presente em sua vida. Ela jamais conseguiu apagar da memória a imagem da miséria nordestina, ou melhor, a pobreza do Recife, principalmente a que até hoje se concentra nos mocambos dos mangues recifenses. Ela própria dizia que os problemas da justiça social despertavam nela um sentimento tão básico, tão essencial que não conseguia escrever sobre eles. Era algo óbvio. Não havia o que dizer. Bastava fazer... (BORELLI, 1981, p. 53).

O outro e a solidão estariam diretamente ligados a seus dilemas interiores. “Solidão? O que acontece é que a gente procura os outros para se livrar de si mesma. A intolerável companhia que eu me faço. Preciso dos outros para não chegar àquele ponto altamente intolerável do encontro comigo” (LISPECTOR *apud* BORELLI, 1981, p. 53/54). A “única salvação individual” que dizia conhecer é amar os outros. E “o ‘amar os outros’ é tão vasto que inclui até perdão para mim mesma, com o que sobra” (LISPECTOR *apud* BORELLI, 1981, p. 55).

Em sua pesquisa de doutorado, na qual analisa uma “antropologia da solidão” a partir de Clarice Lispector e Martin Heidegger, Maria de Fátima Costa (2007) conclui que Clarice “traça um mapa dos estados de sensações com uma fina percepção que penetra nas nuances da realidade, revelando ondas sutis e imperceptíveis a uma racionalidade acostumada com a organização” (COSTA, 2007, p. 274). Sem perseguir um estilo, acaba por deparar-se com a palavra nua e “faz uma ‘cartografia das sensações, descobrindo um ser universal e profundamente singular soterrado na má finitude. O caminho para isso é a solidão e os outros” (COSTA, 2007, p. 274).

Tal caráter “interminável” do silêncio da autora, para Costa (2007), reflete o próprio caráter interminável de sua obra, que nunca nos possibilita fechar os discursos, apenas abri-los em suas interpelações. A autora sabe que, como todo grande escritor, pouco se aproveita do que é dito – mas se aproveita do “sub-dito, do entre e do inter-dito”. E conclui que a solidão é “o lugar do reencontro do homem consigo mesmo, da reconciliação e da redescoberta, e que o fator fundamental no encontro dos outros é a capacidade de se doar” (COSTA, 2007, p. 277).

A consciência do esvaziamento por que passa a nossa época e o que grassa em todos os espaços, seja da vida pública ou da singularidade, é revelada sem mais disfarces na obra da escritora e com uma força avassaladora pelo pensar de Martin Heidegger. A solidão, tocada pela urgência do instante vazio e cansativo, tornou-se, para o homem do hoje, uma doença que corrói desde ‘o de dentro’ numa sociedade que se entrega mais ao espetáculo das ideias que às próprias ideias esquecendo que *alma não pensa sem fantasia* (COSTA, 2007, p. 277).

Segundo Edgar Cézár Nolasco (2004), a culpa é outra das temáticas de fundo da escrita de Clarice. Ao falar da criação biográfico-literária da escritora, Nolasco (2004) retoma passagens de sua vida. Nascida na Ucrânia, em 1920, chegou ao nordeste do Brasil ainda bebê. A família judia de Clarice emigrava para o Brasil na esperança de um futuro melhor e também na busca da cura para a doença da mãe, que, cada vez mais enferma, veio a falecer poucos anos depois.

Na crônica “Pertencer”, como observa o pesquisador, fica evidente o quanto seu nascimento está ligado à sua culpa: “só que não curei a minha mãe. E sinto até hoje essa carga de culpa: fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei” (LISPECTOR, 1999, p.153). Sua escrita, porém, “de certa forma, busca redimi-la dessa *missão falhada*, quando deixa entrever que a culpa (sentida na vida) serve como que de estofamento para a ficção” (NOLASCO, 2004, p. 76). Ainda que não seja algo curável, a escrita trata, como observa ele, de tornar tal culpa mais suportável, enquanto exercício de cura.

Nolasco (2004) analisa a criação literária de Clarice como um trabalho de escrita “desarquivística”, tomando como base a noção de “arquivo” de Derrida², que se instala justamente “no lugar da falta originária e estrutural da chamada memória” (NOLASCO, 2004, p.22). Embora tenha reiterado que não reescrevia seus textos, os estudos de sua obra, segundo ele, comprovariam o contrário. Considerada por muitas pesquisadoras como “plagiadora de si mesma”, por várias vezes admitiu publicar em suas colunas trechos de suas obras de ficção. Mas é curioso notar que uma obra fragmentada, “extensa, múltipla e variada”, não tenha deixado manuscritos.

Seria, na esteira de Derrida, uma escrita que sofre do mal de escrita (pulsão de morte) e que, por isso mesmo, procura destruir os restos, devorando seu próprio arquivo. Daí dizermos que a escrita de Clarice se arquiva/constrói *tingindo, maquiando, rasurando* sua própria fora (des)arquivística de criação” (NOLASCO, 2004, p. 80).

Lembra que Clarice, como dissemos anteriormente, jamais assumiu uma vida intelectual ou considerou-se uma profissional, o que acaba por desmitificar certa aura de escritora, e cada vez mais buscou escrever com menos palavras. “A crise sentida por ela com relação ao ‘escrever’ também representa, de forma espetacular, a crise vivenciada pelo sujeito com relação a si próprio e ao mundo” (NOLASCO, 2004, p. 81).

O livro “Clarice Lispector – figuras da escrita” (2012), originado da pesquisa de doutorado de Carlos Mendes Sousa, investiga os sentidos plurais dos textos da autora. Dedicando-se à compreensão de sua obra literária e seus desdobramentos poéticos, leva em conta a noção de que a linguagem é efeito de sentidos que emerge da complexidade de encontros, cujos diálogos vêm da complexidade de figuras e feições implicadas neles. Tais figuras, ainda que tragam consigo significados já estabelecidos, também transbordam, segundo o autor, sentidos inesperados. É o movimento da palavra que aprisiona e, ao mesmo tempo, liberta sentidos diversos.

Para Sousa (2012), a palavra faz do fracasso de dizer, potência. A textualidade, o jogo retórico, o sujeito lírico/narrativo de Clarice são abordados, revelando figuras que participam de embates de força, já que toda palavra está envolta em relações de poder, sempre em negociação e expostas de maneira nunca transparente.

Ivana Barreto (2004) acredita que os textos produzidos por Clarice Lispector depois dos anos 60, escritos denominados “tardios”, buscam uma comunicação maior com o

² Em “Mal de arquivo: uma impressão freudiana”, publicado no Rio de Janeiro pela Relume Dumará, em 2001.

leitor. Para ela, Clarice dá vida a uma “personagem instigante”, “uma exilada que durante toda a sua vida tentou identificar e vasculhar os problemas que acompanham a linguagem e o sujeito” (BARRETO, 2004, p. 10). Clarice, em sua jornada, teria se permitido “ultrapassar as barreiras do silêncio e da nostalgia que marcaram muito de sua travessia, rumo à comunicação mais efetiva, ao encontro amoroso com o seu outro – o leitor” (BARRETO, 2004, p. 10).

Assim como nós, a pesquisadora toma para análise as crônicas publicadas no *Jornal do Brasil*, entre 1967 e 1973, reunidas no livro “A descoberta do mundo” (1999), defendendo que Clarice aproveitou a coluna semanal para estreitar os laços com os leitores. Publicando trechos inéditos de seus livros, acrescentando na maior parte deles breves comentários, ou apenas trocando a terceira pessoa pela primeira, utilizou a brevidade do espaço jornalístico, segundo Barreto (2004), como espaço de aproximação com seu interlocutor.

São dois os movimentos fundamentais da trajetória literária da autora, segundo ela. O primeiro revela uma autora introspectiva, que estabelece um monólogo em boa parte de seus textos. Já o segundo, foco de suas pesquisas, revelaria uma autora em busca do diálogo com o outro. Indo encontrar respostas no jogo literário proposto, considerando a questão da ficcionalidade, Barreto (2004) reflete sobre a relação do autor com a obra, bem como a do autor com o leitor, sempre levando em conta que o terreno de reflexão é o da linguagem, no cruzamento dos dizeres.

Por se preocupar primordialmente com este dizer, Clarice encarou a escrita como algo que concerne à comunicação com as pessoas, por isso, foi precisando tanto mais da presença dos seus leitores, junto aos quais empreendia a busca de uma linguagem, de um modo de escrever “verdadeiro”, que lhe valesse uma transparência diante da opacidade do verbo (BARRETO, 2004, p. 13).

A pesquisadora recorre ao jogo literário para tentar dar conta de suas indagações. Nós recorreremos ao discurso, ao deslizamento de sentidos nas formações discursivas. Contudo, importante considerarmos uma de suas hipóteses, ainda que para pensá-la sob nossas angulações, de que esta escrita por fragmentos, na verdade, faz alusão, por elipse, à presença do outro. “O vazio, o silêncio, a interrupção reclamariam constantemente o outro; entre os fragmentos de sua fala, o tempo-espaço para ouvir e fazer-se ouvir o outro, com quem ela finalmente parece ter gosto de con-viver e encontrar” (BARRETO, 2004, p. 13). A libertação que acompanha o processo de leitura estaria implicada nesse cenário.

Para ela, autora que se inventa como imagem, que percebia a linguagem como algo mais importante que a vida, para quem a verdade era ficção, não existia lugar mais apropriado para tentar entender o mundo caótico e fragmentado, habitado por sujeitos à deriva, céticos em relação à perspectiva de uma realidade organizada e coerente. Ao optar pelo caminho da ficção, Clarice, estabelecendo um pacto de cumplicidade com seus leitores, deu a eles, finalmente, a possibilidade de experimentar a libertação e o preenchimento do processo de leitura (BARRETO, 2004, p. 18).

Também acreditamos que Clarice já se deparava com esse “sujeito à deriva”, que já buscava lugar para se apoiar em meio às relações cada vez mais fragmentadas, algo potencializado em nossos dias, como tratamos de explorar nos capítulos anteriores a fim de firmar o terreno no qual adentraremos ao tratar dos sentidos de dor e sofrimento que constituem esse sujeito.

2.3 AUTORIA NO DISCURSO

*Que esforço eu faço para ser eu mesma. Luto contra uma
maré de mim.*

(Clarice Lispector)

A questão da autoria merece certa atenção em nosso trabalho. Embora tenhamos proposto analisar uma autora muito comentada na pesquisa e na crítica literária, por suas singularidades, buscaremos no discurso de Clarice Lispector uma tela de observação para o desvelamento de sentidos para o sujeito. Sujeito da linguagem, sempre imerso em relações de poder, afetado pelas ideologias dominantes – ainda que seja para a elas resistir – e repleto de sentidos que o guiarão na formulação de suas percepções sobre suas dores e seus mal-estares. Desta forma, torna-se necessário afastar, desde já, a noção de autor literário, singular, da criação única, que reproduz apenas sentidos absolutamente “seus”, para pensarmos um autor sujeito de seu tempo, nunca origem de seu dizer, mas que reproduz sentidos próprios de sua época.

Marli Fróes (2012) atentou-se para tal desconstrução de uma formulação *clariceana* sobre a autoria, traçando um diálogo entre o texto da escritora e as reflexões de Roland Barthes (1984), no ensaio “A morte do autor”, e Michel Foucault (1992), em “O que é um autor?”. Barthes (1984) acredita que a crítica se preocupou muito com o autor, com seu caráter biográfico, com as motivações que o levaram a escrever, havendo um esquecimento do leitor e da leitura. Questiona, como aponta Fróes (2012), essa “autoridade” do autor e da tradicional investigação do que “ele quis dizer”. Propõe a desconstituição dessa ideia da

origem autoral, “considerando a escritura como a destruição de toda voz, de toda origem” (FRÓES, 2012, p. 29). Daí a ideia de que o autor penetre a sua própria morte para que a escritura surja.

A escrita teria a função de canalizar os sentidos, enquanto o leitor, no seu gesto de interpretação, teria a função de disseminar os sentidos. Ela corrobora o argumento do semiólogo de que o leitor intervém dialogicamente no texto, construindo essa travessia da linguagem. Na escrita *clariceana*, “o leitor é convocado na instância discursiva” a assumir seu papel na escrita. É também dotado de certa independência, “o sujeito ‘atrás da pena’ se apaga, liberando o leitor pelo arrombamento da placenta escritural” (FRÓES, 2012, p.29).

Utilizando tais elementos, a pesquisadora acredita que a ficção de Clarice é um exemplo desse texto moderno, já que o escritor moderno, na concepção *barthesiana*, nasce com o texto e não anteriormente a ele. O tempo da enunciação é o “aqui” e o “agora”.

Já Foucault (1992), pesquisador fundamental ao trazer o “autor” para o campo discursivo, critica a busca pelo sujeito escritor “real” para dar conta da interpretação e o estatuto que lhe foi conferido em nossa cultura. “Ele recusa a busca do nome próprio e propõe a desconstrução da subjetividade, em defesa da pluralidade de “eus” que estão inscritos em um discurso” (FRÓES, 2012, p.32).

Na escrita, ao contrário do que logo se pode pensar, o sujeito “está sempre a desaparecer” (FOUCAULT, 1992, p. 37) e o autor é uma das possíveis funções sociais que o sujeito exerce – uma função sujeito. Já a função autor resulta dessa complexa relação que constrói esse “ser racional a que chamamos autor” (FOUCAULT, 1992, p. 50). Quatro características são destacadas por ele para definir a autoria, as quais citaremos de maneira muito sucinta. A ideia de propriedade do texto produzido; não ser exercida de maneira universal e constante sobre os discursos; não ser espontânea, ao contrário, é resultado de certo estatuto ao indivíduo; e dizer respeito à “pluralidade de eus”

Contudo, Foucault considera haver aqueles autores “fundadores de discursividades”, produtores de uma “obra”, que marcam transformações profundas e, de fato, inauguram novas regras que servirão de base a uma infinidade de discursos, como, por exemplo, Freud e Marx (FOUCAULT, 1992, p.58).

Para relacionarmos discurso, autoria e sujeito, primeiramente vale lembrar que lançamos nosso olhar sobre esse sujeito do discurso – tal como descreveu Pêcheux (1988) – sujeito da ordem histórica e da ideologia, do imaginário e do inconsciente, atrelado inevitavelmente à língua.

Em conformidade com tal linha discursiva (Pêcheux-Orlandi), Livia Baptista (2011) define a autoria como

(...) um princípio de textualidade, uma vez que ainda que um texto não possua um autor específico, lhe será atribuída uma autoria por meio da função-autor. Esse postulado está perfeitamente de acordo e coerente com uma teoria da ideologização do discurso, tal como a proposta por Pêcheux e com a tese do assujeitamento do sujeito. Esse sujeito, apesar de identificar-se com uma função-autor e não constituir a fonte ou origem do dizer funciona como um princípio de textualização e está fortemente identificado com a ideia de um sujeito-posição (BAPTISTA, 2011, p. 27).

Assim, o sujeito discursivo não deve ser, evidentemente, confundido com o sujeito empírico, tampouco a autoria deve ser conferida a um indivíduo empírico. É relevante, dessa forma, destaca Baptista (2011), examinar como se constrói a função subjetiva da autoria e, logo, o sujeito discursivo.

3 AS MUTAÇÕES DO SUJEITO

Uma questão figura como central em nosso trabalho, tendo influências diretas em todas as demais que se apresentarão a nós ao longo deste percurso: sobre qual sujeito se fala? Notadamente, esta é uma questão complexa, sobre a qual diversas áreas do conhecimento se propuseram a se debruçar ao longo da história. Interessa-nos, desde já, apontar que entendemos que tal sujeito, a despeito das muitas conceituações com as quais teremos que nos defrontar, é construído histórica e socialmente. Inaceitável seria ignorar que as relações de poder, bem como suas práticas, constituem os sujeitos. E as percepções da verdade muito têm a contribuir para compreendermos este processo.

As maneiras como os indivíduos são percebidos como sujeitos sofreram diversas mutações ao longo do tempo. Pretendemos, neste momento, abordar algumas dessas transformações, no intuito de, por fim, refletirmos sobre os sujeitos que somos hoje. Sujeitos que, a partir de novas racionalidades, estratégias e tecnologias de saber e poder, acabam se deparando com novas configurações da verdade e, logo, das subjetividades. Que, cada vez mais, como exploraram os autores que traremos à discussão, definem sua cidadania a partir de seus direitos em relação à vida, à saúde e ao bem-estar.

Para tanto, abordaremos rupturas como a que marcou a chegada de uma *episteme* moderna, em detrimento da clássica, que passa a contornar as reflexões sobre o homem por meio de uma reflexão sobre a linguagem. Ora, a linguagem nos interessa à medida que é *usada* e provoca efeitos nesse ser do homem.

O sujeito, que foi deixado de lado em um contexto de positivação da linguagem, retornará em seguida, por meio do discurso, e é esse sujeito que trataremos de abordar. Sujeito da ideologia e, portanto, usado como evidência de verdades. Sujeito do entremeio, que é espontaneamente pensado como origem de seus pensamentos, dizeres e palavras – ilusão necessária ao seu fechamento – mas que é descortinado na análise da trama discursiva.

Por fim, interessará refletir sobre o sujeito contemporâneo, que se constitui à medida que saímos da sociedade de classes e de um determinado estilo de representação política e de regulação das condutas. Fruto de processos sociais que fizeram emergir um individualismo exacerbado, notabilizado pela maneira como lida com seu sofrimento psíquico. Que vê seu lugar ser deslocado da culpabilidade à responsabilidade, a uma subjetividade sempre insuficiente e vazia, fazendo emergir seus conflitos a partir dos modos como tratará de lidar com suas dores e sofrimentos.

3.1 O SUJEITO E AS TECNOLOGIAS DE SABER E PODER

Michel Foucault (2010), cujos estudos apontam para a percepção de que os sujeitos são *assujeitados* por tecnologias de saber e poder – de que à medida que mudam as matrizes de saber (formações discursivas) mudam também os modos de subjetivação – se dá conta em “Hermenêutica do sujeito” que o sujeito da antiguidade submetia-se a práticas outras que as vigentes no tempo do historiador. Percebe que os textos clássicos indicam que os domínios sobre os prazeres demonstravam o controle do sujeito sobre seus desejos. O que estava em jogo não era o moralmente aceito ou cumprido em função do bem da saúde ou da legalidade, o que poderíamos supor hoje, mas o caráter estético do domínio sobre o próprio ser, ou, o governo de si.

Ao revisitar tais práticas, o autor destaca que, na cultura antiga, é comum deparar-se com testemunhos que evidenciavam a importância dada ao “cuidado de si” e de como este se relacionava ao “conhecimento de si”. Se Sócrates já se apresentava como o “mestre” do cuidado de si, oito séculos mais tarde, Gregório de Nissa, como descreve Foucault (2010), acentuou a necessidade dos cuidados consigo mesmo como forma de explorar os recantos da alma em um corpo coberto de mácula. A técnica da auto-observação, que busca o olhar para dentro de si para o acesso à verdade, somente possível pela pureza da alma, acaba por acentuar fortemente as relações do si para consigo. Mais que um princípio, com o ascetismo cristão ou como filosofia antiga, “o cuidado de si constituiu não somente um princípio, mas uma prática constante” (FOUCAULT, 2010, p. 444).

O historiador, contudo, chama atenção para que não paremos por aí, uma vez que tal cuidado de si ia além dos preceitos filosóficos, constituindo-se como preceitos de vida, altamente valorizados na Grécia. Tais técnicas ou tecnologias de si colocadas em prática no exercício de si perduraram por tempos. Ocupar-se consigo, também para os espartanos, demonstrava a superioridade social do sujeito, um privilégio, já que aqueles de menor status deveriam servir, ocupar-se dos outros. Destaca, assim, o princípio de atividade do cuidado de si, sendo ele ao mesmo tempo um dever e uma técnica, uma obrigação fundamental do sujeito.

Alguns dos aspectos relacionados ao cuidado de si destacados pelo autor são o político-jurídico, que toca no preceito do ser soberano de si mesmo, independente, bem como o pedagógico, que traz o cuidado de si como parte da formação do indivíduo.

A relação do cuidado de si com o corpo torna-se evidente no chamado período helenístico-romano (a “idade de ouro” do cuidado de si), posterior ao período socrático-

platônico, quando corpo e alma aparecem como uma unidade, compreendidos de modo integral, inseparável. Nesta cultura, o cuidado de si é acentuado. Cuidar-se não mais seria um privilégio, mas um investimento no eu, essencial às condições necessárias à auto-constituição do sujeito. Já é “um princípio válido para todos, todo o tempo e durante toda a vida” (FOUCAULT, 2011, p.53). Na juventude, o cuidado de si prepara o sujeito para a vida, enquanto, na velhice, permite ao sujeito rejuvenescer.

Coextensivo à vida e à existência, o cuidado de si demanda do sujeito um “retorno a si”. Para dar conta da expressão, Foucault (2011) lança mão da metáfora da navegação, uma vez que, nesta, o objetivo final é retornar ao porto da partida, o ancoradouro, onde se pode encontrar segurança e proteção. Da mesma forma, o movimento do sujeito é o da busca do próprio eu. Entretanto, uma espécie de incógnita fundamental nessa “prática do eu” sempre permaneceria.

As noções de cuidar, curar, purgar, entre outras, tanto no pensamento quanto nas práticas médicas, demonstram a amplitude do campo metafórico para algumas noções antigas da cultura grega, como a noção de *páthos*, que traz sentidos associados tanto à esfera do corpo quanto à da alma. Neste momento, na cultura de si o cuidado médico refere-se também à atenção com o corpo e, logo, com os mal-estares e perturbações que acometiam o corpo e a alma, uma vez que estavam conectados e ambos deveriam estar em equilíbrio. Os males, misérias e falhas do corpo ou da alma poderiam comunicar-se entre si e intercambiar seus mal-estares.

Vale destacar que Foucault (2010), em sua atualidade, chamava atenção para o fato de que já se dispensava muito mais cuidado ao corpo, ficando a alma cada vez mais esquecida à medida que avançavam os preceitos biomédicos. O cuidado exagerado com o corpo, cada vez mais pronunciado, vai lançando sobre este um olhar cada vez mais instrumentalizado, algo amplamente discutido pelo autor quando toca nas relações de poder exercidas sobre ele, com a disciplina imposta aos corpos.

Apesar da importância do cuidado de si que buscamos destacar, Foucault (2010) trata de apontar que é “um princípio geralmente admitido que não se pode ocupar-se consigo sem a ajuda de um outro” (p. 447), citando que Sêneca e Galeano falaram sobre a necessidade do outro na dimensão da completude do ser humano. Interessante ressaltar, como propõe o autor, o diferente sentido adquirido em nossas sociedades, a partir de certo momento difícil de precisar, do cuidado de si como algo, de certa forma, suspeito, como uma forma de egoísmo ou interesse individual, em contradição à necessidade do outro e até mesmo do sacrifício de si mesmo. Mas, nas regras da moral cristã, o contexto retorna a uma ética geral do não egoísmo,

nascendo do ocupar-se consigo a obrigação do cuidado com o outro. As práticas sociais ganham importância enquanto essenciais para o próprio cuidado de si, uma vez que ninguém é capaz de cuidar de si sozinho.

Foucault (2010) também destacou uma das importantes transformações sofridas pelo sujeito em relação à “ascese” da verdade, já que, se para Platão a alma deveria se voltar sobre si mesma para reencontrar sua verdadeira natureza, Sêneca e Plutarco já apontavam para o oposto, para uma absorção, uma apropriação da verdade pela aprendizagem do ensinamento ou do conselho, necessários de serem assimilados para incorporar-se ao sujeito como um princípio de base à ação.

Temos, portanto, todo um conjunto de técnicas cuja finalidade é vincular a verdade ao sujeito. Mas é preciso bem compreender: não se trata de descobrir uma verdade no sujeito nem de fazer da alma o lugar em que, por um parentesco de essência ou por um direito de origem, reside a verdade; tampouco trata-se de fazer da alma o objeto de um discurso verdadeiro. Estamos ainda longe do que seria uma hermenêutica do sujeito. Trata-se, ao contrário, de dotar o sujeito de uma verdade que ele não conhecia e que não residia nele; trata-se de fazer dessa verdade aprendida, memorizada, progressivamente aplicada, um quase-sujeito que reina soberanamente em nós (FOUCAULT, 2010, p. 451).

Com o passar do tempo, cada vez mais, perceberia Foucault (2001b), os sujeitos vão se enredando nas tecnologias dos saberes, a exemplo dos saberes médicos que muito se relacionam às formas como o sujeito lida com o seu sofrimento. Ele chamou atenção para o domínio da saúde mental e da ampla aceitação do que dizia respeito à doença mental, nos anos 1960 e 1970, quando quaisquer atitudes passam a ser explicadas pelo saber biomédico.

As discussões sobre o regime poder-saber-prazer, que sustentou o discurso sobre a sexualidade humana, na trilogia da “História da sexualidade” (2012; 2009; 2011), contribuem para nossas indagações sobre a constituição do sujeito contemporâneo. Em “A vontade de saber” (2012), Foucault coloca em evidência as técnicas polimorfos de poder a partir dos discursos de regulação do indivíduo por meio da sexualidade. Desenvolve a crítica de uma noção de poder cujo primeiro aceite diz respeito à ideia de repressão, mas que, na verdade, se realiza como um incitamento disfarçado. A tentativa de libertar o sexo de uma dita repressão como forma de um mecanismo de poder que acaba por enredar o sujeito nas malhas desse poder. Sobretudo, rejeita a ideia da interdição, uma vez que identifica uma mudança qualitativa no discurso, fazendo vir à tona as sexualidades úteis e conservadoras. No fim, trataria-se de uma tentativa de criar uma verdade do sexo, uma *scientia sexualis*, com a necessidade de dar nomes às variadas práticas e aos sujeitos que as praticam, deixando clara a barreira entre o normal e o patológico. Fabrica-se, dessa forma, a natureza humana,

selecionando os discursos “verdadeiros”, bem como se constitui o sujeito desse conhecimento, que com ele se identifica.

Um pequeno “desvio” torna-se necessário neste ponto, uma vez que os domínios do que o historiador entendeu por verdade entraram em discussão. Foucault, como explora em sua tese Carolina de Souza Noto (2014), se embasaria em algo antecipado por Nietzsche para desenvolver seu argumento que coloca em oposição a consideração do “valor de verdade” da verdade e a verdade enquanto “valor”, apresentado em seu primeiro curso no Collège de France, “*Leçons sur la volonté de savoir*”, em 1971. Segundo a pesquisadora, ao contrário do que interpretou Heidegger sobre Nietzsche, de que “a verdade é aquilo a que todo homem aspira e deseja conhecer, como se toda a relação com a verdade significasse uma vontade de conhecimento” (NOTO, 2014, p. 97), Nietzsche, na verdade, põe em cheque essa “vontade de verdade” ao questionar seu valor.

Ou seja, é que o filósofo ao desimplicar verdade e conhecimento tenta compreender a vontade de verdade, não como vontade de conhecer, mas como uma vontade de saber guiada pelo poder. Note-se, portanto, que Foucault propõe uma diferença entre conhecimento e saber (NOTO, 2014, p. 94).

O que estaria por trás do saber não seria uma pura vontade que leva ao conhecimento (este que supõe uma relação *a priori* entre sujeito e objeto), mas um série de impulsos inconscientes, a exemplo de o fim de um desejo ou o motivo de uma luta. “Nietzsche é, então, para Foucault o filósofo que se pergunta: ‘Certo, queremos a verdade: mas por que não, de preferência, a inverdade? Ou a incerteza? Ou mesmo a insciência?’” (NOTO, 2014, p. 98).

Retomando nosso percurso em Foucault (2012), três evidências históricas são apontadas pelo historiador em defesa de sua tese de reconhecer a sexualidade como forma de poder. A primeira delas é a confissão cristã, a partir do século XIII. “Desde a Idade Média, pelo menos, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção da verdade” (FOUCAULT, 2012, p. 66). A própria evolução dos sentidos da palavra “confissão” e sua função jurídica conferem a ela tal status. Com isso, “a confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização do poder” (FOUCAULT, 2012, p. 66). Transformando-se ao longo do tempo, a confissão ganha um caráter científico, que vem com a autoridade do ouvinte, como na confissão médica, que faz com que a verdade precise ser interpretada para se revelar. Sua função ritual e de penitência se esvazia. “Aquele que escuta não será simplesmente o dono do perdão, o juiz que condena ou

isenta: será o dono da verdade” (FOUCAULT, 2012, p.76). O saber sobre o próprio sujeito passa a residir no outro.

A segunda e a terceira evidências dizem respeito à multiplicação de certo tipo de discursos, a partir do século XVIII, sobre a sexualidade, esta acompanhada da redução do vocabulário autorizado, bem como a mudança dos objetivos do poder, indo a caminhos que tocam na “proliferação” e no “reforço” da espécie – a criação do “biopoder”. Outras instituições – na justiça, na medicina, nas relações familiares e amorosas – passam a se apropriar dos efeitos da confissão, e com isso amparar seus discursos. O “sexo” passa a ser o “ponto de fixação” em que se baseia a sexualidade. Tudo isso, constata Foucault (2012), encontrou maneira de se desdobrar no discurso do sexo, não por sua propriedade natural inerente a ele, mas em função das táticas de poder imanescentes a tal discurso.

Uma nova concepção de poder, essencial às questões do sujeito que interessam a esta pesquisa, começa a ser delineada. Por muito tempo, “um dos privilégios do poder soberano fora o direito de vida e morte” (FOUCAULT, 2012, p.147). Quer seja indiretamente, pela guerra, ou diretamente, pela pena de morte. Como “pai”, que lhes deu a vida, legitimamente poderia, o soberano, tirá-la. Falamos aqui de um “*causar a morte*” ou “*deixar viver*” (p. 148). A partir do século XVIII tal concepção sofre mutações. Passa a conhecer

um poder destinado a produzir forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-la mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos (FOUCAULT, 2012, p.148).

Não se travavam mais guerras em nome de um soberano, mas em nome da existência de todos. Quanto mais sangrentas as batalhas, alerta o historiador, mais emergia a questão “nua e crua da sobrevivência” (p. 149). A existência jurídica – da soberania – muda de lugar e passa a ser biológica – de uma população.

Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população (FOUCAULT, 2012, p. 149-150).

Entrava em cena o conceito do biopoder, assegurado pelos instrumentos da disciplina, bem pela mecânica dos corpos dos seres vivos e seus processos biológicos, processos suscetíveis a uma série de intervenções e controles reguladores, alcançando

aspectos como “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível da saúde, a duração da vida, a longevidade” (FOUCAULT, 2012, p. 152), entre alguns dos enumerados.

Tal conceito foi indispensável, como afirma o próprio historiador, ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde se sustentar mediante uma inserção controlada dos corpos nos aparelhos de produção e dos ajustes dos fenômenos de população aos processos econômicos.

Uma nova teoria do poder é apresentada na obra que estamos abordando. Se, segundo a concepção jurídica, o poder aparece em sua face inteiramente negativa, pode apenas “dizer não”, algo em outra direção começa a ser formulado. Apenas mascarando uma parte de si próprio o poder seria tolerável. Adiantava que o poder não era uma instituição, nem uma estrutura, do qual apenas alguns seriam dotados, mas sim uma situação complexa em determinada sociedade. Não é externo a ela, mas uma condição interna das relações no seio de uma estrutura. Logo os pontos de resistência estão presentes em toda a parte.

Mais tarde, em “Microfísica do poder” (1979), abordaria tal conceito mais amplamente. Reitera que o poder não é algo unitário, tem formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Tampouco é um objeto, uma coisa, mas antes uma prática social e, como tal, construída historicamente. Uma vez que “o” poder não existe, o que existem são práticas, relações de poder. Prosseguindo em tal linha, admite-se que não existe, de um lado, aqueles de detém o poder, em detrimento de outros, que sofreriam sua repressão. Qualquer luta é resistência dentro da própria rede de poder, não há como estar de fora dela.

Nesse sentido, importante distinção entre os pensamentos de Foucault e de outros teóricos é a percepção de que não há sinonímia entre “poder” e “Estado”, não sendo este o aparelho exclusivo de poder. Ainda que não se personifiquem no Estado, as formas de exercício do poder podem estar a ele articuladas de maneiras variadas e contribuir, inclusive, de maneira indispensável, para sua sustentação e atuação.

Foucault (1979) volta, assim, seu olhar aos poderes que se exercem em níveis variados da rede social, não estando fixados em nenhum ponto específico de tal rede: os chamados micropoderes. Tais poderes se exercem, portanto, em instituições, no cotidiano local, em áreas de atuação mais delimitadas, atingindo a realidade mais concreta do indivíduo: seu corpo. A microfísica do poder, por conseguinte, se dá pela atenção a tais formas locais de poder; pela análise minuciosa dos gestos, comportamentos, hábitos, discursos; pela análise ascendente (do micro influenciando o macro, ao contrário do que propõe Marx). Assumindo, desta forma, que o micro não é mero prolongamento do macro, entende-se que destruir o Estado não é o suficiente para eliminar a rede de poderes.

O indivíduo é definido aqui como um efeito do poder disciplinar. Ele não é uma matéria inerte anterior ou exterior às relações de poder, por elas atingido, submetido e destruído. O poder disciplinar não destrói o indivíduo, ele o fabrica. O indivíduo é um de seus mais importantes efeitos.

Nikolas Rose e Paul Rabinow (2006) têm estudado as contribuições de Foucault ao pensamento crítico e argumentam que a obra do pensador francês oferece muitas possibilidades a análises de temáticas contemporâneas, embora poucas pesquisas tenham se debruçado a desenvolver o que fora esboçado primordialmente. Tais interpretações, contudo, devem ser realizadas levando em conta uma necessária atualização teórica dos conceitos desenvolvidos.

Em sua tentativa de detalhar mais precisamente o conceito de biopoder, os autores acreditam que este deve ser relacionado ao menos a três esferas: os discursos de verdade sobre o caráter “vital” dos seres humanos e um agrupamento de autoridades consideradas competentes para utilizarem tais discursos; estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte, ou seja, relações de poder que fazem com que esses processos vitais sejam um campo aberto de disputas e negociações; e modos de subjetivação por meio dos quais os indivíduos são levados a trabalharem por si mesmos a partir desses discursos de verdade e dessas relações de poder (RABINOW; ROSE, 2006). Assim, a utilização do conceito de biopoder figura como muito interessante à compreensão das relações saber-poder-subjetividade.

Na busca pelo aprimoramento dos conceitos de biopoder e biopolítica hoje, Rose e Rabinow (2006) criticam a generalidade das assertivas para caracterizar a natureza e a essência da atualidade por dois dos principais filósofos que têm utilizado os conceitos em suas análises críticas sobre a política contemporânea, a saber, Giorgio Agamben e Antonio Negri.

Estes autores sugerem que o biopoder contemporâneo toma a forma de uma política que é fundamentalmente dependente da dominação, exploração, expropriação e em alguns casos da eliminação da existência vital de alguns ou de todos os sujeitos sobre quem ele é exercido. No seu dizer, o biopoder contemporâneo é uma forma de poder que em última instância repousa sobre o poder de alguns de ameaçar a morte de outros (RABINOW; ROSE, 2006, p. 30).

Entretanto, os autores consideram equivocado este emprego atual de tais termos filosóficos. Hardt e Negri, segundo explicam Rose e Rabinow (2006), asseveram que toda a política contemporânea é biopolítica, utilizando o termo biopoder de maneira totalizante ao acreditar que ele asseguraria uma forma global de dominação designada por eles como

“Império”³. Seria difícil, dessa forma, compreender qual trabalho analítico poderia ser realizado por meio de um conceito tão ampliado. No fim das contas, forneceriam apenas “uma descrição superficial de certos aspectos do presente” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 31). Em Foucault, argumentam os autores, o conceito de biopoder, assim como o de disciplina, não era trans-histórico ou metafórico, mas baseado em uma análise histórica ou genealógica. Lembram ainda que, em suas definições, o historiador não designou o biopoder como algo que emergia ou serviria unicamente para dar suporte a um único bloco ou grupo dominante, mas enredado em uma série de instituições, no nível do sub-Estado.

Eis o ponto no qual Foucault começou a desenvolver seu conceito de “governamentalidade”, um conceito cuja *rationale* era apreender o surgimento e as características de toda uma variedade de modos de problematizar e agir sobre a conduta individual e coletiva em nome de certos objetivos que não têm o Estado como sai origem ou ponto de referência (RABINOW, ROSE, 2006, p. 32).

Este seria, ainda, o ponto de virada que levou o pesquisador ao fascínio pelos modos antigos de subjetivação e as possibilidades de liberdade, que discutimos de maneira breve anteriormente.

As críticas de Rose e Rabinow (2006) a Agamben, que identificou o Holocausto como o último exemplar de biopoder, dizem respeito à sua maneira particular de análise, a qual consideram problemática. O biopoder, neste contexto, adquiriria o sentido oculto de todas as formas de poder do mundo antigo até os dias de hoje, sobretudo explorando os “estados de exceção”. Rose e Rabinow (2006) concordam que o Holocausto não representa um excepcional retorno a uma barbárie singular, mas sim uma possibilidade presente a todo processo de civilização. Contudo, em sua visão, Agamben (2004) sustenta que todo poder acaba por resumir-se à capacidade de tomar a vida do outro, daí a referência obscura do *homo sacer* – “a enigmática figura na lei romana cujos crimes tornaram seu sacrifício impossível, mas que poderia ser morto impunemente” (RABINOW; ROSE, 2006, p.33). Acabam por sugerir que o biopoder na modernidade refere-se o momento no qual a vida biológica dos sujeitos invade a política e pertence inteiramente ao Estado⁴.

Reforçando as ideias originais, Rose e Rabinow (2006) destacam que corpos não-estatais têm exercido papel fundamental nas disputas e estratégias biopolíticas desde a origem do que chamam de “o social” – grupos organizados capazes de exercerem pressão na sociedade, como organizações filantrópicas, pesquisadores, médicos, feministas, entre tantos

³ A obra em questão é “*Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*”, de Giorgio Agamben (2004).

⁴ O detalhamento das críticas pode ser conferido no trabalho o “Conceito do biopoder hoje”, publicado pela Revista de Ciências Sociais “Política & Trabalho”, em seu número 24, de abril de 2006, entre as páginas 27 e 57.

outros. Tomando apenas o exemplo da saúde, como um dos campos possíveis dessa atuação, desde o fim da Segunda Guerra, todo um “complexo bioético” tem se organizado, em comissões de bioética, agências reguladoras e organizações profissionais. Com isso, surgem também novos tipos de grupos de pacientes e de indivíduos, “que cada vez mais definem a sua *cidadania* em termos de seus direitos (e obrigações) à vida, saúde e cura” (ROSE; RABINOW, 2006, p.37).

Uma pergunta primordial é levantada pelos autores: todos esses exemplos fazem parte de uma mesma configuração de biopoder? Tal questão permanece aberta, segundo eles, já que difícil seria caracterizar unicamente o conceito. As racionalidades, estratégias e tecnologias do biopoder certamente se transformaram ao longo do século XX, com novas configurações da verdade, do poder e das subjetividades. Seria errado, portando, apenas projetar os conceitos foucaultianos nessa nova ambiência. No século XX, os Estados, além de desenvolverem mecanismos de segurança, organizaram e racionalizaram os procedimentos médicos, regulando padrões de habitação e promovendo campanhas de saúde. Atualmente, muito permanece, sendo amplificado a níveis supranacionais. Porém, novas formações coletivas emergem de diversas fontes, sobretudo nas sociedades “liberais avançadas” do Ocidente. Ao mesmo tempo,

vemos o nascimento de novos modos de individualização e concepções de autonomia com seus direitos associados à saúde, à vida, à liberdade e à posse de uma forma de felicidade que é cada vez mais entendida em termos corporais e vitais (RABINOW; ROSE, 2006, p. 38).

Desenvolvendo a análise de seu argumento, os autores exploram especificamente três linhas biopolíticas em voga na atualidade: a raça, a reprodução e a medicina genômica⁵.

Se os rumos e implicações de tais transformações permanecem em suspeição, não há dúvida, para eles, que mutações já podem ser detectadas, sobretudo na esfera que aqui nos interessa: os modos de subjetivação por meio dos quais sujeitos atuam sobre si próprios enquanto seres vivos.

3.2 O SUJEITO NO DISCURSO

Em “As palavras e as coisas”, Foucault (2001) explora a tese de que, a partir do fim do século XVIII, já não estava mais em questão aos saberes a descrição da relação de uma

⁵ Cada uma das três linhas é explorada pelos autores no trabalho em questão, “O conceito de biopoder hoje” (2006).

representação e outra, mas em questionar como a representação em si se dava. Centrais tornavam-se as questões acerca do que estava aquém ou além das representações. Como bem aponta Noto (2014), na filosofia, Kant é o marco da mudança de *epistème* com a separação entre “Eu penso” e “Eu sou”. “O ‘Eu penso’ ainda diria respeito ao *cogito* cartesiano povoado de representações; o ‘Eu sou’, por outro lado, seria o objeto da investigação crítica que se pergunta ‘o que sou eu que sou capaz de ter representações e de pensar’” (NOTO, 2014, p. 8).

Para Foucault, contudo, como a pesquisadora destaca, tal sujeito kantiano não seria ainda exatamente o que constitui o que ele chama de *homem*, objeto específico das ciências humanas e de determinado tipo de reflexão filosófica, chamada “analítica da finitude”.

O sujeito transcendental é um sujeito puro, lógico. O homem, entretanto, será uma figura mista, um misto ontológico, e não somente lógico, de transcendental e de empírico; uma figura que tentará ser representada naquilo mesmo que escapa à representação, na sua finitude (NOTO, 2014, p.8).

Tal duplicidade comprometeria todas as reflexões que buscavam compreender o estatuto ontológico de sua condição contraditória, já que lidavam com um ser, ao mesmo tempo, “constituente e constituído”, “determinante e determinado”. Ocorria, assim, uma “passagem de uma reflexão sobre as condições e possibilidade formais do conhecimento para uma reflexão acerca da natureza da natureza humana” (NOTO, 2014, p.9). O nascimento do *homem* marcava que a *epistème* clássica dava lugar à *epistème* moderna. O historiador francês percebe ainda que, em seu tempo, uma nova ruptura estaria por acontecer: o *homem* estava deixando de ser a questão central do saber e, ainda, “que novos saberes que estão dispostos a contornar a problemática do *homem* o fazem por meio de uma reflexão sobre a linguagem” (NOTO, 2014, p. 9). Daí a alusão de que o *homem* estaria condenado à morte, pelo retorno da linguagem. Retorno que se dá, sobretudo, como lembra Noto (2014), a partir de meados de século XX, na França, com o estruturalismo e as análises literárias de Blanchot e Bataille.

A despeito da aparente impossibilidade da reflexão filosófica que contemple o ser do homem e o ser da linguagem, Foucault (2001) anunciava uma conciliação como via possível. Em poucas palavras, sem pender para nenhum dos lados, para o pensador francês, a linguagem interessa na medida em que ela é *usada* pelos homens e provoca efeitos em seu ser.

Ora, em seu livro de 1969, *A arqueologia do saber*, a noção de uso é central para compreendermos o que Foucault entende por discurso e como este se diferencia de inúmeras filosofias e discussões sobre a linguagem e sobre a representação. O discurso, nesse contexto, deverá ser compreendido como uso que fazemos da linguagem. Esse uso, porém, que não se limita ao campo linguístico da utilização de palavras e das regras linguísticas, mas engloba também uma série de outras práticas que estão envolvidas na formação de um discurso tido como verdadeiro, como as práticas de construção dos sujeitos da enunciação e as práticas de construção dos objetos a serem conhecidos (NOTO, 2014, p. 11-12).

Outro corte essencial ao nosso percurso - que, devemos lembrar, está em busca das transformações do sujeito ao longo da história e suas implicações - é o corte epistemológico saussuriano, que passa a pensar a Linguística, antes focada em seu formalismo da Gramática ou da Linguística Comparada no século XIX, não como algo que precise ser comparado ou historicizado. A língua como sistema, logo, fechada e funcional nela mesma, não havendo, com isso, a necessidade de apontar sua origem. O linguista, nesse contexto, deve procurar compreender como as peças funcionam.

Há que se atentar para o esforço feito pelas ciências humanas para se aproximarem das ciências positivas, da química, da física, da biologia, campos valorizados do conhecimento científico. Saussure (2006) aproxima a linguística disso, trazendo o signo como unidade. A metáfora do jogo de xadrez é bem utilizada para pensar o funcionamento do sistema, uma vez que, no xadrez, não é preciso voltar uma jogada para compreender em que momento está o jogo, basta analisar o movimento das peças. Debruça-se, aqui, sobre a língua e não sobre a fala, sobre o estável e não o mutável. Convém lembrar que, à medida que se exclui a fala, exclui-se também “quem fala”, logo, o sujeito.

Em traduções distintas, sistemas e estruturas passaram a estabelecer relações de sinonímia, daí a escola do dito “Estruturalismo”, que tenta entender todo fenômeno da linguagem que esteja fora de uma estrutura. Tais fenômenos estão relacionados a outros fenômenos da Linguística. Já que, a escala de valor da língua é a própria língua, não há como compará-los, eles estabelecem seus próprios princípios de funcionamento. Assim como nas ciências naturais, tal funcionamento é de extrema eficiência sintática, fonética, prevendo tudo o que possa vir.

A partir de certo momento, a saber, em meados de 1960, tal consenso positivista entra em declínio. O que fora deixado de fora é reintegrado. O chamado Pós-Estruturalismo, sem desconsiderar a linguagem como centro, nem as noções de valor e de relação, volta a se preocupar com o sujeito e a história. Neste remanejamento nasce a Análise do Discurso. Da análise da função, passa-se à análise do funcionamento. Logo, tudo só funcionaria em “relação a”. E entender o funcionamento significa localizar o sujeito.

Conforme aponta Paul Henry, em “A ferramenta imperfeita” (2013), um problema da linguística está justamente aí: lidar com o sentido e o sujeito. Embora as teorias linguísticas tenham, segundo ele, tentado “evacuar por todos os meios” a questão do sentido, nunca o teriam conseguido. Com ela, ressurge também e principalmente a questão do sujeito.

Efetivamente, a categoria de “sujeito da ciência” ou de “sujeito do conhecimento” é uma categoria genérica constitutiva das ideologias teóricas nas quais e pelas quais, na prática científica, é produzida a evidência de verdade e da objetividade científicas como tais, através da determinação do tipo de provas admitidas, das formas de exposição e argumentação consideradas rigorosas etc. (HENRY, 2013, p. 131-132).

Henry (2013) lembra que a forma-sujeito “indivíduo-sujeito” (sujeito como interioridade da individualidade orgânica) é constitutiva das ideologias práticas burguesas, construída pela noção jurídica e política do sujeito burguês. Tal identificação, orgânica e natural, entre sujeito e indivíduo é a “base de uma concepção teórica de uma subjetividade natural e irredutivelmente individual, ao mesmo tempo que universal, que é aquela do campo da complementaridade” (HENRY, 2013, p. 133). Contudo, o autor esclarece que tais subjetividades não podem ser compreendidas como já dadas, à margem das relações de poder. “Não é na prática teórica que se transformam as ideologias práticas dominantes, mas é na luta de classes, especificamente sob seus aspectos políticos e ideológicos, que elas são transformadas” (HENRY, 2013, p. 133).

Explicita, dessa forma, que o sentido só pode ser alcançado quando admitimos que funciona sempre em “relação a”.

Considerar assim o sentido indica que ele não pode estar relacionado com a forma-sujeito “indivíduo-sujeito”, ser procurado nas palavras, no texto ou no discurso de um indivíduo, mas na relação desse texto, dessas palavras, desse discurso individual com outros textos, outras palavras, outros discursos, relação na qual esse sentido se constitui enquanto efeito ideológico. Ao mesmo tempo, essas relações com outros textos, outras palavras, outros discursos individuais nos quais esse sentido se constitui como efeito não se dão com quaisquer textos, quaisquer discursos individuais ou quaisquer palavras. São justamente aquelas que podem ser relacionadas com uma mesma forma-sujeito “sujeito coletivo”, cujas condições materiais de existência será preciso definir (HENRY, 2013, p. 135).

Muitos aspectos essenciais para quem se aventurará pelos caminhos do discurso são abordados nesta obra por Henry (2013). Um deles é que Freud e, em seguida, Lacan foram responsáveis por abrirem caminho para uma “experiência de discurso” (p. 147). Na análise, é necessário considerar a fala, que está além da linguagem.

Outro aspecto, essencial, é perceber que a linguística demonstra que no discurso ou na fala algo se repete materialmente. Não palavras, enquanto realidades fônicas ou gráficas, nem significações, que, sendo tomadas por vezes como literais ou figuradas, acabam se tornando efêmeras. “O que se repete, sabe-se desde Saussure, são diferenças, isto é, relações, o que Saussure nomeia por *significante*” (HENRY, 2013, p.155). O conceito de *língua*, reforça ele, tem apenas a função de permitir que se pense o sentido da materialidade daquilo que se repete no discurso.

A psicanálise, neste ponto, também não poderia ser deixada de lado, já que o desejo inconsciente também implica uma repetição, “uma volta do mesmo sob as diferenças. É isso o real do desejo inconsciente e nada mais” (HENRY, 2013, p. 155). É na relação com seus pensamentos latentes que poderíamos encontrar a marca do desejo inconsciente, é onde ele se realiza. Este é o nível que Lacan, como explica Henry (2013), chama de simbólico. O simbólico não seria a linguagem, mas sim

a linguagem é o simbólico realizado, com a condição de concebê-lo simplesmente como um certo registro de materialidade em que se podem inscrever, materialmente, as relações de *significante* com *significante* e não sob a modalidade do verbal e do não verbal (HENRY, 2013, p. 156).

Logo, asseverou Henry (2013), a noção de linguagem deve ser tomada como matéria-prima, não havendo avanço materialista sobre as questões da linguagem se não forem aceitas as rupturas entre as oposições de *forma* e *substância* ou *mecanismo* e *conteúdo*. Romper com tais oposições significa evitar as armadilhas do formalismo. Estaria aí o sentido de Saussure: a relação entre *língua* e *linguagem* não pode ser tida como mera oposição, mas como uma relação definida. A *língua* é a lei da *linguagem* enquanto *linguagem* verbal. Nem *forma* nem *substância*, é antes um objeto de conhecimento. “Definir a relação do simbólico com a noção de *linguagem* supõe, contudo, uma outra coisa: *o simbólico é aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito*” (HENRY, 2013, p. 157).

E considera também que é pelo viés do imaginário que o simbólico exerce seus efeitos estruturantes sobre o sujeito. O ideal do eu representa as “coordenadas imaginárias do inconsciente”. Já o eu-ideal é a face visível do imaginário. Na neurose, há uma discordância entre tais “eus”, discordância entre imaginário e simbólico, mas aberta à mediação simbólica. Por outro lado, na psicose a própria tomada do simbólico é perturbada. É necessário o sonho, o lapso, a conduta ímpar, até mesmo a neurose ou a psicose para que um outro “eu” apareça. Fora disso, nos pensamos espontaneamente, conclui Henry (2013), como origem de nossos

pensamentos, dizeres e palavras. Nesse contexto, a língua deve ser vista como uma ferramenta imperfeita, acaba por trair o pensamento.

O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente, e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação. Ver nisso apenas o fundamento de uma alienação quase existencial é esquecer que a linguagem é também o que torna possível uma apropriação do real como da discordância do sujeito com sua própria realidade da qual a neurose e a psicose representam formas dramáticas” (HENRY, 2013, p. 183).

Concluimos daí que a concepção da linguagem é uma concepção de sujeito. O campo epistemológico é eminentemente político, e todo discurso científico, por sua vez, é um discurso ideológico. E, ainda, a construção do pressuposto não é só linguístico, mas histórico.

É no discurso, como já situa Maria Cristina Leandro Ferreira (2010), que se intrincam as questões relativas à língua, à história e ao sujeito. Como ela retoma, sabe-se que é com Michel Pêcheux, nos fim da década de 1960, na França, que a Análise do Discurso tem início. A época, não por acaso, coincide com o auge do estruturalismo, influenciando toda uma geração intelectual. E a Linguística, como “ciência-piloto” das ciências humanas, tinha as ferramentas necessárias para uma análise da estrutura formal da língua, servindo como norte e inspiração. Para abarcar tal rigor científico, contudo, era necessário normalizar o sujeito, já que representava um ponto instável quando se trata de uma língua padronizada.

O movimento de maio de 1968 e as interrogações que surgiram no campo das ciências humanas, como retoma Ferreira (2010), foram decisivos na subversão do paradigma então vigente. A AD surge, então, como uma ação transformadora opondo-se ao excessivo formalismo linguístico, desautomatizando a relação com a linguagem. Como ruptura de uma perspectiva política e epistemológica, aponta para a necessidade de articulação a outras áreas das ciências humanas, sobretudo, a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise.

Fica claro, desse modo, que a AD não se vê como uma disciplina autônoma, nem tampouco como disciplina auxiliar. O que ela visa é tematizar o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica, simultaneamente (FERREIRA, 2010, p. 2).

A pesquisadora considera, ainda, não ser apropriado designar a AD como uma disciplina interdisciplinar, pois isso seria o mesmo que relegá-la a uma disciplina de caráter meramente instrumental, sem especificidades próprias, o que considera um equívoco de alguns teóricos.

Orlandi (2002) também busca situar o lugar do sujeito na Análise do Discurso, que chama de “disciplina do entremeio”. A própria ideia de entremeio, diferentemente da de intervalo, já suscita, como explica ela, a relação que se desenvolve em espaços habitados de maneira simultânea, suscetível de pressões, hierarquizações e apagamentos. Ao situar-se onde não há afirmações categóricas de lugar, mas sim em um espaço relacional entre disciplinas, em função do deslocamento de regiões teóricas firmadas pela ciência – a linguística e as ciências sociais – acaba por evidenciar as questões do sujeito do conhecimento e do seu campo. “Tanto o sujeito como a escrita da análise de discurso se delineiam nesse seu modo de existir, nessa qualidade de ser uma disciplina de entremeio” (ORLANDI, 2002, p. 22). Ainda que não preencha tal caráter positivista, não abandona o “território da reflexão a que se dá o nome de ciência, mais especificamente, no interior do que chamamos ciências humanas e sociais” (ORLANDI, 2002, p. 22).

A não-dicotomização da relação língua e discurso abre o conhecimento linguístico para um novo marco em seu desenvolvimento. A teoria do discurso, trabalhando os entremeios, vai além das relações representadas como dicotomias. Ao produzir este deslizamento, ao desmanchar teoricamente essa dicotomia, a teoria do discurso re-define (re-significa enquanto instrumento de reflexão) o que é língua para a linguística (ORLANDI, 2002, p. 22).

Reitera-se que os conceitos abarcados de outras áreas, tais como a psicanálise, o marxismo, a linguística e o materialismo histórico abandonam, ao se integrarem ao corpo teórico do discurso, seus sentidos estritos, reajustando-se às necessidades e peculiaridades da trama discursiva. “Significa transpor os limites do estruturalismo ortodoxo para uma reflexão que, ao colocar a questão da estrutura, introduz ao mesmo tempo a necessidade de pensar a noção de acontecimento” (ORLANDI, 2002, p. 22). Sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, por meio do acontecimento do significante na história.

Quando passamos a pensar o discurso e não a fala, como explicita Orlandi (2002), as relações tornam-se mais complexas, pois é a partir do discurso que podemos pensar a noção de funcionamento para um texto, relacionando-o à sua exterioridade, mas tendo sempre em vista seus aspectos linguísticos.

A interface com a Linguística sempre foi, como explora Ferreira (2010), a mais desenvolvida, lembrando que Pêcheux foi um seguidor da linguística saussuriana e seus postulados básicos. Porém, ainda assim, Pêcheux figura também como um oponente dessa teoria linguística e de seu formalismo, distanciando-se dela para dar forma a sua teoria do

discurso. Necessário foi romper com a oposição *língua/fala* para pensar a relação, não mais de oposição, mas de contradição, entre *língua/discurso*.

Obviamente, tais rupturas permitem compreender as profundas implicações vindas com seus deslocamentos. Logo, “a língua da AD admite a falta, o furo, a falha; não trabalha com uma noção de estrutura fechada e homogênea e incorpora o termo ‘real da língua’ [...] para expressar essa incompletude” (FERREIRA, 2010, p. 3). Essa impossibilidade do todo é entendida como própria da língua.

Para Ferreira (2010), a interface com o materialismo histórico também já é consolidada, já que a história é preceito fundador do terreno discursivo, afinal, intervém na língua e na constituição dos sentidos. A mediação entre linguagem e ideologia se dá sob essa perspectiva, tendo Althusser como principal inspirador. “Vem daí também a influência da concepção de sujeito, que vai ganhar sua feição primordial, enquanto sujeito interpelado, assujeitado ideologicamente e produto de determinações” (FERREIRA, 2010, p. 4).

Sujeito e ideologia são, dessa forma, inseparáveis, ligados pela noção de interpretação. “A língua é a materialidade específica do discurso (é a base dos processos discursivos) e o discurso é a materialidade específica da ideologia. Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 11). Com isso, a ideologia abandona sua definição “conteudista”, sendo pensada em seu funcionamento.

A terceira interface, a da psicanálise, é para qual Ferreira (2010) diz lançar um olhar mais aguçado, já que esta estaria sempre em uma zona de tensão.

Para começo de conversa é bom antecipar que não dá para entrar nessa ‘*morada do sujeito*’ sem ser pela porta da linguagem, que ocupa o principal cômodo nos domínios da psicanálise e desfruta também de um lugar nobre no território do discurso. Afinal, a suposição inicial em ambos os campos é a de que o sujeito não está dado, nem tampouco nasce ou se desenvolve, mas é construído. E para explicar o modo pelo qual o sujeito se constrói, é preciso trazê-lo para o campo do qual ele é efeito, isto é, o campo da linguagem. Para tratar do *sujeito*, é preciso puxar também os fios da linguagem e da ideologia, que se encontram imbricados na mesma urdidura (FERREIRA, 2010, p. 4).

Tal abordagem é chamada convencionalmente de escola francesa de análise de discurso, denominação que gerou com razão, segundo Ferreira (2010), controvérsias, deixadas de lado por ela - e por nós - nesta oportunidade. Vale, contudo, destacar que, assim como ela, deixaremos claro que nos embasaremos na análise de discurso da linha pecheutiana e na análise do discurso no Brasil, que segue pelo mesmo caminho e traz à linha uma reflexão própria e diferenciada em seus trabalhos.

Sem nos alongarmos nas tensões presentes na interface com a psicanálise, abordada pela pesquisadora, é interessante nos munirmos de seu breve apontamento de conceitos fundamentais do campo. Aparentemente inconciliáveis, por terem enfoques epistemologicamente distintos, tais conceitos encontram em Pêcheux uma relação peculiar quando na trama do discurso. Um deles é o de inconsciente - abordado por Freud e no qual Lacan vai se deter - que tem relação com os três registros essenciais à realidade humana: o sujeito constitui-se justamente na junção do real, do simbólico e do imaginário.

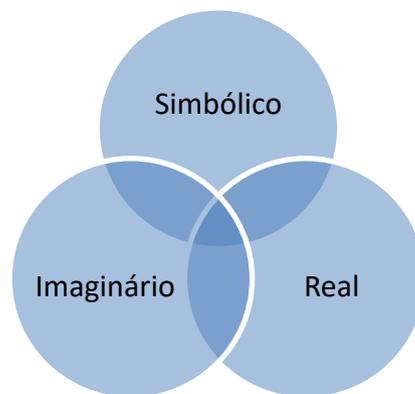


Figura 1: *Nó borromeano*. Adaptado de Lacan (2005).

O *nó borromeano*, apresentado por Lacan (2005), representa tal aliança, na qual o lugar do sujeito só pode se dar na interseção dos três círculos. Interdependentes, a falta de um culminaria na perda de tal ligação constitutiva. Afetado simultaneamente pelos três, o sujeito acaba por deixar em cada um deles um “furo”, próprio de um “ser-em-falta”, “o *furo* da *linguagem*, representado pelo *equivoco*; o *furo* da ideologia, expresso pela *contradição*, e o furo do inconsciente, trabalhado na psicanálise” (FERREIRA, 2010, p.5).

Daí a importância da falta, da incompletude para todo o analista do discurso, pois “se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva” (FERREIRA, 2010, p. 5).

Ao traçar sua teoria, a Análise do Discurso faz emergir um sujeito singular: não apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano, tampouco uma soma de tais partes. O que faz a diferença, destaca Ferreira

(2010), é a intervenção da linguagem nessa relação, em sua perspectiva de materialidade linguística e histórica atribuída pela AD.

É rigorosamente a evidência da existência espontânea do sujeito como origem e causa de si que faz emergir a necessidade de “uma teoria materialista do discurso”, segundo apontou Pêcheux, em 1975, na que foi considerada a sua principal obra, “Semântica e Discurso” (1988). Como todas as evidências, inclusive a que faz com uma palavra designe “uma coisa” – apontando para uma transparência da linguagem – a evidência de que somos sujeitos únicos, lógicos, insubstituíveis e idênticos a nós mesmos é um efeito ideológico.

Pois ela traz consigo o que o teórico francês, sempre citando Althusser, identifica como sendo a evidência do sentido, presente em toda a filosofia idealista da linguagem. A questão da constituição do sujeito junta-se, como diz Pêcheux (1988), à da constituição do sentido na figura da interpelação, que faz com que todo indivíduo seja um “sempre-já-sujeito”. O sujeito, prossegue ele indo a Lacan, é constituído na rede de significantes, está “preso” nela, resultando como “causa de si”. O apagamento desse processo, essa ilusão, é essencial no interior desse sujeito.

O caráter material do sentido é mascarado por sua evidência transparente para o sujeito. Porém,

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam* (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Elas adquirem sentido em referência às *formações ideológicas* (FI). E Pêcheux (1988) esclarece que chamaremos de *formação discursiva* (FD) “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classe, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Logo, os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso pelas FD’s que representam, na linguagem, as FI’s que lhes são correspondentes. E, já que as palavras e expressões podem receber sentidos diversos, cada um deles “evidentes” conforme uma FD, não há como falar de um sentido próprio, literal, primeiro.

A FD figura, dessa forma, como uma matriz do sentido, lugar de sua constituição. Sua segunda tese, essencial em seu percurso de elaboração de uma teoria do discurso, é que

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...] propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1988, p. 162).

É próprio de toda FD, conclui ele, dissimular a objetividade material contraditória do interdiscurso, que reside no fato de que “algo fala” sempre “antes, em um outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1988, p. 162).

Assim, podemos resumir, que, na trama discursiva, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, através das FI's, e fornece a “cada sujeito” a sua “realidade”.

Pouco mais a frente, em “Só há causa daquilo que falha”, Pêcheux (1988), em um “corajoso exercício de autocrítica”, como considera Ferreira (2010), corrige seu percurso e retifica, em parte, sua tese anterior. Deixando claro que está ciente de um destino “extremamente problemático” ao aproximar os postulados da chamada “Tríplice Aliança” teórica francesa (com Althusser, Lacan e Saussure), esclarece que a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o que não significa que a ideologia deva ser pensada fora do registro do inconsciente (p. 301).

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido (PÊCHEUX, 1988, p. 300).

O deslizamento dos sentidos – primado da metáfora - não desaparece sem deixar traços no sujeito.

Se na primeira fase da AD em Pêcheux o sujeito seria uma categoria preexistente a cada indivíduo e, em um segundo momento, prosseguindo no entendimento do sujeito como efeito de assujeitamento, ele passa a ser pensado em relação às FD's e ao interdiscurso, a terceira fase é marcada pela valorização da alteridade discursiva, ou seja, “do discurso de um outro colocado em cena pelo sujeito, ou ainda, do discurso do sujeito posto em cena como um outro” (BAPTISTA, 2011, p. 24). Fortalecia-se a noção da heterogeneidade como constitutiva do discurso.

Revisitando seus estudos sobre o sujeito discursivo e buscando compreender como se dá a resistência desses sujeitos, Eni Orlandi (2005) aponta para importantes

concepções acerca do sujeito discursivo contemporâneo. “Como sabemos, a interpelação do sujeito capitalista – o sujeito da contemporaneidade – faz intervir o direito, a lógica, a identificação” (ORLANDI, 2005, p. 2). Sua ilusão constrói-se sobre duas evidências: a de que ele é, como dissemos acima, origem de seu dizer (diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que diz só poder ser aquilo).

A constituição desse sujeito, conforme Orlandi (2005), possui dois momentos: o da interpelação do sujeito – por meio do simbólico - pela ideologia, e, em seguida, o estabelecimento do estatuto de sujeito por suas formas de individualização em relação ao Estado – no caso, o do capitalismo. Esta é nossa forma-sujeito, um “indivíduo livre de coerções e responsável, que assim deve responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres) diante do Estado e de outros homens” (ORLANDI, 2005, p. 4).

Há, contudo, a possibilidade da resistência do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza. Vale lembrar aqui que Jean-Jacques Courtine (2009) acentuou, na década de 1980, a partir do conceito de enunciado dividido, a heterogeneidade como uma marca constitutiva das formações discursivas, sempre atravessadas por outras, contraditórias ou concorrentes. O que implica na própria heterogeneidade que marca as posições ocupadas pelos sujeitos.

A pergunta lançada por Orlandi (2005), a esse respeito, é: “pode o sujeito, ao resistir aos processos de sua individualização afetar a forma-histórica do sujeito e por aí chegar até mesmo a atingir seu modo de interpelação?” (ORLANDI, 2005, p. 5). E, de maneira mais direta, “como a reiteração da resistência do sujeito ao Estado pode afetar a forma-sujeito histórica? Não estaria aí posta a questão da contradição na constituição do sujeito?” (ORLANDI, 2005, p. 5).

Um primeiro exemplo trata de abarcar a questão da língua nacional, que faz parte de qualquer estado e não permite uma resistência do sujeito em relação à norma sem que este seja marginalizado. Ainda assim, há formas de resistência, maneiras de estar “fora” dessa legitimidade, como é o caso do exemplo: a pichação. A autora nos convida, então, a refletir, com outros autores, sobre este “estar fora”, na tentativa de compreendermos como funcionam tais resistências e que sujeitos são esses.

As análises que levam em conta as classes não mais dão conta, como observa ela, da sociedade e de seus conflitos.

Com efeito, a desarticulação das relações de produção e de reprodução gera novas desigualdades e novas formas de dominação que deslocam as linhas de clivagem. A “lutte de classes” (a luta de classes) dá lugar à “lutte de places” (a luta pelos lugares). Processo ligado a um processo profundo de “des-institucionalização”. E ao desenvolvimento de uma “cultura heróica do sujeito” que remete cada um à construção e à responsabilidade de seu próprio destino. As relações sociais são assim sentidas como uma série de provas (ou provações) individuais (ORLANDI, 2005, p. 7-8).

O indivíduo que está fora não vê meios para inserir-se nesta sociedade de segregação; a produção é substituída pelo consumo, sobretudo de produtos culturais, que “modelizam nossas personalidades”; é preciso fazer um lugar próprio para ser reconhecido, e útil e produtivo. É deste contexto que Orlandi (2005) retira subsídios para enfrentar a questão da pichação.

Não é possível pensar a linguagem separada de seu meio e de suas conjunturas. Sendo um fato social, muito diz sobre a escrita urbana e sobre os modos de significação por ela acarretados. À parte de quaisquer exemplos, precisamos nos perguntar como os elementos do mundo social “existem para o sujeito enquanto representações psíquicas inconscientes, ideológicas, e como podem ser objetos de identificação, no sentido discursivo do termo” (ORLANDI, 2005, p. 12).

Quanto às perguntas feitas acima, a pesquisadora responde de tal maneira: “Certamente esse gesto em si pode apenas afetar a forma de individualização do sujeito e não atingir a forma histórica do sujeito. Para isso é preciso que ecoe na história e deixe de ser apenas uma repetição para ser uma ruptura” (ORLANDI, 2005, p. 14). Lidar com os efeitos discursivos exige explorar a rede de questões que circulam por terrenos de “encontros problemáticos”.

3.3 SUJEITO E CONTEMPORANEIDADE

A partir de nossas considerações sobre em quais terrenos situaram-se os sujeitos pensados em campos do conhecimento que julgamos essenciais à nossa pesquisa, reafirmando, sobretudo, sua relação com o poder e o discurso, poderemos transitar agora pelos modos de subjetivação vigentes em nossa atualidade.

Alain Ehrenberg (1998, 2012) reflete sobre o indivíduo contemporâneo, que se constitui na medida em que saímos da sociedade de classes e de um determinado estilo de representação política e de regulação das condutas. Em “La fatigue d’être soi” (1998), o francês lança luz sobre o tema da depressão, grande mal e “sucesso médico” da atualidade, segundo ele. Explorando a história da noção psiquiátrica da depressão, investiga que seu lugar

expressa as transformações normativas da sociedade francesa pós Segunda Guerra, bem como seu papel nas mutações da individualidade patológica no campo da psiquiatria.

Tais mutações normativas teriam se dado na década de 1980, podendo ser entendidas no universo corporativo como um novo “managériale”, ou, como traduz Nilton Ken Ota (2014), uma nova “liturgia gestonária”. Esta não se daria mais no âmbito da obediência, do trabalho repetitivo, mas sob a forma da “iniciativa”, tomada por um “empreendedor do trabalho flexível”. A empresa teria papel fundamental no desenvolvimento da depressão nervosa.

Somada à diminuição das garantias de proteção social, pelo Estado, e da estabilidade no emprego, pelo mercado, essa “liturgia” teria se espalhado pela sociedade, de cima a baixo, procurando incutir uma disposição para o engajamento empreendedor em todos os cidadãos. A essa disseminação gestonária corresponderia também transformações na família, cada vez menos hierarquizada no âmbito das relações de gênero e entre gerações, e um novo “estilo de desigualdades” dentro do sistema de ensino, que promove assimetrias entre grupos sociais horizontais e de formação equivalente. (OTA, 2014, p. 55).

Tais processos sociais contribuiriam para o surgimento de um individualismo exacerbado, que se notabiliza pela grande atenção conferida ao sofrimento psíquico. A depressão, segundo Ehrenberg (1998; 2012), figuraria, dessa forma, como uma chave para o acesso ao que se relaciona ao sofrimento e ao mal-estar, o lugar da patologia da subjetividade contemporânea. Lugar este, agora, deslocado da “culpabilidade à responsabilidade” (EHRENBERG, 1998. p. 17). A concorrência exacerbada estaria no cerne do individualismo da sociedade afetada pela pandemia depressiva. Mais que um conflito psíquico, a subjetividade estaria ligada à insuficiência, ao vazio, que traz à tona a importância do trauma.

A depressão tem desempenhado um papel de entidade clínica entre o velho mundo da psiquiatria e da loucura e o novo mundo da saúde mental e do sofrimento psicológico. Ela acompanhou, durante a segunda metade do século XX, o movimento da disciplina à autonomia, tomando gradualmente o lugar da neurose freudiana, essa patologia da culpa, para se tornar a sombra do indivíduo normatizado pela autonomia⁶. (EHRENBERG, 2012, p. 13. Tradução nossa).

Em “La société du malaise” (2012), Ehrenberg propõe uma comparação entre o espírito americano de personalidade e o espírito francês de instituição. Para tal, passa pelos

⁶No original: “La dépression a joué un rôle d'entité clinique relais entre l'ancien monde de la psychiatrie et de la folie et le nouveau monde de la santé mentale et de la souffrance psychique. Elle a accompagné, au cours de la seconde moitié du XX siècle, le déplacement de la discipline à l'autonomie en prenant progressivement la place de la névrose freudienne, cette pathologie de la culpabilité, pour devenir l'ombre de l'individu normé par l'autonomie”.

conceitos que considera chave em nossas sociedades, de subjetividade e autonomia. Precisamente, “é uma questão de esclarecer o fato de que as relações sociais são agora dadas em uma linguagem dos afetos que é dividida entre o mal do sofrimento psíquico e o bem da realização pessoal ou da saúde mental” (EHRENGERG, 2012, p. 13)⁷. (Tradução nossa).

O ponto central aqui está na questão do sujeito, que transita pela regulação pública na vida privada, entre as reivindicações políticas de corte liberal e a garantia estatal do bom funcionamento do “social”.

A “*declinologia*” e o “*antiliberalismo*” como atributos profundos do pensamento francês mobilizariam uma crítica conduzida pela nostalgia dos tempos áureos do Estado-Providência, uma atitude incongruente com a atualidade, ressalta Ehrenberg em diversos momentos do livro. Incongruente porque, como já havia apontado os três estudos que compõem a trilogia, o indivíduo contemporâneo – inclusive o francês – teria se mostrado muito pouco permeável à normatividade institucional. A ambiência concorrencial que define uma mutação da autonomia individual, movida pela crescente horizontalidade das relações sociais, seria também agente de uma maneira diferente de sofrer e de exprimir socialmente o sofrimento. (OTA, 2014, p. 55-56).

Com isso, o pesquisador francês explicita um posicionamento mais favorável ao espírito americano da personalidade, uma vez que este estaria mais habilitado a responder às demandas do individualismo contemporâneo, que se apoia na concepção da sociedade como uma “comunidade de *selves* autônomos, no qual cada indivíduo seria ele mesmo uma instituição que recusa qualquer instrumento estatal de proteção ou de intervenção que ameace ou altere a economia e o espaço de sua liberdade” (OTA, 2014, p. 56). Logo, a depressão, uma patologia da autonomia, seria frequentemente incompreendida por intelectuais franceses. Firme em seus posicionamentos, Ehrenberg (2012) critica o “pessimismo hipercrítico” da sociologia praticada por muitos intelectuais, a exemplo de Pierre Bourdieu e Robert Castel (este tendo, inclusive, resenhado a obra “*La société du malaise*” (2012)⁸, resenha a qual foi respondida por Ehrenberg⁹).

A mudança de registro do sujeito da culpa ao sujeito da responsabilidade também está presente nos trabalhos de Dardot e Laval (2016). Segundo eles, uma nova norma subjetiva precisa ser pensada a partir do momento em que entra em voga a concepção que enxerga a sociedade como uma empresa constituída de outras empresas. A nova condição do

⁷“Il s'agit de clarifier le fait que les relations sociales se donnent désormais dans un langage de l'affect qui se distribue entre le mal de la souffrance psychique et le bien de l'épanouissement personnel ou de la santé mentale”.

⁸Em “Autonomy: aspiration, or condition?”, de Robert Castel (2010).

⁹Em “Society of discontent or discontent in society?”, de Alain Ehrenberg (2010).

sujeito contemporâneo afetaria sua própria economia psíquica. “O homem neoliberal é o homem *competitivo*” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 322).

As democracias liberais, segundo eles, lugar de tensões e conflitos, de certo ponto de vista, “respeitavam um funcionamento heterogêneo do sujeito”, pois permitiam uma separação das esferas da vida, uma independência relativa das instituições. Contudo, a sociedade industrial traz com ela um “sujeito produtivo”, que não mais tem a capacidade de separar os domínios de sua existência. O homem útil, eficaz e dócil ao trabalho, começa a declinar e começa a se homogeneizar o discurso do sujeito em torno da figura da empresa, operando uma “unificação sem precedentes das formas plurais da subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326). Sua subjetividade está inteiramente abarcada na atividade a ser desempenhada. Agora,

trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. [...] Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo de distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 327).

Estamos diante de um homem que deve ser bem-sucedido, empoderado, motivado, convocado e disposto a correr riscos. O que, irremediavelmente, acaba por acarretar uma série de sofrimentos e angústias quando não é possível alcançar tudo o que é fixado como meta, assunto que trataremos de maneira mais detida no capítulo desta dissertação dedicado às questões do sofrimento. Interessa-nos agora, contudo, indicar como se constitui esse novo sujeito. Competitivo ao extremo, empreendedor de si mesmo e, destaquemos desde já, responsável por si mesmo. Responsável por suas vitórias – ainda que nunca suficientes – mas, sobretudo, por seus insucessos e derrotas.

A fluidez dos laços sociais e a supressão dos limites entre os “eus” (interior e exterior) na contemporaneidade são, segundo Claudine Haroche (2008), constituintes das transformações na esfera dos sentidos corporais. Distantes de figurarem como objetos de preocupação recorrente nas teorias sociais e políticas da modernidade, o corpo – e sua relação com outros corpos, o espaço ou o tempo – e a função do sensível na constituição do pensamento são alguns dos temas abordados pela historiadora.

A autora indica uma transformação de grande alcance nas maneiras de sentir estabelecidas no Ocidente: a crescente exteriorização do sujeito é proporcional ao seu empobrecimento interior. Como é ressaltado já no prefácio da obra, as transformações

tecnológicas do capitalismo avançado levam à inatenção e à falta de simbolização dos sentidos, conduzindo as individualidades para a ordem corporal, limitando-se às sensações.

Nesta perspectiva, o caminho seria o do divertimento, passando ao enurdecimento e, por fim, chegando ao isolamento. Tal fenômeno pode acarretar estados de indistinção entre indivíduos, entre os corpos, entre as subjetividades, levando-os à indiferenciação. No cerne das interrogações fundamentais a respeito das sociedades democráticas ocidentais estão a desatenção, a pressa e a excessiva preocupação consigo, culminando na autossuficiência e na arrogância. Assim, a sociedade pode encorajar ou, ao menos, deixar que se instale a indiferença, a inércia.

Zygmunt Bauman (2001) também reflete tal desengajamento ao retratar a mudança da sociedade sólida para a sociedade líquida, que não se fixa a um espaço ou tempo estabelecidos, que a todo tempo se molda em busca de algo novo, sempre em favor do que estabeleceu chamar de liberdade, em detrimento da pausa, da reflexão e da crítica. Com isso, vê na mobilidade, no deslocamento incessante, uma importante forma de poder nas sociedades contemporâneas: a desinstitucionalização. A predominância das chamadas “comunidades estéticas”, superficiais e descontínuas, reforçam, segundo ele, a ideia de não-pertença. Tratamos aqui da reunião de indivíduos isolados, da superficialidade dos laços, do desengajamento e declínio do sentido, que leva à dispersão, à fragmentação dos vínculos e dos próprios indivíduos. Amplia-se o isolamento corporal, na mesma medida em que se amplia o isolamento social e psíquico.

Haroche (2008) sublinha a importância de atentarmos para a fluidez como marca eloquente tanto da subjetividade quanto da individualidade contemporâneas. Em uma precisa “genealogia da fluidez”, a autora recapitula que a moderação, representação distinta do corpo, que instaura e permite a existência do sujeito na construção de sua identidade social, lembrava, nos séculos XVI e XVII, seus limites ditados pelo pudor e pela religiosidade. Com o advento dos direitos políticos, o indivíduo passa a preocupar-se, após o século XVIII, além da vida religiosa, com o institucional e social, para chegar ao século XX reivindicando simultaneamente aspectos políticos, sociais, éticos, psicológicos, enfim, seus direitos morais e pessoais.

Defrontamo-nos hoje, segundo Haroche (2008), com a indistinção entre sentimentos e direitos morais. Respeito e consideração, sentimentos de injustiça e desigualdade são centrais às questões políticas democráticas contemporâneas, relacionando-se, em grande medida, ao desconforto ocasionado pela falta de vínculos. As reconhecidas formas de estabilidade, de um estabelecimento psíquico e subjetivo do espaço, ancoragem

psíquica e emocional, se perturbam, acarretam um desenraizamento subjetivo. Estaríamos, dessa maneira, diante de novas formas de “desposseção” de si.

Hoje, a sensação contínua e o movimento permanente, segundo Haroche (2008), transformam os modos de funcionamento sensoriais no sentido de estimular o desinteresse, o descompromisso e o desengajamento, fraturando a própria noção de eu. A autora se interroga sobre os efeitos produzidos por tais fluxos sensoriais contínuos, informacionais, tecnológicos, levantando a hipótese de que eles afetam a capacidade de vivenciar os sentimentos, sobretudo, o sentimento de existência do eu e do outro. O sentimento do eu necessita, segundo ela, de certa continuidade, no mínimo, alternância entre movimento e pausa, condição primordial para o pensamento. Consequência disso seria o estreitamento, a contração da consciência.

As sociedades de consumo impõem *um movimento incessante* e uma *atividade contínua*, intensa, em que a precipitação, o frenesi e a urgência emperram a capacidade de julgar e promovem a superficialidade tanto em relação aos bens culturais quanto nas relações entre os indivíduos (HAROCHE, 2008, p. 212).

A contemporaneidade, afirma Joel Birman (2012), tem sido fonte permanente de surpresas para o sujeito, sendo este o efeito mais evidente de tal turbilhão. O sujeito acaba por se chocar a surpresa e o imprevisível, e isso o desorienta. “Assim, podemos dizer que, tanto no registro coletivo como no individual, nas escalas local e global, a subjetividade foi virada de ponta-cabeça” (BIRMAN, 2012, p. 7). Os signos e seus códigos de interpretação foram, segundo ele, deslocados, fazendo com que o sujeito perca suas referências. A fragilidade dos processos de simbolização culminariam em uma subjetividade incapaz de antecipar o perigo e regular suas relações com o mundo.

Tais transformações estariam diretamente relacionadas à prevalência cada vez maior do espaço sobre o tempo na constituição da experiência subjetiva. Sob esta perspectiva, seria como se “a subjetividade acreditasse que estivesse vivendo num eterno presente, no qual a *repetição do mesmo* fosse tão poderosa que não anunciasse mais qualquer possibilidade de ruptura e de descontinuidade” (BIRMAN, 2012, p. 9). Com isso, a espacialização da experiência psíquica indicaria uma dominância da sensação de dor, a despeito do sofrimento, no psiquismo.

A dor evidenciaria uma posição solipsista do sujeito, direcionando suas coordenadas neste novo mundo fechado ao outro. Tal abertura seria da ordem do sofrimento, da experiência alteritária, que enxerga o outro em tal processo e é capaz de lhe enviar uma demanda, condição primordial à simbolização e à temporalidade. “Porém, se o sujeito atado

na dolorida posição solipsista não pode fazer qualquer apelo ao outro, é o desalento que se impõe como pathos, destinando-o então à paralisia” (BIRMAN, 2012, p. 9).

O pesquisador destaca uma importante transformação nas modalidades de subjetivação do Ocidente, que começa a ser evidenciada no início dos anos 1970: o deslocamento da problemática do *sonho* para a da *dor*. O sonhar, experiência essencial, conforme Birman (2012), vai se apagando, “sendo substituído progressivamente pela presença pregnante, disseminante e assustadora da dor” (BIRMAN, 2012, p. 22). Constitui-se, assim, uma modalidade de subjetividade que sonha pouco, evidenciando uma impossibilidade de sustentação do desejo e da simbolização. A perda do potencial de simbolização, seu empobrecimento, seria uma das grandes questões referentes à subjetividade contemporânea.

A significativa importância conferida à “Interpretação dos sonhos”, de Freud (2001), na virada do século XIX para o XX, vai perdendo espaço. As críticas se acentuam, até o ponto que a experiência figura como alvo de uma leitura cientificista e do processo de intensa medicalização do Ocidente. Birman (2012) chama a atenção, ainda, para o fato de que, no discurso psicanalístico, a transformação nas formas de subjetivação já se configurava nas duas primeiras décadas do século XX, sendo a dor proeminente face ao registro do desejo (a compulsão à repetição se impunha no psiquismo em relação à recordação). Logo, a apresentação se sobressaía frente à representação, ou seja, a ordem da espacialização frente à ordem da temporalidade.

O empobrecimento da linguagem, a perda de seu poder metafórico – cada vez mais substituído pela imagem – também marcaria de maneira profunda as subjetividades contemporâneas. Decorrencia disso, seria o fato de que a discursividade assumiria uma posição notoriamente *horizontal*, perdendo sua potencial de abrir-se à *verticalidade*. Linguagem – e discurso – assumem caráter metonímico e não mais metafórico. Em suma, a linguagem perde de maneira marcante sua feição simbólica.

A “desposseção de si”, medo de perder-se diante de uma subjetividade impotente em face aos acontecimentos irruptivos, subverte a economia psíquica, estando aí a problemática crucial do mal-estar contemporâneo. Estamos, com isso, presenciando um processo de esvaziamento do sujeito – refletido nas faces das depressões.

Nesse contexto, o sujeito também começa a se esgotar de maneira trágica, se esvaindo de seu desejo de ser, de viver, de agir. Sua potência se perde, obviamente, assim como suas certezas. Se o caráter, como invariante que é da subjetividade, se dilui e mesmo desaparece, o sujeito não possui mais qualquer projeto de existência. Deve apenas se adaptar às oscilações e variações do mercado de trabalho, procurando apenas sua sobrevivência. Com isso, acaba por ser tragado pela fadiga de si mesmo, tal como Ehrenberg procurou interpretar a disseminação da depressão na contemporaneidade. Seria esta fadiga de si mesmo uma outra figura crucial para se falar do vazio e da despossessão de si na contemporaneidade (BIRMAN, 2012, p. 123).

As leituras das mudanças das formas de mal-estar são excelentes indicadores para as transformações das quais são tratadas na contemporaneidade, segundo Birman (2012), pois nos levam às próprias mudanças experienciadas pelo sujeito.

Isso porque o mal-estar é o signo privilegiado e a caixa de ressonância daquilo que se configura nas relações do sujeito consigo mesmo e com o outro, revelando, assim, as coordenadas cruciais que seriam constitutivas da experiência subjetiva. [...] Enfim, as formas de estruturação do sujeito se evidenciam melhor pela captação de suas formas de padecimento (BIRMAN, 2012, p. 55).

Esta pesquisa só se sustenta a partir do momento em que consideramos, assim como Birman (2012), as transformações dos modos de percepção do mal-estar como lugar privilegiado, onde ecoam diretamente as transformações que tocam o sujeito. Tais mutações, algumas das quais buscamos trazer à discussão neste capítulo, não poderiam se dar sem que deixasse marcas. Assim como se transformam as maneiras de enxergar o sujeito, transformam-se também as maneiras como esse sujeito lida com suas dores, seus sofrimentos e mal-estares. Por isso, no próximo capítulo, estenderemos nossas discussões a este campo sensível.

4 O SOFRIMENTO E O SUJEITO CONTEMPORÂNEO

Em “O mal-estar na civilização” (1997), ao dissertar sobre diversas fontes do sofrimento humano e possíveis caminhos tomados na busca por atenuá-lo, caminhos estes que se enveredam por alternativas sempre falhas em sua completude, Freud teoriza algo amplamente percebido no campo sensível: o sofrimento é a regra, a felicidade é o episódico. Haveria existência sem dor, sem angústia? Ou retirar a dor da existência seria o mesmo que banir a existência em si? Do que se trataria, afinal, o mal-estar que parece inato ao ser humano e permeia discussões através de gerações? Poucos não foram os autores, reconhecidos em diferentes campos, que se debruçaram sobre a infelicidade humana e suas marcas deixadas no sujeito.

O entendimento de que a percepção da dor e do sofrimento é construída histórica e socialmente é o primeiro e essencial passo ao nosso percurso. Problematizaremos, dessa forma, os conceitos, os nomes dos males em si, que, por meio do discurso, assumem sentidos que se movem e se transformam de acordo com incontáveis fatores. O que entendemos por sofrimento na atualidade, certamente, difere-se amplamente do percebido pelo indivíduo da modernidade. Contudo, é vital o pressuposto de que, ao nos interrogarmos sobre as percepções da dor e o do sofrimento e seus sentidos para o sujeito, podemos encontrar as próprias pistas que marcam os modos de subjetivação (ou assujeitamentos) de uma dada época.

Claudine Haroche (2008), na conclusão de sua obra que explora as maneiras de sentir da contemporaneidade, ressalta algo - segundo ela, já previsto por autores como Bergson - fundamental às discussões atuais de que a fluidez sem limites das sociedades se choca com a necessidade de organização interior responsável pela continuidade subjetiva: a dor sem sujeito é impensável. Não existe dor sem sujeito. E mais:

para que haja dor, é preciso um sujeito capaz de sentir. Sensível é o ser capaz de sofrer ou experimentar prazer e alegria; e também a capacidade de imaginar, de perceber o prazer, bem como o sofrimento do outro (HAROCHE, 2008, p. 224).

Para refletirmos sobre o sujeito de nosso tempo, precisamos nos situar em um campo ideológico complexo. Apresentam-se a nós questões a respeito de um sujeito atrelado a uma interioridade esvaziada e temporalidade reduzida, que se vê ligado a uma sociedade cujo desengajamento é forte característica e imerso em relações cada vez mais distantes e voláteis.

Um sujeito do consumo, por um lado, e da medicalização, por outro, marcas de uma nova maneira de lidar com a dor e o sofrimento.

Neste capítulo, trataremos de expor algumas das perspectivas levantadas a respeito do mal-estar e do sofrimento e de sua relação com o sujeito. Procuramos visitar, de maneira breve, as contribuições de grandes pensadores do mal-estar, quer seja pelo viés do sofrimento, da angústia ou da melancolia, ressaltando a decepção em relação ao projeto moderno e suas implicações para o sujeito. Passaremos ainda por importantes aspectos discutidos por autores da atualidade, sobretudo, pelo que diz respeito à fluidez das relações e a desinstitucionalização, apontadas como relevantes causas do mal-estar na contemporaneidade. As relações de poder também serão contempladas, em um espaço dedicado a relacionar o sofrimento contemporâneo e o sujeito neoliberal.

Importante observar, desde já, que não nos atrelaremos a apenas uma área do conhecimento ou campo específico. Interessa-nos transitar por diversos campos que possam trazer à tona traços do sujeito *sofrente*, ressaltando apenas que voltaremos nossos olhares para as discussões humanistas, que, de alguma forma, tocam nas questões sociais e nas sensibilidades, deixando de lado as perspectivas biomédicas, tão pronunciadas na atualidade.

4.1 SOFRIMENTO E SUJEITO

A angústia de existir já aflige o homem há tempos. O termo “angst”, tipo de emoção inespecífica que traz sentidos atrelados a “medo”, “ansiedade” e “conflito intenso”, foi apropriado por alguns dos mais importantes pensadores. Sartre dissertou sobre o sentimento de frustração vivenciado pelo indivíduo, um conflito permanente travado com suas responsabilidades, para conosco e com os outros. Também Heidegger tratou da disposição inerente à condição humana, asfixiada pela autenticidade, pela passividade e pela superficialidade da existência cotidiana.

Na filosofia de Schopenhauer, em sua obra mais debatida, “O mundo como vontade e como representação” (2005), o sofrimento é teorizado como a “essência da vida”, sendo o grau máximo do sofrimento a dor da morte. Em linhas muito gerais, o que está em cena são a dor e a grande questão da filosofia e do homem: a afirmação ou a negação da vontade de querer viver. O que mantém o ser vivo em movimento é a vontade de viver, e viver é sofrer. Quanto mais adquire conhecimento, mais consciência da dor teria o homem, experimentando, dessa forma, uma porção maior do sofrimento.

Analisando o sofrimento da filosofia de Schopenhauer, Karla Ribeiro (2016) chama atenção para como o conceito de sofrimento é também caro para as tradições éticas atuais, uma vez que

o sofrimento, nas suas diversas figuras como a falta, a dor, a violência e a angústia, constitui-se o critério referencial limite para a reflexão das ações morais, no sentido que se consideram morais as ações que não provoquem ou minimizem o sofrimento e a dor, tratando-se este conceito então de um limiar do pensamento sobre ética (RIBEIRO, 2016, p. 2).

Conforme Maria Rita Kehl (2010), a palavra “melancolia”, no Ocidente, designa “uma estrutura de sensibilidade que caracteriza o sujeito que se vê em posição excêntrica frente à norma de sua época” (KEHL, 2010, p. 2).

Da Grécia homérica até o romantismo, passando por Aristóteles (O Problema XXX) e pela crise do renascimento, o melancólico era considerado como um ser de exceção, sujeito à alternância entre momentos de inspiração poética e ataques de fúria ou de inapetência para a vida (KEHL, 2010, p. 2).

A psicanalista destaca que Freud rompe com a tradição que relaciona o melancólico à cultura e à criação artística ao levar o significante “melancolia” para o campo da psicanálise, a saber, inaugurando uma nova explicação para a então chamada “psicose maníaco depressiva”. Ao diferenciar melancolia e luto, Freud (1974) acredita que, na primeira, haveria um modo patológico de lidar com a perda, enquanto no segundo, tal relação seria “normal”, passível de um trabalho psíquico natural.

Em tal ensaio, Freud (1974) deixa claro que os sintomas clínicos então observados em ambos os afetos seriam muito semelhantes: desânimo profundamente penoso, desinteresse pelo mundo externo, falta de apetite, incapacidade de realizar qualquer atividade ou mesmo ter pensamentos que não estejam ligados à perda sofrida. O melancólico, contudo, exibe um traço que está ausente no luto: uma diminuição exacerbada de sua auto-estima, levando a uma “expectativa delirante de punição”.

Se, no luto, é o mundo que se torna vazio, na melancolia, seria o próprio ego. O luto, de modo geral, é entendido por ele como a reação à perda de um ente querido ou de alguma abstração que tenha ocupado o lugar de um ente querido, como um país, a liberdade ou o ideal de alguém. Quando o trabalho do luto se conclui, o ego ficaria novamente livre. Por vezes, segundo ele, tais perdas também poderiam levar à melancolia, mas esta estaria relacionada a uma condição patológica. Aqui, a perda, muitas vezes, tem natureza mais ideal, e ainda, em outros casos, nem é possível saber claramente o que se perdeu. O paciente

representa, conforme descreveu Freud (1974), seu ego completamente desprovido de valor, incapaz e desprezível, esperando ser expulso e punido. Tais reações iriam além do compreendido por “normal” à época, chegando ao estatuto de doença.

Walter Benjamin, cuja leitura da poesia de Baudelaire marcou a recepção contemporânea da obra do poeta, teria sido, segundo Kehl (2010), o último dos pensadores modernos a tomar a melancolia no sentido pré-freudiano, ao relacionar o “desencanto e a falta de vontade” do melancólico ao desajuste ou recusa quanto às condições simbólicas do laço social. Em Baudelaire, prossegue a autora, a melancolia relaciona-se com o espaço público da cidade, marcado pela perda do pertencimento a formas comunitárias de convívio que a modernidade destruiu, entretanto, não deixa de atrelar-se à genialidade artística, a aparecer como uma potência à produção do belo.

De gênio a degenerado: o *spleen*, forma moderna da acedia, marcou o poeta símbolo da melancolia moderna, Charles Baudelaire. Na grande Paris, “capital do século XIX”, a condição melancólica do sujeito moderno é representada pelo poeta *flâneur*, que vagueia em busca de fragmentos do passado (recalcado) na contramão da multidão urbana composta de operários, de mendigos, de velhos, de bêbados, de prostitutas, de todos os desgarrados das formas comunitárias de pertencimento e amparo recentemente dissolvidas pelo capitalismo industrial. Em Baudelaire, a forma subjetiva do indivíduo já se completou: ele se vê isolado entre seus semelhantes, seus rivais, seus irmãos, todos tão desenraizados quanto ele. O *spleen* baudelaireano é próximo do tédio, mas não se confunde com ele. Parente da doce melancolia romântica, da “indolência natural dos inspirados”, da dissipação produzida entre paraísos artificiais, o *spleen* conjuga gozo e desencanto, misantropia e gosto estético pelo mal, como nas melhores expressões da melancolia. Mas o isolamento do poeta tem também o sentido de resistência às formas de agenciamento que a modernidade promove para arrastar as multidões em sua rede (KEHL, 2010, p. 3).

O melancólico benjaminiano também pode ser entendido, segundo a autora, como um sujeito desajustado, que se sente apartado da dimensão pública do “Bem” – o bem do “Outro” – seja porque tal desajuste tenha se dado no processo que o conduziu à definição de sua via individual ou porque a hegemonia dos mandatos éticos e morais estaria migrando para outras instâncias de poder. Ao dissertar sobre como o fatalismo relaciona-se ao melancólico de Benjamin, Kehl (2010) enumera algumas de suas condições, nenhuma das quais estranha ao sujeito contemporâneo: o sentimento de que as ações humanas estariam privadas de valor, a deslealdade para com os homens em troca de lealdade para com os objetos signos de poder, a indolência fatalista ante um mundo vazio, a reificação das relações humanas.

Kehl (2010) lembra que o novo nome do sintoma social contemporâneo, expressão do mal-estar, é a depressão, herdeira do que teria sido a melancolia pré-freudiana. Assevera, ainda, que não existe substituição sem perda. Ao trocar o “melancólico” pelo

“depressivo”, mantendo a linha analítica que articula a antiga melancolia ao sintoma social, “parte do brilho e do valor atribuído pela tradição ocidental a esta forma de mal-estar teve de ser deixado para trás” (KEHL, 2010, p. 11).

É preciso admitir, conclui ela, que

a aura romântica, tanto reflexiva quanto criativa, (mal) equilibrada na tensa fronteira entre o gênio e a loucura – a aura dos antigos melancólicos – se perdeu (KEHL, 2010, p. 11).

Embora os depressivos que procuram a clínica psicanalítica na atualidade estejam longe de pensarem a si mesmos ou serem vistos pela sociedade como “gênios poéticos”, a psicanalista abre a reflexão de que é possível que sejam portadores de um saber singular a respeito das condições contemporâneas do mal-estar.

Uma breve palavra sobre o projeto moderno é necessária, uma vez que a desilusão do sujeito com seus fracassos torna-se central nas teorias que discutem o mal-estar das sociedades. Tal projeto é tido como o mais grandioso de todos os tempos. Partindo de si mesmo, da sua qualidade humana da razão, impulsionado pela ciência e pela filosofia, o homem buscou parâmetros sólidos que lhe permitissem garantir o progresso e a felicidade. Com o controle da natureza, agora a seu serviço como matéria-prima, e a definitiva afirmação das abscissas e ordenadas cartesianas que mapeavam um mundo finito, girando ao redor do Sol, o projeto moderno se concretiza com a Revolução Francesa, com a queda do antigo regime e a ascensão da burguesia, apoiada nos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade. Embora liberto da vontade dos tiranos, o sujeito moderno permanece atado a variadas formas de controle externo, como família, religião, Estado e a própria lei.

Na passagem à dita pós-modernidade, o mundo planifica-se, e a desilusão em relação aos grandes planos traçados pelos ideais iluministas se evidencia. Os Estados-nação, bem como suas certezas e segurança ao indivíduo, fracassam; tampouco o comunismo frutifica em sua esperança de um futuro mais humano; a fé na razão falha, sobretudo quando se assimilam as consequências das grandes guerras e do nazismo. Logo, o otimismo da busca por um futuro mais próspero cai por terra. Dispensam-se as verticalizações hierárquicas e, a partir da expansão dos meios de comunicação, as antigas fronteiras são rompidas. O mundo unifica-se em uma aldeia global de consumo (McLuhan, 1974). Estabilidade e disciplina, indispensáveis à produção, não fazem mais sentido à expansão do consumo, que depende da máxima liberdade possível. A máquina capitalista, alimentada pelo desejo humano em suas muitas possibilidades e necessidades criadas pelo mercado, tem o indispensável apoio dos

meios de comunicação. Sociedade e sujeito vivenciam a crise decorrente da mistura do sentimento de frustração do insucesso do projeto moderno, somado às velozes transformações – que se tornaram mais velozes e em um período de tempo cada vez menor.

Impossível não destacarmos, voltando às nossas preocupações centrais, que o drástico declínio das antigas formas de controle social sobre o sujeito também pode revelar-se como causa de uma vertiginosa angústia, indicando que os extremos da opressão e da liberdade certamente contribuem para o que entendemos como mal-estar nas sociedades. Se o mal-estar experimentado pelo sujeito moderno, conforme descreveu Freud (1997), era claustrofóbico, em seu aprisionamento pela civilização, a angústia que acomete o sujeito pós-moderno reflete um vácuo atribuível à falta de referências, de ancoragem.

Na busca pela liberdade, elucida Bauman (1998), teorizando sobre o mal-estar da pós-modernidade, as perdas e ganhos mudaram de lugar. Se os mal-estares da modernidade provinham de uma segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual, os da pós-modernidade vêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais. Se, como propõe o teórico, “obscuros e monótonos dias assombraram os que procuravam a segurança, noites insones são a desgraça dos livres” (BAUMAN, 1998, p. 10). Em diálogo com Freud (1997), o sociólogo lembra que uma disposição diferente das questões humanas não indica necessariamente um passo a frente no caminho da felicidade, esta apenas possível como momento de satisfação, algo episódico.

Em “O mal-estar na civilização”, Freud (1997) atribuiu o avanço do processo civilizatório ao êxito com que as pulsões – ou instintos, conforme diferentes traduções de suas obras – dos sujeitos foram reprimidas pelos mecanismos sociais. Contudo, sempre se questionou sobre até que ponto esse projeto poderia ser bem-sucedido, já que desse refreamento decorriam graves prejuízos ao psiquismo dos sujeitos. Segundo ele,

Impossível desprezar até que ponto a civilização é construída sobre a renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos. Essa “frustração cultural” domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. [...] Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Isso não se faz impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso (FREUD, 1997, p. 118).

Na mesma obra, Freud (1997) trata das fugas impostas pelo princípio do prazer na tentativa de evitar as “frequentes, múltiplas e inevitáveis” sensações de sofrimento e desprazer. Entretanto, lembra ele, certos sofrimentos que se procura extirpar mostram-se

inseparáveis do ego – não pertencem ao mundo exterior. Como a vida é árdua demais, repleta de sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis, a fim de suportá-los, o indivíduo lança mão de medidas paliativas. Derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz da nossa desgraça; satisfações substitutivas, que buscam diminuir tal sofrimento, como as oferecidas pela arte; ou substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ele.

Se pensarmos essas três categorias na atualidade – bem como seus desdobramentos, que discutiremos mais à frente – podemos propor que a diversão, quase um imperativo contemporâneo, bem poderia encaixar-se na primeira categoria, assim como o consumo, à segunda, e a alteração química dos corpos causada pela medicação ostensiva, à terceira.

O poder superior da natureza, a fragilidade de nossos corpos e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos dos seres humanos são descritos por Freud (1997) como três potentes fontes do sofrimento humano. Embora saibamos que nunca dominaremos por completo as duas primeiras, elas não possuem o efeito devastador e paralisador da terceira. A fonte social do sofrimento, sobretudo no que diz respeito aos relacionamentos amorosos, tem com ela uma parcela de nossa constituição psíquica, sendo o sujeito arrebatado.

A culpa, expressada sobremaneira na necessidade de punição, aparece como um importante mecanismo civilizatório que consegue dominar as pulsões e o desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o e desarmando-o, causando um extremo mal-estar. Assim, ao apontar as falhas de cada um dos métodos que buscam afastar o sujeito do sofrimento, elucida que a felicidade figura apenas como uma manifestação episódica.

Também o trauma, pensado sob o viés da psicanálise, possui importantes implicações no que toca o sofrimento. Ana Maria Rudge (2009), dissertando sobre as perspectivas do trauma, lembra que Freud, ao voltar atrás em sua primeira afirmação de que a neurose traumática seria apenas mais uma forma de histeria, postula que há uma modalidade de sofrimento que se reveste de tons bem mais sombrios. O trauma seria, pois, o impacto de um acontecimento sobre um psiquismo singular, não podendo a história do sujeito ser desconsiderada, tampouco seu mundo de fantasia ao redor de tal acontecimento.

Tais eventos, não assimilados ou esquecidos, seriam determinantes na constituição dos sintomas, um reviver incessante do passado. O intenso apego ao sofrimento, e não apenas uma busca incessante do inconsciente pelo prazer, é o que entrava em cena. Após tais entendimentos, importantes reformulações foram responsáveis por levar o trauma ao cerne das discussões da psicanálise.

Ao também revisitar sua teoria sobre a angústia, continua Rudge (2009),

Freud avança dizendo que a angústia é anterior ao recalque, e que é causa do mesmo. Recalca-se exatamente aquilo que provoca angústia, sejam pensamentos, desejos ou percepções. A angústia não é mais gêmea da sexualidade, mas sim do desamparo (RUDGE, 2009, p. 57/58).

Nietzsche (1998; 2003) também muito contribuiu para o pensamento dos sofrimentos humanos, sobretudo para o entendimento de que a construção do sofrimento é histórica. Para ele, o esquecimento é fundamental na atenuação do sofrimento. O excesso de memória, de história, pode ser prejudicial, paralisante ao sujeito. Todo agir requer esquecimento, “assim como a vida de tudo que é orgânico requer não somente luz, mas também escuro” (NIETZSCHE, 2003, p. 273). A faculdade de poder esquecer é o que permite sentir “a-historicamente”.

Portanto: é possível viver quase sem lembrança, e mesmo viver feliz, como mostra o animal; mas é inteiramente impossível, sem esquecimento, simplesmente viver. Ou, para explicar-me ainda mais simplesmente sobre meu tema: *há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, no qual o vivente chega a sofrer dano e por fim se arruína, seja ele um homem ou um povo ou uma civilização.* (NIETZSCHE, 2003, p. 273/274).

Longe de ser uma capacidade humana passiva, o esquecimento passa pela coragem e pela potência, é um processo, ao qual compara à digestão. Na assimilação (do alimento ou da memória, física ou psíquica), separa-se o útil do que será eliminado, e disso depende a saúde da nossa memória, da nossa história, para o indivíduo, para a cultura ou para a civilização, como ele bem destaca.

Extremamente crítico à sociedade do século XIX, ao denunciar os muitos sentidos silenciados na batalha dos valores “bom” e “mau”, sempre ironizando a tradição que nos eleva a “homens de conhecimento”, Nietzsche (1998) chama atenção para os perigos do niilismo, também fruto de uma domesticação que trata de culpabilizar, punir. O homem que busca a todo tempo ser “melhor”, em tudo mais prudente, mais ralo e manso, que não suporta o “ar ruim” da miséria, da privação, da enfermidade e da solidão – do sofrimento – estaria sentenciado. O homem estaria cansado do próprio homem, logo, de sua própria existência. Pois “junto com o temor do homem, perdemos também o amor a ele, a reverência por ele, a esperança em torno dele, e mesmo a vontade que ele exista” (NIETZSCHE, 1998, p.35).

4.2 SOFRIMENTO E INDIFERENÇA

Como começamos a refletir no capítulo anterior, Harroche (2008) acredita que a fluidez dos laços sociais é fundamental característica da contemporaneidade, o que afetaria e transformaria diretamente as maneiras de sentir de nosso tempo. A desatenção, a pressa e o exacerbado individualismo, em meio a um ambiente de deslocamento incessante, estariam ligados ao desfacelamento dos vínculos sociais e à indiferença. Tal ausência de referências e das reconhecidas formas de estabilidade contribuiriam, dessa forma, para as angústias tão presentes nas sociedades democráticas contemporâneas.

As sociedades democráticas individualistas contêm uma distância, instauram a impessoalidade, reforçam uma frieza irredutível, que pode explicar, de um lado, o desenvolvimento de uma atmosfera de radicalidade, ideais negativos, niilismo e movimentos integristas, em resposta a fenômenos de anomia, ausência de referências, incertezas e angústias presentes nas sociedades contemporâneas (HAROCHE, 2008, p. 107).

Sob o viés psicanalítico, Birman (1999; 2005) também trata de tornar central a questão do corpo em um mapeamento do mal-estar da atualidade. Vale observar, brevemente, que, aqui, busca-se refletir sobre o mal-estar que acomete o sujeito psiquicamente, especificamente de como sua angústia pode manifestar-se a partir da sensação de rompimento das amarras que ligam o Simbólico ao Real, e, dessa forma, permitem-no situar-se na existência socialmente pactuada.

Se, sob a perspectiva freudiana (1997), o conflito psíquico do mal-estar da civilização se estabelecia pelo contraponto entre os polos da pulsão e da censura, algo da alçada do ato de civilizar o homem, tirando-lhe seus instintos e desejos e fazendo emergir violências e paranoias, resultando nas formações do inconsciente (sintoma, sonho, lapso), hoje, em contrapartida, a conflitualidade tende ao silêncio, “na medida em que entre os processos de simbolização existe um *intervalo*, em decorrência da fragilidade destes últimos” (BIRMAN, 2005, p. 8). A intensidade pulsional buscaria, assim, a “descarga direta”, no corpo ou na ação, provocando um transbordamento do sujeito, que estaria sem domínio de si mesmo. Um sujeito que não se reconhece mais em seus referenciais de identificação.

A diferenciação entre dor e sofrimento elaborada por Birman (2012; 2003) é interessante a esta pesquisa. Para ele, o mal-estar contemporâneo se caracteriza principalmente como dor e não como sofrimento, uma vez que a sociedade não mais teria a subjetividade capaz de transformar a primeira no segundo. A interpretação proposta por ele

inscreve-se na tradição teórica que considera que as marcas de subjetividade são eminentemente históricas.

Na dor, a subjetividade se fecha sobre si própria, não existindo lugar para o outro no seu mal-estar.

Com efeito, a dor é uma experiência eminentemente solipsista, restringindo-se o indivíduo apenas a si mesmo, não revelando qualquer dimensão alteritária. A interlocução com o outro fica assim coartada na dor, que se restringe ao murmúrio e ao lamento, por mais intensa que seja a dor em questão. Daí a passividade que sempre domina o indivíduo quando algo dói, esperando que alguém tome um a atitude em seu lugar. Se isso não ocorre, a dor pode mortificar o corpo do indivíduo, minando intensamente o registro somático, de forma a retirar e até esvaziar a potência do indivíduo. Este se solapa e se desqualifica em sua autoestima. Ou, então, a dor pode paradoxalmente fomentar a irritabilidade, as compulsões e a violência, formas paroxísticas e explosivas que são de descarga daquilo que dói. (BIRMAN, 2012, p. 140-141).

Já o sofrimento é uma experiência essencialmente alteritária. O outro está sempre presente nesta subjetividade sofrente, “a quem este se dirige com seu apelo. Daí a presença da dimensão da alteridade, que inscreve a interlocução no centro da experiência do sofrimento” (BIRMAN, 2012, p. 141). Abre-se aqui para sofrimento a dimensão de atividade, que necessita da experiência da interlocução.

Como propõe o psicanalista, há hoje uma prevalência da categoria do espaço em relação à do tempo. Logo, a dor estaria para o primeiro, como o sofrimento para o segundo. “Depreende-se disso que, se o corpo, a ação e as intensidades são os registros do mal-estar hoje, isso é o correlato da condição solipsista da subjetividade, coartada da interlocução com o mundo” (BIRMAN, 2012, p. 142). Restringindo-nos, cada vez mais, a um registro pragmático, perdemos sua dimensão simbólica. Sem a abertura ao outro, o sujeito se entrega ao “desolamento”, definha em sua autossuficiência, “que o paralisa quase que completamente” (BIRMAN, 2012, p. 144).

O corpo, para Birman (2005), “é sem dúvida o registro no qual o sujeito se reconhece hoje na sua máxima *vulnerabilidade*” (BIRMAN, 2005, p. 8), bem como no qual é ameaçado em sua integridade. Por tal motivo, a saúde teria se transformado no bem supremo almejado pelo sujeito contemporâneo, trazendo com ela os processos de medicação ostensiva. Com isso, as questões relacionadas ao biopoder se disseminaram e se sofisticaram na contemporaneidade.

Em poucas palavras, na perspectiva psicanalítica, a precariedade dos processos de simbolização resultaria na grande incidência das perturbações psicossomáticas, bem como na

supremacia das neurociências em relação à psicanálise, uma vez que as primeiras se inscrevem no registro do solipsismo psíquico, enquanto a segunda se ancora no potencial alteritário do sujeito. A biologização da vida, a falta de mediação no espaço social, impossibilitada pela ausência de interlocução entre sujeitos, faz com que os indivíduos jamais estejam em um mundo de iguais. Tal impossibilidade de produzir sentidos faz com que, segundo Birman (2003), alguns teóricos da linhagem filosófica de Heidegger enunciem que existimos hoje em um “imundo” e não mais em um mundo.

A depressão hoje, ainda conforme Birman (2005), não se manifesta como nos tempos de Freud e Abraham, quando estes realizaram a metapsicologia da melancolia. Esta apresentava, além do uma notória marca narcísica, a presença latente da culpa face ao outro. “A depressão hoje, em contrapartida, é caracterizada pelo *vazio*. Esta é uma das marcas cruciais do sujeito na atualidade” (BIRMAN, 2005, p. 12).

Alain Ehrenberg (1998) discute justamente a depressão enquanto “sucesso médico” da contemporaneidade, estabelecendo-se como principal infelicidade íntima, já que nossas ansiedades parecem necessitar de nomes e definições. Em contraponto com a normatização disciplinar amplamente discutida por Foucault (2008), ele destaca que, se antes, pode-se identificar na neurose, que é postulada no contexto da forte interdição e repressão à mulher do século XIX, uma forma análoga à depressão, hoje, com o consumo, a norma muda ao avesso. “Não se interdite” ou “não se reprima” pode soar tão imperativo e normatizado quanto seu contrário.

A depressão emerge, então, segundo Ehrenberg (1998), do deslocamento da culpabilidade para a responsabilidade, o mal da responsabilidade exacerbada sobre si mesmo. O indivíduo deprimido parece não estar à altura do que é exigido, estando sempre aquém do tido como sucesso, logo, aquém de si mesmo. O pesquisador localiza tal virada da rejeição das interdições nos anos 1960, a saber, no Maio de 1968 francês.

Propõe uma questão, que nos toca em grande medida: haveria existência sem dor? Ehrenberg (1998), como outros autores que tratam de tal dor - ou melancolia - desde Aristóteles, nos induz a uma resposta negativa. Logo, remover a dor seria o mesmo que remover parte da existência do indivíduo. Contudo, a falta de ensinamento no sofrimento estaria no cerne do mal-estar da atualidade. A liberdade pode ser abismal, já que hoje a percepção de liberdade passa pelo entendimento de que seríamos nossa própria condução, não havendo no que nos apoiar ou onde ancorar.

Christian Dunker (2017) argumenta que, no Brasil de 1984 em diante, também mudamos nossa forma de sofrer, de reconhecer, partilhar a narrar nosso sofrimento. Citando

como exemplo as narrativas presentes no chamado “cinema da retomada”, particularmente entre 1997 e 2007, ele aponta que todas convergem para o nome que definimos como nosso novo mal-estar: a violência. Esta condensando, talvez, coisas demais em seu discurso:

a corrupção, a diferença de classes, a tensão entre gêneros, a má distribuição de recursos, a precariedade institucional. Ou seja, o engodo está em pensar que tudo isso tem um nome só, *violência*, e que, portanto, ao “combatermos” esse problema, estamos resolvendo todo o resto que nele se comprime. Nada mais falso (DUNKER, 2017, p. 245).

Novas formas de viver, trazem consigo, segundo Dunker (2017), novos ideais de felicidade. Diferentemente do “narcisismo norte-americano, que produzia sentimentos de vacuidade, isolamento e solidão, o narcisismo à brasileira é capaz de inverter inadvertidamente a docilidade em violência” (DUNKER, 2017, 251). Retomando as três hipóteses sobre a brasilidade, de Sérgio Buarque de Holanda, Oswald e Mário de Andrade e Gilberto Freyre, seja na cordialidade, na antropofagia (nosso complexo canibal de devoração do Outro) ou na dominação sexual, “a existência do outro está prevista, bem como suas alternativas de reconhecimento. Algo diferente se passa quando nossa cultura da indiferença é forçada a reconhecer aqueles que, até então, não existiam” (DUNKER, 2017, p. 252-253). A emergência do ódio como o afeto social dominante no país dos últimos anos figura, segundo ele, como uma espécie de “reação colateral” que presume nossa cultura da indiferença.

Uma vez posta a “inexistência” moral de um conjunto de pessoas, tornadas até então invisíveis sociais, a reaparição de suas demandas e de seus traços de distinção identitária na cena pública é percebida como agressiva ou violenta, justamente porque rompe a camada de surdez e de indiferença que recobria tais experiências até então (DUNKER, 2012, p. 253).

4.3 SOFRIMENTO E PODER

Em “O Nascimento da biopolítica”, Michel Foucault (2008) já vê as potentes implicações da esfera econômica nas demais que preenchem a vida do sujeito. No liberalismo, o econômico e a vida, em seu panorama amplo, tinham fronteiras claras e demarcadas. Com o neoliberalismo, tal perspectiva muda. Mais que fazer parte da vida como um campo isolado, o fator econômico passa a significar enquanto uma ideologia social, inseparável dos demais campos, ressoando, inclusive no psíquico. O historiador utiliza a expressão “empreendedor de si mesmo” para abarcar esse indivíduo como capital, que se potencializa e é debatido na

contemporaneidade. Tal mudança de subjetividade, formulada décadas antes, ganha força nos anos 1970, quando fica evidenciada a projeção do indivíduo como gestor de si próprio.

No que concerne às relações de poder, é imprescindível pontuar que as lutas de classes, lutas pelos direitos individuais e coletivos, fortemente marcadas no liberalismo, já não interessam da mesma maneira no novo plano neoliberal, uma vez que não interessam ao consumo. Os discursos das instituições na sociedade industrial estavam longe de ser unívocos, ao contrário, incitavam sua heterogeneidade. O neoliberalismo é, como lecionou Foucault (2008), lugar para oportunidades, como o acesso a certos bens das classes mais pobres, mas é, por outro lado, lugar de ampliação de desigualdades e exclusão.

Dardot e Laval (2016) acreditam que a concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas precisa ser pensada em relação a uma nova norma subjetiva, não mais a do sujeito produtivo das sociedades industriais. Foucault (2008) forneceu uma primeira cartografia desse processo, discorrendo sobre a ação disciplinar sobre os corpos e a gestão das mentes.

O sujeito neoliberal em formação é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo, do homem governado pelos prazeres e pelas dores, que afetaria – como preveem diversos trabalhos que descrevem, como enumeram Dardot e Laval (2016), o homem “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluido” – a própria economia psíquica. O homem produtivo das organizações industriais passa a ser o homem competitivo. Aqui, o que se dá é a homogeneização dos discursos em torno da figura da empresa, uma unificação sem precedentes das formas plurais de subjetividade.

Não estamos mais tratando das disciplinas que buscavam adestrar corpos e dobrar espíritos, tornando-os mais dóceis pela coerção. “Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. Um sujeito do envolvimento total de si mesmo, “colaborador” da empresa, que vê nela o lugar de realização e sucesso profissional, mas, sobretudo, pessoal, eliminando, dessa forma, qualquer distância entre empresa e sujeito. Especialista de si mesmo, gestor de si mesmo, inventor de si mesmo. A racionalidade empresarial apresenta, alertam, “a vantagem inconfundível de unir todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331). Os autores esclarecem que isso não significa, necessariamente, que a neogestão seja uma novidade e, no fundo, o capitalismo não seja o mesmo.

Contudo, o entendimento que nos interessa em grande medida é a novidade que reside na modelagem que torna, ou faz de tudo para tornar, os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, e, como em uma reação em cadeia das relações competitivas, seu próprio comportamento os encoraja a dar conta de situações mais duras para si próprios. Tais fatores não podem ser deixados de lado quando nos propomos a pensar o sofrimento contemporâneo. A falha, a descumprimento de metas, a sobrecarga ou tudo que remeta o sujeito à direção oposta da traçada para o que considera o sucesso, certamente, incidem de maneira poderosa sobre os processos de angústia, sofrimento e mal-estar. O processo de aprimoramento, com o intuito de torná-lo mais eficaz, é realizado sobre si mesmo, bem como recaem sobre si todas as pressões, os riscos e as falhas. Bem-estar, gratificação profissional e felicidade são vistos apenas como consequência dos seus próprios esforços, recaindo sobre o indivíduo todo o peso da complexidade da competição exacerbada.

Dardot e Laval (2016) retomam a teoria do psicólogo norte-americano Will Schutz, *Orientações Fundamentais das Relações Interpessoais*, na qual é refletido o fato de o sujeito atual acreditar escolher todos os aspectos de sua vida – comportamentos, sentimentos, pensamentos, sensações, recordações, fraquezas, doenças, corpo – ou escolher não saber que tem escolhas. Ser autônomo quando escolhe a totalidade de sua vida. Em outras palavras, “quando não se pode mudar o mundo, resta reinventar-se a si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 345). Logo,

a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja crescente autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados. [...] Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em auto coerção e autoculpabilização, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece (DARDOT; LAVAL, 2016, 345).

A nova norma de si é a da realização pessoal. Precisamos “nos conhecer” e “nos amar” para sermos bem-sucedidos. Por conseguinte, a nova ordem tem, segundo os autores, duas faces muito distintas: “o rosto triunfante do sucesso sem pudor e o rosto deprimido do fracasso diante dos processos incontroláveis e das técnicas de normalização” (DARDOT; LAVAL, 2016, 374).

Ser empresa de si mesmo pressupõe viver outro aspecto da vida contemporânea amplamente discutido: o risco. A novidade, para alguns autores, está na universalização de um estilo de existência que era reservado aos empreendedores. Popularizam-se discursos que dão ao risco uma dimensão ontológica, intimamente ligada ao desejo, força motriz de cada indivíduo. Não haveria como obedecer ao próprio desejo sem correr riscos. Amplia-se o risco,

na medida em que os indivíduos podem contar cada vez menos com formas de ajuda mútua de seus meios de pertencimento e com os mecanismos públicos de solidariedade.

Perceber que o que chamamos de risco hoje é bastante distinto do que se acreditava em períodos anteriores é essencial. Se até a Idade Média a vontade dos deuses, sorte ou destino ditavam os acontecimentos, tal perspectiva transforma-se à medida que as grandes navegações lançam nações a lugares desconhecidos a serem explorados, inaugurando sociedades que passam a se voltar para o futuro. Anthony Giddens (2007) já chama atenção para a origem latina do termo *risk*, que traz como definição a “navegação rumo a águas não cartografadas”.

As culturas tradicionais não tinham um conceito de risco porque não precisavam disso. Risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras (GIDDENS, 2007, p. 33).

O teórico lembra que a noção de risco se diferencia da de perigo, sendo antes ligada às incertezas quanto à possibilidade do perigo e, ainda, aos cálculos que buscam evitá-lo. Hoje, o risco parece estar arraigado à vida do sujeito, é percebido como iminente.

Segundo o professor Paulo Vaz (2004), “o conceito de *risco* parece hoje ocupar o lugar da *norma* em todas as práticas que articulam o sofrimento humano e o tempo” (VAZ, 2004, p. 111). Não está apenas nas práticas de punição, se pensarmos em relação à normalização pensada por Foucault (2008), mas em aspectos diversos da sociedade, tais como em nosso cuidado com a saúde, por exemplo. “Somos incitados a cuidar de nosso futuro nos nossos mínimos atos cotidianos, com o cuidado sendo entendido como o esforço de evitar futuros indesejáveis como doença e morte prematura” (VAZ, 2004, p. 111).

O conceito de risco aparece, conforme Vaz (2004), em uma série de práticas sociais e disciplinas teóricas. Entre suas distinções para o que é entendido por risco, destacamos também a diferenciação entre risco e perigo.

Este último designa um mal contingente, identificado e atribuído a alguma coisa, pessoa ou situação como uma característica intrínseca delas. *Risco*, por sua vez, refere-se à possibilidade de dano e mede a exposição ao *perigo*. Em termos simples, *risco* é a medida da probabilidade do potencial *perigo* (VAZ, 2004, 115).

Ao contrário do perigo, ressalta ele, o risco não pode ser “afastado imediata e definitivamente”.

Fatores de risco só podem ser reduzidos ou ampliados, o que implica um cuidado de si crônico, permanente, para a vida toda. Ninguém tem *risco zero* e os *fatores de risco* agem em longo prazo; a prudência em relação a um *risco* qualquer deve ser diária e interminável. Desse modo, evitar um evento futuro indesejável torna-se a base de decisões individuais e coletivas; de fato, torna-se um dever, uma obrigação moral. Não agir se precavendo contra *riscos* é cada vez mais socialmente visto como negativo (VAZ, 2004, 116).

Vaz (2014) investiga, ainda, como o direito à felicidade é posto como grande lema das culturas ocidentais contemporâneas. Seria nosso dever perseguir tal felicidade, que reside na esfera privada e se relaciona ao consumo de bens e serviços. Ele discute o conceito de “culturas terapêuticas”, onde vigora uma “sensação manipulável de bem-estar”. Tal cultura, como o próprio termo propõe, possui um modo singular de lidar com sofrimento.

Antes, instituições como família, Nação, Igreja e Partido orientavam as condutas individuais. A felicidade na cultura terapêutica, contudo, não mais reside na busca em prol de um fim comum, mas é assumida por cada indivíduo. O bem comum é a própria felicidade de cada um. A redistribuição da responsabilidade sobre o sofrimento, de que cada indivíduo pode assumir o controle do que acontecerá no futuro, acaba por culminar em um grande êxito de terapias que se voltam a amenizar a culpa desse indivíduo sobrecarregado.

Porém, se antes, o indivíduo sofria por “sua própria culpa”, por algum ato de imoralidade cometido (como os prazeres sexuais), agora é possível culpar o outro. Incitados a se enxergarem como desamparados, como “vítimas”, os indivíduos acreditam ser indispensável o papel dos especialistas em suas vidas, incapazes de ver qualquer positividade nas tragédias que viverão invariavelmente. “E ciosos de sua inocência, serão facilmente tomados pelo ressentimento, pela indignação, saindo em busca de bodes expiatórios e não questionando a moralidade que anima sua busca” (VAZ, 2014, s/p). Se o culpado é reconhecido, por exemplo, nos agentes do Estado, corruptos e incompetentes, o afastamento desses indivíduos da ação coletiva seria um efeito de tal indignação.

A formulação do conceito “fator de risco” - que segundo o pesquisador aparece no final da Segunda Guerra, mas se expande ao senso comum nos anos 1970 – faz parte da nova compreensão de causalidade.

O conceito de fator de risco, em primeiro lugar, propõe um nexos probabilístico e um intervalo temporal longo entre exposição ao fator e aparecimento do sintoma, da contrapartida subjetiva de uma doença. Um fator de risco para uma determinada doença não é uma causa nem necessária, nem suficiente; é, sim, o que amplia a probabilidade de seu surgimento. E pelo intervalo longo, o indivíduo deve se preocupar com sua saúde mesmo sem experimentar nenhum mal estar; de fato, o conceito de fator de risco faz dos indivíduos doentes virtuais, ou quase-doentes, recomendando, portanto, a modificação das práticas tendo em vista a redução das chances de adoecer (VAZ, 2014, s/p).

Assim, há uma conexão de probabilidade entre sofrer de uma doença e ter certos hábitos cotidianos, como nas práticas de prazer na alimentação, uso de bebidas alcoólicas ou drogas. Com o risco, há, portanto, o vínculo entre um sofrimento futuro e práticas de prazer, podendo parecer possível o controle dos sofrimentos, um princípio do “não-dano”, por meio da renúncia aos prazeres corporais.

Também podemos trazer ao diálogo o pensamento de Ulrich Beck (2010), que se dedicou a teorizar sobre a “sociedade de risco”, levantando um importante ponto no que diz respeito às subjetividades contemporâneas: o capitalismo destrói a dimensão coletiva da existência, culminando em uma individualização tão radical que as crises sociais passam a ter a dimensão de crises individuais, bem como as desigualdades são atribuídas a uma responsabilidade individual.

Para o autor, a sociedade moderna e industrial não teria encontrado seu fim, mas sofreria uma reconfiguração, definindo-a como uma sociedade de risco, na qual a produção dos riscos domina a lógica da produção dos bens. As ameaças de tal configuração iriam além da divisão de classes, globalizando-se, fazendo dos riscos produtos, ao mesmo tempo, reais e irrealis, por aliarem danos e perigos que já aconteceram àqueles que podem ser antecipados e calculados.

Logo, haveria uma “individualização do destino”. O risco é cada vez menos um “risco social” e cada vez mais ligado à existência. O indivíduo é, com isso, cada vez mais responsabilizado em relação aos riscos, bem como pela sua cobertura. Assim, o futuro revela primazia em relação ao passado, pela potencialidade da projeção dos fatores que conjugam a compreensão dos riscos no presente. A sociedade de risco seria também, segundo Beck (2010), a sociedade da ciência, da mídia e da informação, pois é através dela que se escancaram as oposições entre os que produzem as definições de risco e aqueles que as consomem.

Embora recente, já que a obra na qual explora a sociedade de risco tenha sido publicada em 1986, o autor revisita a temática, tão discutida no século XXI, em um ensaio de 2005, publicado no livro “The Risk Society and Beyond: critical issues for social theory”.

Conforme sintetiza Marcelo Robalinho (2014), o sociólogo, então, amplia seu conceito de “sociedade de risco” para “sociedade mundial de risco”.

Aliando construtivismo e realismo à sua teoria, ele entende o risco como algo complexo e ambivalente que faz parte da concepção cultural contemporânea, caracterizando ‘um estágio intermediário entre segurança e destruição, no qual a percepção de riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação’. Na prática, diz o sociólogo, o novo conceito representa uma síntese entre conhecimento e desconhecimento, estando assim relacionado a dois significados, um referente à avaliação do risco baseada no conhecimento empírico e o outro à tomada de decisões e à ação com uma incerteza indefinida do risco (ROBALINHO, 2014, p. 55).

Alguns autores, a exemplo de Giddens (1991) e Castel (2005), levantam hipóteses para o fato de vivenciarmos, potencialmente, a época mais segura da humanidade e, ainda assim, nos sentirmos tão inseguros, a todo tempo. Para Giddens (1991), a sensação de insegurança e instabilidade deriva da noção de “desencaixe”, um deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação para extensões espaço-temporais indefinidas e sua consequente reestruturação ou “reencaixe”.

O autor aponta dois mecanismos de desencaixe: as “fichas simbólicas” e os “sistemas peritos”. As primeiras seriam meios de intercâmbio postos em circulação sem a necessidade de se considerar características específicas de indivíduos ou grupos que com eles venham a lidar em conjuntura particulares, a exemplo do dinheiro. Hoje, podemos pensar que tais meios de intercâmbio tornam-se ainda mais impessoais e simbólicos, com o uso disseminado do cartão de crédito e das transações financeiras on-line. O segundo mecanismo trataria dos sistemas de excelência técnica ou competência profissional que ordenam espaços dos ambientes material e social em que vivemos, como um viaduto. Logo, o autor nos faz refletir sobre como a confiança relaciona-se à ausência, e a sensação de segurança, à fidedignidade das pessoas e das coisas.

Robert Castel (2005) também reflete sobre a contradição de vivermos em uma época das mais seguras e na qual há uma busca excessiva por segurança. Seu diagnóstico é de que em fins do século XX houve uma aceleração do processo de descoletivização. A ruptura dos laços solidários, a individualização das tarefas e responsabilidades e a concorrência entre “iguais” – salientando que os desníveis e insegurança social e civil são dos mais nítidos – resultam em um indivíduo fragilizado e atomizado.

Ao refletir discursivamente os sentidos de “cidade”, Eni Orlandi (2004), também nos cede ferramentas para ressignificarmos segurança e violência na contemporaneidade.

Segundo ela, o discurso urbano, já saturado com suas imagens já significadas, silencia quaisquer outros sentidos que tentam emergir. Seus apontamentos referentes à sociedade e os espaços públicos parecem muito se relacionar à insegurança constante que aflige o indivíduo contemporâneo, figurando como uma importante faceta de seu mal-estar. Os condomínios fechados e bolsões de segurança tentam redividir o espaço urbano, criando, por um lado, uma ilusão de controle da violência, e, por outro, alimentando ainda mais a hostilidade social. Tal indefinição do espaço (público e privado) é geradora de conflitos e confere inúmeros sentidos ao desengajamento social, fonte de sofrimento do indivíduo, sobre o qual tentamos pensar sob diferentes aspectos neste trabalho.

É como se a causa da violência estivesse no fato da gente estar vivendo muito perto uns dos outros: estamos vivendo muito afastados (no sentido social) uns dos outros e por isso a violência se instala mais facilmente (ORLANDI, 2004, p. 77).

O “eu” cada vez mais isolado, privado de referências, de contato, dependente e perdido, impotente e profundamente desorientado e, por isso, incapaz psicologicamente de se associar a outros, é também produto das situações e formas de humilhação contemporâneas, segundo Haroche (2008).

Trata-se, então, de compreender a humilhação pelo fato de o indivíduo ser situado em posição de passividade, de dependência, e experimentar um sentimento de impotência e frustração, de intensa humilhação: confrontado à complexidade e à opacidade crescentes, não consegue mais encontrar sentido na sociedade, nem em si mesmo (HAROCHE, 2008, p. 169).

Tal humilhação atual encontra fundamento, segundo a historiadora, na anulação das distâncias nas relações, pela psicologização das relações privadas e profissionais, pois ao “induzir o encolhimento do espaço interior de cada um, atinge o núcleo mais íntimo do indivíduo, seu próprio sentimento de identidade e de existência” (HAROCHE, 2008, p. 169). Antes produtor, hoje consumidor, o indivíduo sofre uma incitação contínua que coloca em xeque sua capacidade de reflexão e escolha, conduzindo-o à passividade e à submissão, quando não à anulação de seu eu.

Como prossegue a autora, vale destacar que Marx enfatizou o processo de alienação social, política e psíquica existente na obrigação de “se vender”. Mas lá, ainda, o indivíduo afirmava-se como pertencente a uma determinada classe social. Hoje, o indivíduo sofre em seu isolamento. As formas de venda também se modificaram, bem como o conteúdo e natureza de seu trabalho. Não se resume a discussão e a opressão ao operário das fábricas,

mas a cada indivíduo e sua força de trabalho. A miséria física, mental e social atinge, como no passado, o corpo, mas também, sua esfera interior, o mundo psíquico.

Tal miséria, ao reforçar a descontinuidade e a fragmentação do eu, se faz, conforme Haroche (2008), pela exibição de si. Esta teria, nas formas de alienação contemporânea, uma dimensão específica e inédita:

um tipo de visibilidade que, ao ignorar as fronteiras do íntimo, do privado e do público, tende a instrumentalizar e reificar o indivíduo pela exibição contínua e exaustiva de si mesmo, encorajando e reforçando o voyeurismo, o exibicionismo, a perda do privado, do íntimo e da interioridade, bem como desenvolvendo respostas automáticas e mecânicas. Tal alienação, reforçada pelas tecnologias contemporâneas, força o indivíduo não a representar um pedaço de si, mas a desnudar-se num contínuo desvelamento de si mesmo, a *mostrar-se* para ser valorizado e, fundamentalmente, para existir (HAROCHE, 2008, p. 173).

Essa busca incessante pela visibilidade, pela qual o indivíduo é valorizado, traduz, como enfatiza a autora, novas formas de poder, de dominação econômica, social e política, ao mesmo tempo em que contribui para uma alienação psíquica, que reflete, em todas as suas consequências, o desamparo do sujeito na contemporaneidade.

4.4 ESPAÇO DE OBSERVAÇÃO DO SUJEITO E DO SOFRIMENTO

Este capítulo procurou formas de trazer à luz algumas das inúmeras discussões sobre o sofrimento, com ênfase nas possíveis pistas que nos indicariam como se dá a constituição do sujeito da contemporaneidade. Reforçamos que o entendimento de que a percepção da dor é construída histórica e socialmente é mais que relevante, é essencial à análise proposta por esta pesquisa.

Nossa hipótese – ainda ancorada em observações elementares e que devem ser a fundo investigadas – é de que a Clarice Lispector representou, com suas crônicas publicadas no *Jornal do Brasil* (entre os anos de 1967 e 1973), uma resistência a esse novo sujeito que surgia e é discutido por relevantes teóricos da atualidade, a exemplo dos quais trouxemos à discussão até aqui.

Acreditamos que a Análise do Discurso (Pêcheux-Orlandi), ao não apenas apontar o que a linguagem quer dizer, mas pensar em “como” ela funciona, nos dará instrumentos para refletir sobre que sentidos de “dor” e “sofrimento” são mobilizados no discurso da autora. E, sobretudo, o que estes podem dizer sobre o sujeito da contemporaneidade.

Para Michel Pêcheux (1988), discurso é efeito de sentido entre interlocutores. O analista buscará, então, situar o gesto da interpretação do sujeito na produção do dizer, expondo seus efeitos de sentido (Orlandi, 2004).

Courtine (2013) chama atenção do analista para o desconhecido, da necessidade de “manter-se sensível à irrupção de objetos discursivos inéditos” (COURTINE, 2013, p. 11). O pesquisador assevera ainda que o discurso é “objeto linguístico que não é linguístico”. No discurso, o que se analisa não é o sistema de sua língua, nem suas regras de construção – embora estes também sejam importantes. Nas formações discursivas (FD), o que importa é a reconstrução histórica, pois a partir dela se descobrem enunciados. Courtine (2013) bem define que as palavras de um texto, quando atravessadas de história, deixam de ser simples unidades linguísticas.

Vale deter-nos, por um instante, no conceito de memória discursiva. A noção foi forjada por Courtine (2009) em sua tese sob orientação de Pêcheux e publicada em um número da “Langages”, em 1981, tornando-se um clássico. A partir de reflexões e análises, Courtine (2009), sempre atento às contradições constitutivas dos discursos, evidenciou que as vozes do discurso cristão surgem, nos enunciados comunistas, como fala e silêncio, como memória e esquecimento.

Indo às palavras do próprio Courtine (2009), podemos encontrar a seguinte definição:

Introduzimos, assim, a noção de memória discursiva na problemática da análise do discurso político. Essa noção nos parece subjacente à análise da FD (Formação Discursiva) que realiza A arqueologia do saber: toda formulação possui em seu “domínio associado” outras formulações, que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas toda formulação mantém – igualmente, com formulações com as quais ela coexiste (seu “campo de concomitância” diria Foucault) ou que lhe sucedem (seu “campo de antecipação”) – relações narrativas cuja análise inscreve necessariamente a questão da duração e da pluralidade dos tempos históricos no âmago dos problemas que coloca a utilização do conceito de FD. [...]. A introdução da noção de “memória discursiva” em AD nos parece assim ter por desafio a articulação desta disciplina com as formas contemporâneas da pesquisa histórica, as quais insistem no valor a ser atribuído ao longo do tempo (COURTINE, 2009, p. 104-105).

Efetivamente, trata-se, como reflete Marie-Anne Paveau, “de pensar o ‘real da língua’ em relação ao ‘real da história’ e de considerar, portanto, ‘a existência histórica do enunciado’” (PAVEAU, 2013, p. 142). É a memória do dizer.

Pensaremos, dessa forma, a memória do discurso clariceano como a que propôs Courtine (2009). Todo dizer possui uma existência histórica. Nenhum indivíduo seria, com

isso, a origem de seu dizer, embora possa ele nisso acreditar. Os discursos já estão cercados de inúmeras quantas possam ser suas condições históricas, sociais, políticas, culturais de formulação. E tal bagagem é carregada de ideologia.

Lidarmos com “a disciplina do entremeio” nos deu a liberdade, bem como a necessidade, de irmos à busca dos sentidos do sofrimento em campos diversos. Sentidos que não podem ser ignorados quando nos propomos a pesquisar os modos de subjetivação do sujeito na contemporaneidade. Devemos lidar, ainda, com o entendimento de que o que se analisa vai além do dizer, uma vez que o sujeito de fato vivencia suas ideologias. Identifica-se com discursos para fazer deles ação. Torná-los, em maior ou menor medida, seus princípios de vida, compartilhando-os socialmente.

Daí podemos justificar o porquê de nossa escolha, entre tantas possíveis e não menos legítimas, por tal lugar de observação do sujeito e do sofrimento. As crônicas de Clarice no *Jornal do Brasil* permitem que observemos, por um lado, os discursos que envolvem a comunicação, o jornalismo como um importante meio de circulação dos sentidos da sociedade em um período que julgamos chave nas transformações da subjetivação do sujeito contemporâneo, bem como, por outro, o discurso literário, que abre a possibilidade da análise de indícios de uma memória discursiva repleta de vazios, elipses, negações e interrogações.

O discurso literário, vale dizer, apresenta maior grau de reversibilidade – dá mais voz ao outro – que o discurso da notícia, cujo efeito de evidência, como propõe Wedencley Alves (2001), é fortemente ressaltado, tornando-o autoritário. Na crônica, a abertura à discordância, em função de seu discurso assumir tons mais próximos de uma conversa, quer seja confessional ou crítico ou outro, é mais pronunciada, fazendo com que o sujeito se desvele em maneiras outras que as institucionalmente autorizadas.

O sofrimento e a dor são evidentes no discurso clariceano, afirmando a própria autora, em diversas oportunidades, serem eles responsáveis por que ela escreva. Escrever suas dores era sua maneira de existir. Estaria ela optando por uma das sublimações que Freud (1997) descreveu? Saída para amenizar por meio da arte ou de outras satisfações substitutivas as dores com as quais o indivíduo é fadado a conviver? Talvez as teorias que se dedicam a suas singularidades enquanto escritora possam dar conta de tais questionamentos.

Já para nós, outras questões discursivas se abrem. Quais formações discursivas e ideológicas, em outras palavras, que relações de sentido e poder emergem nas lutas pelo estatuto do sujeito do bem e do mal-estar? As transformações nos modos de subjetivação de sua época teriam relação com os modos de sofrimento e mal-estar vocalizados por Clarice? O

discurso clariceano apresenta traços de resistência ao sujeito que se formava? Que lugar o “outro” ocupa em seu discurso? Como isso se relaciona ao sujeito contemporâneo? É dessas questões que trataremos em nossa análise.

5 ANÁLISE

A língua é capaz de falha. Os sujeitos, constituídos em sua relação com a língua e a história, logo, no discurso, ocupam lugares de funcionamento ideológico. Nessa relação língua/sujeito/história, os sentidos, por vezes, se acomodam e os sujeitos se identificam às regularidades das formações discursivas ideologicamente hegemônicas. Contudo, esses sentidos, em outros momentos, também podem extrapolar a ordem do discurso da língua, pelo atravessamento da história e pela desidentificação dos sujeitos com as ideologias e sentidos vigentes.

A linguagem em sua realização, como textualidade, não é precisa, clara, inteira em si mesma, mas somente segundo a interlocução. Tal possibilidade da falha da língua, conforme Orlandi (1999; 2005), é constitutiva da ordem simbólica. Por outro lado, o equívoco já é fato do discurso, pois é a inscrição da língua - capaz de falha - na história que produz o equívoco. Ele é a falha da língua na história (p. 21) e se dá no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente.

Discorremos, ao longo deste trabalho, que, para a Análise do Discurso, a língua constitui-se pela não-transparência dos sentidos. Tal opacidade deriva do entendimento de que a relação palavra/coisa não é direta, mas mediada pelo simbólico e pelo imaginário social. O real não pode ser alcançado sem ser significado, ideologizado.

É aí que se realiza o trabalho do analista, na tentativa de compreensão de como os objetos simbólicos produzem sentidos, desnaturalizando os sentidos em sua relação com o interdiscurso(o espaço discursivo do já-dito). Essa relação possibilita que pensemos a incompletude do sujeito e suas diversas configurações.

Neste capítulo, nosso trabalho analítico será o da desestabilização dos sentidos. Perguntamos: que sentidos de dor e sofrimento são mobilizados por Clarice Lispector em suas crônicas, publicadas pelo *Jornal do Brasil*, entre 1967 e 1973? Sua coluna representaria um espaço de resistência em relação aos sentidos que vinham se firmando para o sujeito que discutimos na contemporaneidade?

Iniciaremos este capítulo com um breve estudo lexicográfico, sob o viés discursivo, dos sentidos de “dor” e “sofrimento”. Buscamos em dicionários da língua portuguesa como tais sentidos se comportaram ao longo dos anos. Suas regularidades e irregularidades servirão de base à análise das crônicas de Clarice Lispector, à qual nos dedicaremos em seguida.

Trataremos de particularizar a metáfora discursiva, o deslizamento dos sentidos, em tal análise. Assim, por meio dela, buscaremos as potências atreladas ao campo semântico dos sofrimentos, dores e angústias do discurso analisado. Os sentidos de dor como potência, prazer e silêncio serão desvelados a partir de enunciados importantes ao relato da análise.

Por fim, o comportamento do “outro” no discurso clariceano será pensado, sobretudo, com o auxílio do efeito-leitor, para que possamos explorar a construção discursiva do outro no que toca os sentidos da dor e do sofrimento.

5.1 UM BREVE ESTUDO LEXICOGRÁFICO DA DOR E DO SOFRIMENTO

Embora na linguística moderna a noção de “palavra” tenha sido deixada de lado pelo estruturalismo, frente à noção dos “morfemas” (unidades mínimas de significação), por ser considerada pouco operativa, como lembra José Horta Nunes (2006), a mesma “palavra” retorna a nós frequentemente, como uma marca da incompletude da linguagem. Algo que sempre escapa à compreensão das ciências da linguagem, uma vez que se transforma. “Enquanto houver sociedade e história, sempre haverá outras palavras a identificar, descrever e dicionarizar” (NUNES, 2006, p. 165).

O primeiro momento deste capítulo dedicado à análise propõe um breve estudo lexicográfico da “dor” e do “sofrimento”, sob o ponto de vista discursivo. É necessário, desde já, reafirmar que as percepções não somente da dor e do sofrimento, mas de diversos outros temas, se transformam ao longo da história. Sofrem influências distintas e constantes, quer sejam culturais, sociais, históricas, e modificam, conseqüentemente, as relações que permeiam a sociedade.

Nesse sentido, a análise lexicográfica - ou seja, o olhar voltado aos dicionários e focado, em nosso caso, nos verbetes “dor”, “sofrimento” e “sofrer” - nos servirá de instrumento para analisar como os sentidos e, sobretudo, as percepções da dor e do sofrimento se transformaram ao longo do tempo. Acreditamos que as definições de tais palavras - ou morfemas -, formal e socialmente aceitas, constituem um ótimo objeto de análise, uma vez que influenciam e são influenciadas pela sociedade a todo tempo, contribuindo com as reflexões que tratam dos discursos sobre o mal-estar e seus sujeitos na contemporaneidade.

Passaremos, brevemente, pela história da lexicografia e suas definições, bem como por algumas das implicações de sua relação com o campo da Análise do Discurso. Em seguida, buscaremos apresentar um sucinto histórico da dicionarística da língua portuguesa, a

fim de situar nosso corpus de análise. Por fim, apresentaremos a análise, conforme as regularidades e irregularidades discursivas observadas em nosso corpus.

5.1.1 Lexicografia e discurso

As listas de palavras são, ao que tudo indica, o mais antigo saber linguístico. Datam de cerca de três milênios antes de Cristo, segundo Emília Maria Peixoto Farias (2001), as primeiras tentativas de compreender o mundo por meio da classificação e da categorização de práticas mercantis da época, organizadas a partir de campos semânticos. Duas tendências linguísticas se estabeleceram historicamente, desde então: a lexicologia e a lexicografia. Enquanto a primeira se dedica ao estudo das unidades lexicais, tendendo a um saber especulativo, a outra – à qual voltaremos nossas atenções neste trabalho - se relaciona ao desenvolvimento de métodos e técnicas para a confecção de glossários e dicionários, voltando-se a um saber prático (NUNES, 2006).

A palavra “dicionário” se origina do latim medieval *dictionarius*, que significa coleção de palavras. Motivada, sobretudo, pela ascensão das línguas à categoria de vernáculos, uma intensa atividade lexicográfica se deu na Idade Média, levando à elaboração de listas temáticas de palavras, explicadas por meio de glosas. Estas originaram os glossários, usados, primeiramente, no âmbito acadêmico, como instrumentos de consulta para a interpretação de textos em latim e grego, e, em seguida, expandidos, servindo de base à elaboração de dicionários (NUNES, 2006).

Mas a lexicografia só desponta no Renascimento, com o impulso dado pela formação dos Estados Nacionais. “Nunca se havia produzido até então dicionários monolíngues da língua materna: não era evidente que se utilizasse um instrumento para conhecer a própria língua” (NUNES, 2006, p. 160). Itália (com a Academia Crusca, em 1612) e França (com a Academia Francesa, em 1694) lançam os primeiros dicionários monolíngues. Embora seja um bilíngue português-latim, o dicionário confeccionado por Bluteau em Portugal, entre 1712 e 1718, o grande “Vocabulário Português e Latino”, já contém definições em português. A partir dele, o carioca Antônio de Moraes Silva elabora, em 1789, o “Dicionário da Língua Portuguesa”, primeiro da língua, publicado em Lisboa.

A multiplicidade de objetivos, funções e público-alvo dos dicionários colaboram para que muitas sejam suas definições. Contudo, duas características são aceitas pela maioria dos autores da área: a orientação prática, voltada à consulta; e a finalidade didática (SIQUEIRA, 2011). Os dicionários também se diferenciam de outras obras lexicográficas, a

exemplo de glossários e vocabulários. O glossário, por exemplo, tem a função de explicar um termo em uma obra ou texto determinados, tendo, portanto, uma caráter mais restritivo. Já o vocabulário, embora seja mais amplo que o glossário, é menos abrangente que o dicionário, apresentando-se, geralmente, como um catálogo de palavras pertencentes a um mesmo campo semântico.

Ao que diz respeito à estrutura, os dicionários podem ser pensados à luz de três importantes correntes:

A primeira tem como principal autor Rey-Debove (1971) que divide a organização do dicionário em duas partes, a macroestrutura, que corresponde às entradas ou verbetes, e a microestrutura, que traz as definições dos verbetes. Seguindo essa linha, mas com uma perspectiva um pouco mais ampla há uma segunda corrente, representada por Günther Haensch (1982), que também fala de uma macro e uma micro estrutura, porém incorpora no que entende como macroestrutura as partes que antecedem as entradas, tais como o prólogo, introdução, prefácio, enfim, a parte pré-textual, que para ele é importante por trazer em seu bojo critérios de seleção e sistematização do dicionário. E por fim uma terceira corrente iniciada por Hausemann e Wiegand (1989) e continuadas por Werner (1997) e outros, que fala de cinco pontos de vista para descrever o dicionário: a hiperestrutura (parte pré-textual, guias de usos e apêndices); a macroestrutura (entradas); microestrutura (definições); iconoestrutura (imagens e ilustrações que acompanham as definições) e as estruturas de acesso (índices). (SIQUEIRA, p. 135, 2011).

Outros princípios que o caracterizam, levantados por Siqueira (2011) e que nos auxiliam nessa breve definição do material lexicográfico que nos propomos a analisar neste trabalho, são a ordenação, o número de línguas, a perspectiva temporal, o tipo de compilação do material registrado, a extensão, o suporte, além de aspectos relacionados aos usuários de tal obra, como a questão de sua natureza pedagógica, faixa etária ou nível de escolaridade.

Lexicologia e lexicografia buscam atualmente, conforme Nunes (2006), um lugar de legitimação no campo das ciências da linguagem, uma vez que ocuparam um lugar marginal a partir do estruturalismo – e suas ênfases sobre a fonologia e a morfologia. Ambas vêm se transformando significativamente com o surgimento de novas áreas, das quais destacamos a Análise de Discurso. Interessa-nos salientar que, sob esta perspectiva, buscamos o que dialoga com a significação e o sentido, pensando o léxico e o dicionário – uma tecnologia linguística – enquanto objetos que funcionam em relação ao sujeito e a história.

A Análise de Discurso dita francesa (Pêcheux-Orlandi), vale dizer, surge nos anos 1960, em um momento em que, com o progresso da Linguística, já era possível não considerar o sentido como “conteúdo”. Não trabalhar apenas, dessa forma, com o que a linguagem quer dizer, mas “como” ela funciona. Para Saussure (2006), a língua é um fato social e um sistema homogêneo, enquanto a fala é um ato concreto individual. A AD mantém

a ideia da língua como um fato social, mas nos leva a considerá-la como um sistema aberto, sendo o discurso uma prática histórica e cultural. Para Pêcheux (1988), discurso é efeito de sentido entre interlocutores. Logo, é impossível desconsiderar que sobre um texto agem inúmeros elementos externos, que interferem e agem a todo tempo nessa interlocução (memória, história, compreensão da língua, ideologia).

Conforme já dito anteriormente, é importante salientar que falamos em “efeitos”, pois, ainda que os sentidos existam de fato, e são vários, só podemos supor que os alcançamos ou que deixamos transparecer parte de seu processo de significação através de sua opacidade. Sua transparência, bem como seu fechamento, são ilusórios. Só temos os efeitos.

Assim, a perspectiva discursiva “traz elementos para uma compreensão do léxico enquanto objeto linguístico afetado pelo discurso, ou seja, pelos processos históricos de significação” (NUNES, 2006, p. 152). Enquanto sistema aberto, a língua está sujeita a falhas, deslizos. Um elemento lexical sempre pode ser substituído por outro, o que discursivamente nos leva à metáfora, ao movimento que, no jogo das formações discursivas, pode assumir diferentes posições ideológicas. Para Orlandi (2004), a metáfora, um deslizamento de sentidos que produz efeitos, é “própria da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade” (ORLANDI, 2004, p. 23). O fato lexical, portanto, é um fato social.

Finalmente, é preciso compreender a relevância do estudo lexicográfico sob o viés discursivo, nosso principal esforço no presente trabalho. Tomamos, aqui, o dicionário como um fato social, histórico, ideológico. Um lugar de produção, reprodução, circulação e constituição de sentidos “por sujeitos e para sujeitos”, como destaca Nunes (2006). A lexicografia discursiva pressupõe uma atenção contínua à diversidade social e às contradições históricas.

Ao tomarmos o dicionário como um objeto histórico e social, pensamos sua produção no interior de um complexo de formações discursivas. O recorte operado pelo lexicógrafo será sempre permeado de exclusões e silenciamentos, devido ao fato de que o discurso se produz com mecanismos de esquecimento e de que a relação entre sujeito e mundo é marcada pela incompletude. [...] É sabendo que o sentido pode ser outro que lidamos melhor com a incompletude da linguagem. (NUNES, 2006, p. 163).

5.1.2 Escolha do corpus

A escolha do corpus desta análise lexicográfica busca levar em conta alguns dos marcos da dicionarística portuguesa moderna, que tem reconhecido como origem e fundamento de toda a genealogia lexicográfica desenvolvida ao longo de mais de 200 anos o

“Diccionario da Lingua Portuguesa”, do carioca Antônio de Moraes Silva. Publicado em Lisboa, em 1789, a obra é tida como marco de harmonia linguística entre Brasil e Portugal, contribuindo para a homogeneidade e normalização da língua.

Reconhecendo suas diversas funções transformadoras no que diz respeito à sintaxe, ao próprio léxico ou à quebra dos paradigmas e cânones literários da época, devemos levar em conta nesta análise, que se direcionará sob o viés discursivo, sobretudo, o fato de tal obra ter preenchido “o horizonte metalinguístico, ao longo dos séculos XVIII e XIX, como um verdadeiro símbolo não só da lexicografia, mas da língua em geral, e da cultura portuguesas” (VERDELHO, 2003, p. 2).

Vale dizer que, embora seja reconhecida como o primeiro dicionário monolíngue moderno da língua portuguesa, a obra de Moraes Silva tem assumidamente como texto de fundamento e de referência predominante o “Vocabulário” de Bluteau (1712-1718), além de outras obras e tradições europeias que determinaram sua configuração e a qualidade de seu repositório lexicográfico (VERDELHO, 2003). Em nossa pesquisa, tivemos acesso à 8ª edição (“revista e melhorada”), publicada onze anos depois da primeira.

Amparando-nos nos estudos de Nunes (2006), que destacam que foi somente no decorrer do século XX que os dicionários gerais brasileiros se estabeleceram, daremos um salto para a análise de outra obra lexicográfica de referência, o “Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa”, de Laudelino Freire, de 1944. Tivemos acesso à 2ª edição da obra, de 1954.

O “Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa”, de Caldas Aulete, também integra o corpus, em edição publicada em 1978, década de consolidação da lexicografia brasileira, como destaca Nunes (2006). A partir da década de 1980, reunimos obras do importante autor Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que assina títulos muito adotados por instituições educacionais brasileiras, bem como o mais recente e também amplamente consultado “Houaiss”.

Também fizeram parte da análise outros dicionários, assinados não apenas por um autor, mas por entidades ou editoras, a exemplo da Academia Brasileira de Letras. A inclusão de obras de menor destaque, não citadas, por exemplo, entre as maiores referências de suas épocas, busca conferir ao corpus maior amplitude e confiabilidade. Nem todas serão diretamente citadas na exposição a seguir, uma vez que muito se assemelhavam às de maior expressão, mas certamente tiveram influências no que será apontado por este trabalho.

Em todas as obras selecionadas, foram analisados os verbetes “dor”, “sofrer” e “sofrimento”, dos quais destacaremos, a seguir, as regularidades e irregularidades discursivas apreendidas nesta análise.

5.1.3 Das regularidades

Ao analisarmos obras lexicográficas de referência, ainda que assinadas por autores diferentes, é interessante destacar a notória herança linguística que por elas circula. Muitas das definições elaboradas no século XIX também podem ser encontradas no século XXI. Expressões similares ou idênticas, que vão, lentamente, se transformando e adquirindo novos sentidos a partir de novas definições, como poderemos verificar em vários enunciados que destacaremos a seguir.

Em todas as obras que compõem nosso corpus, a primeira entrada apontada para o verbete “dor” traz sentidos diretamente relacionados a algo físico, que “ofende” o corpo. Os enunciados E1, E2, E3, E4 e E5 demonstram tal inferência.

E1 – “A sensação molesta, desagradável, causada por cousa que **offende o corpo** [...] (MORAES SILVA, 1889, v. 1, p. 711).

E2 – “Sensação desagradável causada por **lesão** ou por um **estado anômalo dos órgãos; sofrimento físico** [...] (FREIRE, 1954, v. 2, p. 2001).

E3 – “Sensação desagradável causada por **lesão** ou por um **estado anômalo dos órgãos; sofrimento físico** [...]” (AULETE, 1978, p. 1.147).

E4 – “Impressão desagradável ou penosa, proveniente de **lesão, contusão** ou **estado anômalo do organismo ou de uma parte dele; sofrimento físico** [...]” (FERREIRA, 1980, p. 617).

E5 – “Sensação penosa, desagradável, **produzida pela excitação de terminações nervosas sensíveis a esses estímulos** [...]” (HOUAISS, 2009, p. 709).

Ainda que a “dor física” e a “dor moral” sejam mencionadas, a “física” é sempre a primeira a ser citada, indício de seu maior “peso” de assimilação, efeito de que é prioritária. O enunciado “dor física ou moral” é compartilhado pela grande maioria das obras analisadas, principalmente como primeiras entradas do verbete “sofrimento” ou “sofrer”, aparecendo, por exemplo, mas não somente, em E6, E7 e E8.

E6 – “Sentir **dôr física ou moral** [...]” (FREIRE, 1954, v. 5, p. 4.721).

E7 – “**Dor física ou moral** [...]” (AULETE, 1978, p. 3.407).

E8 - “Sentir (**dor física ou moral**)” (HOUAISS, 2009, p 1.763).

Outra regularidade averiguada é o fato de que, em grande parte dos verbetes “dor”, esta é relacionada a anomalias, a um “estado anômalo” e “desagradável”, o que nos induz a sentidos como “não natural”, ou ainda, “indesejável” ou “desconfortável”. Como, por exemplo, explicitado em E9, E10, E11 e E12.

E9 – “A **sensação molesta, desagradável**, causada por cousa que **offende o corpo** [...] (SILVA, 1889, v. 1, p. 711).

E10 – “**Sensação desagradável** causada por lesão ou por um **estado anômalo dos órgãos** [...] (FREIRE, 1954, v. 2, p. 2001).

E11 – “**Sensação desagradável** causada por lesão ou por um **estado anômalo dos órgãos** [...]” (AULETE, 1978, p. 1.147).

E12 – “**Impressão desagradável** ou **penosa**, proveniente de lesão, contusão ou **estado anômalo do organismo ou de uma parte dele** [...]” (FERREIRA, 1980, p. 617).

O verbe “sofrer”, por sua vez, em momento algum de nosso corpus figura como algo anômalo, que foge à normalidade. Ao contrário, traz definições que o fazem entrar no campo do que deve ser “suportado”, “tolerado”, como no recorte seguinte.

E12 – “**Aturar**” (SILVA, 1889, v.2, p. 824).

E13 – “**Suportar, tolerar**” (FREIRE, 1954, v. 5, p. 4.721).

E14 – “Experimentar com **resignação e paciência; suportar, tolerar, aguentar** (sofre injúrias e cala-se) (HOUAISS, 2009, 1.763).

Tal “fardo” sofrido é, em quase todo o corpus, naturalizado, sobretudo quando atravessado pelo discurso religioso, que remete à penitência, ao padecimento, às provações necessárias ao indivíduo para que este se torne um ser humano “melhor”, e que aparecem com mais frequência em obras mais antigas. As obras mais recentes, a exemplo de Houaiss (2009), citam as dores de Maria, mas explicitando seu cenário religioso, não como sinônimo explícito. Tal discurso é visto com clareza em E15, na qual citamos exemplos de uso trazidos por

Morais Silva (1889), e também na obra de Laudelino Freire (1954), com exemplos da literatura e em definição própria, como em E16.

E15 – “ **‘Quem soffreu venceu’ ‘O bom coração soffre, e o bom siso ouve’ [...]** **‘No soffrer e abster está todo o vencer’ [...]** **Soffrer, aturar, supportar (ou soportar), tolerar.**” (SILVA, 1889, v.2, p. 824).

E16 – “ **‘As almas sofrem, pois que alívio pedem’ [...]** **Padecer**” (FREIRE, 1954, v. 5, p. 4.721).

Vale destacar que Silva (1889) diferencia “aturar” (“soffrer com repugnância, e de má vontade”, p. 824) de “supportar” (“soffrer com paciência, e de boa sombra; soffrer de bom grado”, p. 824), ou ainda de “tolerar” (“soffrer, não impedindo o mal [...], dissimulando, p. 824).

Muitas vezes, os verbetes “dor” e “sofrimento” aparecem como sinônimos, ainda que nunca em primeiras entradas, sendo agregadas a estas outras definições, com sentidos bastante diversos. Entretanto, é interessante pontuar que seus discursos e sentidos se atravessam e dialogam em muitos momentos.

Os sentidos conferidos aos verbetes “dor” e “sofrimento”, na maior parte do corpus, também pouco se relacionam ou se direcionam ao “outro”, pouco citando-o como parte do processo, quase sempre interiorizado. “Pena”, “dó” e “compaixão” são os únicos sinônimos que se voltam para outro indivíduo que não si próprio encontrados, desde Moraes Silva até as obras lexicográficas mais recentes. Embora encontremos o item lexical “padecer” (como visto anteriormente), não há quaisquer indícios lexicais que levem em conta, por mero exemplo, o item “compadecer”.

5.1.4 Das irregularidades

A análise dos mesmos verbetes apresentados por dicionários que, embora pertençam a autores e épocas distintas, parecem dialogar e até mesmo se repetir ao longo de pouco mais de 200 anos da dicionarística monolíngue portuguesa, produz a ilusão de que pouco se modificou no período. Contudo, sob um olhar um pouco mais detido, é possível fazer emergir sentidos que produzem efeitos bastante distintos, introduzindo novos discursos e, certamente, atuando na história e na sociedade.

Diferentemente do encontrado na análise do verbete “dor”, as definições dadas a “sofrer” nem sempre trazem a questão física como primeira entrada, oscilando ao longo do período analisado, como na comparação entre os enunciados E17, E18 e E19.

E17 – “**Sentir dor física** ou moral” (FREIRE, 1954, p. 4.721)

E18 – “**Ser atormentado, afligido**” (FERREIRA, 1980, p. 1.582)

E19 – “O mesmo que **padecer em tôdas as suas acepções**” (AULETE, 1978, v. 5, p. 3.407).

Por vezes, expressões mais sentimentais, que exploram o emprego da metáfora (é a alma que sofre), dão o tom do discurso do “sofrimento” em alguns dos itens analisados, como podemos aferir em E20 e E21.

E20 – “Tudo que faz a **alma sofrer**” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1943, v. 4, p. 205)

E21 – “ ‘As **almas sofrem**, pois que alívio pedem’ ” (FREIRE, 1954, v. 5, p. 4.721).

Contudo, novos itens lexicais vão sendo acrescentados ao verbete, que parece ganhar outros sentidos que não religiosos, mas que o tornam mais complexo e multifacetado ao longo dos anos, como “angústia”, “aflição” e “amargura”, trazidos por Ferreira (1980).

Falamos em metáfora discursiva, um deslizamento de sentidos que carrega com si uma bagagem ideológica própria de sua formação discursiva, produzindo efeitos. Cabe lembrar que buscamos desmitificar a ideia de que o sentido na metáfora se faz por desvio. Ele se dá através de efeitos de linguagem, o que discutiremos mais detidamente ainda neste capítulo.

O item lexical “doença”, hoje bastante ligado a discursos sobre a dor e o sofrimento, aparece em nosso corpus no verbete “sofrer” pela primeira vez em 1980, no Aurélio, conforme E22, e depois se repete, como grifamos em E23.

E22- “Ser **acometido de alguma doença**, ou sujeito a ela [...]” (FERREIRA, 1980, p. 1582).

E23 – “Ser **acometido de doença** (em algum órgão) [...]” (HOUAISS, 2009, p. 1.763)

Percebemos que o período coincide com a intensificação de discursos sobre a medicalização, amplamente debatido na atualidade. A esse respeito, é interessante notar ainda que, com o passar dos anos, as definições de “dor” vão ficando mais biológicas, dialogando a todo tempo com o discurso científico, positivista, e, certamente, conferindo um efeito de credibilidade e acuidade às obras lexicográficas contemporâneas. Os enunciados E24 e E25 demonstram tal transformação.

E24 – “Sensação desagradável, **variável em intensidade e em extensão de localização, produzida pela estimulação de terminações nervosas [...]**” (FERREIRA, 1986, p. 608).

E25 – “Sensação penosa, desagradável, **produzida pela excitação de terminações nervosas sensíveis a esses estímulos, e classificada de acordo com o seu lugar, tipo, intensidade, periodicidade, difusão e caráter [...]**” (HOUAISS, 2009, p. 709).

A expressão “ser vítima”– que surge em nosso corpus apenas em 1999, com o “Novo Aurélio Século XXI” (p. 1.876) - confere algo novo a tal discurso, de vitimização diante da dor. A priorização de uma individualidade cada vez mais pronunciada, podemos pensar, pode induzir os indivíduos a se verem como vítimas diante da dor. Pois, sob essa perspectiva, sentir dor seria o mesmo que deixar transparecer as impotências do sujeito na busca por um completo bem-estar. O que já foi visto como algo natural e até mesmo fundamental à existência humana, podendo relacionar-se à capacidade de reflexão, criação e potência, passa a ser inaceitável.

Por fim, vale destacar que os sentidos que pouco se voltaram ao outro, pouco se abriram à alteridade, ganham, somente no século XXI (com Houaiss), um indício de preocupação social. A própria “dor”, após bem explicada cientificamente, se abre a “sentimento que surge em decorrência de dano causado a outrem ou a si mesmo” (HOUAISS, 2009, p. 709). E o “sofrimento” ganha o sentido da própria “miséria”, como no enunciado transcrito abaixo.

E26 – “**Vida miserável; miséria, penúria, dificuldade** (*muita gente enriqueceu à custa do s. alheio*)” (HOUAISS, 2009, 1.763).

Interessante pontuar momentos em que tais preocupações sociais, ainda que brevemente citadas, são introduzidas nas obras lexicográficas de referência, uma vez que

importantes reflexões sobre o sensível na constituição do pensamento e, por conseguinte, do sujeito da contemporaneidade apontam, com a fluidez dos laços sociais e a supressão dos limites entre os “eus”, para estados de indistinção entre indivíduos, entre os corpos, entre as subjetividades, levando-os à indiferenciação (HAROCHE, 2008). Desatenção, pressa, orgulho, extrema preocupação com si estariam muito presentes nas sociedades democráticas ocidentais, o que abriria caminhos para que a inércia e a indiferença se instalem.

5.1.5 Considerações sobre o breve estudo lexicográfico

Ao nos propormos a pensar, com o auxílio imprescindível da teoria do discurso, os sentidos da “dor” e do “sofrimento” em obras que figuram como referências, pretendemos ir além do que se estabelece e se perpetua como verdade absoluta. Não podemos nos esquecer que a dinâmica configuração - e reconfiguração - das relações de força entre grupos sociais e relações de poder entre indivíduos implica decisivamente na sociabilidade e na percepção de si dos sujeitos.

Recorrer às obras lexicográficas que se destacaram em nosso universo dicionarístico é, sem dúvida, um dos muitos caminhos propostos para refletirmos como, na atualidade, não apenas as percepções do mal-estar, mas também de gravidade, vitimização, trauma, entre outros, circulam na sociedade e atravessam seus sujeitos.

Especificamente, no que tange o breve trabalho apresentado, é necessário reforçar que os sentidos deslizam, se reorganizam e se ressignificam a todo momento. Há regularidades, que se estabelecem e se repetem ao longos dos anos, até mesmo séculos. Definições formais que se cristalizam e podem, em um primeiro instante, causar efeitos de verdades inquestionáveis. Contudo, indo além da linguística, recorrendo à teoria do discurso, podemos desestabilizar as fronteiras entre “denotativo” e “conotativo”, “primeiro” e “último”, restando apenas o sentido, que nunca significa nele mesmo, mas sempre em “relação a”.

Em todas as obras que compõem nosso corpus, conforme constatamos anteriormente, a primeira entrada apontada para o verbete “dor” traz sentidos diretamente relacionados a algo físico, que agridem o corpo. Ainda que dores morais ou psíquicas sejam mencionadas, não figuram como entrada primeira, logo, de maior destaque. E esta “dor”, frequentemente, é definida como algo não natural, anômalo, e que, portanto, deve ser eliminado.

O “sofrimento”, por sua vez, abre mais possibilidades de interpretação, uma vez que traz certos sentidos que o naturalizam, como algo que deva ser “suportado”, sobretudo

quando atravessado pelo discurso religioso. O emprego da metáfora, os deslizamentos de sentidos, são mais variados nas definições relacionadas ao “sofrimento”.

Sob tal olhar mais criterioso, as irregularidades se revelam à medida em que a própria sociedade se transforma. Como alguns exemplos que validam tais ideias, vale lembrar como os sentidos de “martírio”, averiguados em nosso corpus, são deixados de lado à medida em que a religião tem sua centralidade enfraquecida, enquanto, por outro lado, a ciência vai se estabelecendo como inquestionável e traz às definições da “dor” aspectos cada vez mais biológicos e detalhados. Como em E25, por “dor” entende-se: “Sensação penosa, desagradável, **produzida pela excitação de terminações nervosas sensíveis a esses estímulos, e classificada de acordo com o seu lugar, tipo, intensidade, periodicidade, difusão e caráter [...]**” (HOUAISS, 2009, p. 709).

Ora, se quisermos tratar do isolamento social e psíquico do sujeito, não há como não pensar o isolamento corporal, a positividade do mal-estar, a sua atribuição a fatores físico-químicos, o que, imediatamente, permite que seu tratamento seja conferido quase que universalmente no mesmo registro, a saber, o da medicalização ostensiva. Neste sentido do isolamento do sujeito, um importante aspecto a ser considerado em nossa análise é a falta do “outro” nos discursos do sofrimento. Os sentidos quase nunca apontam para a dor com o sofrimento alheio, mas são individualizados.

A partir daí, muito se abre a esta e a demais pesquisas que adentram o campo ideológico complexo do mal-estar, no qual são levantadas questões a respeito de um sujeito de interioridade esvaziada e temporalidade reduzida, que se vê ligado a uma sociedade cujo desengajamento é forte característica e imerso em relações cada vez mais distantes e voláteis.

5.2 METÁFORAS CLARICEANAS

A tradição aristotélica, nos estudos sobre as artes retórica e poética, postula a diferença entre “sentido denotativo” e “sentido figurado”, oposição que vigorou até recentemente nos estudos das linguagens. O reconhecido como “denotativo”, ou ainda, “literal”, estaria vinculado ao sentido “real” ou “primeiro” das palavras. Já no âmbito do “figurado”, encontramos a metáfora, representação do sentido “conotativo”, vinculado estritamente à poesia. Teria começado, assim, a tradição do pensamento de um uso “desviante da linguagem”, um sentido “outro”, apropriado do “real” e contrário ao sentido “normal”. As

metáforas seriam, sobretudo, uma qualidade de estilo que se dá através da transposição do nome de uma coisa para outra, através da analogia.

Martín Fernández (2008), em suas pesquisas sobre a metáfora e a ontologia nas obras de Santo Tomás de Aquino e Paul Ricoeur, traz diversos aspectos relevantes ao estudo de qualquer contexto em que a metáfora apareça. Tomás de Aquino analisa a metáfora no âmbito da religiosidade, no qual Deus seria a “verdade” e, para alcançá-lo, usaríamos certos intermédios, como por exemplo, as imagens. Fundamentar as ideias em imagens, representações sensíveis, seria perfeitamente aceitável na busca pela “verdade”.

No âmbito da teologia, pode-se atribuir a ela mais do que um valor meramente subjetivo. “A metáfora pode ser um simples jogo literário, como também pode atingir verdadeiramente alguma coisa em Deus”. (FERNÁNDEZ, 2008, p. 26). Faz referência, assim, a algo concreto. Porém, admite que a metáfora se aproxima da analogia da atribuição, pois se relaciona com a “causalidade”; ou seja o “sentido metafórico” só seria alcançado por intermédio do “sentido próprio”.

Fernández (2008) é claro ao resumir o pensamento de Paul Ricoeur em relação à metáfora e à ontologia: “Para o autor, ‘se dizemos algo, é porque algo existe’, e, portanto, a própria reflexividade da linguagem abre caminho para a ontologia”. (FERNÁNDEZ, 2008, p.15-16). Torna-se, dessa forma, inevitável que a metáfora acrescente modos de conhecimento do mundo, pois é um acontecimento semântico que se dá a partir da interseção entre vários campos semânticos, uma operação que “informa e esclarece”, como nenhuma paráfrase poderia fazer. E simboliza ainda modos de sentir, percepções. Uma metáfora “genuína” não poderia ser traduzida, pois criaria um sentido próprio, diria algo novo da realidade, sendo desconstruída a ideia de um mero ornamento da poesia.

Tais contribuições refletiram no que consideraremos por metáfora, uma vez que levaremos em conta a metáfora discursiva. Retomando o que introduzimos nos capítulos anteriores e o que se torna fundamental à nossa análise, conforme Orlandi (2005), o objetivo da Análise de Discurso é descrever como um texto produz sentido. O texto é a unidade fundamental da linguagem. Existem três pressupostos da interpretação: a) não há sentido sem interpretação; b) existem dois níveis: quem fala e quem escuta; c) o analista não interpreta, compreende o funcionamento de um discurso e como ele se materializa no texto. Logo, a finalidade primeira do analista não é descrever ou interpretar, mas compreender os processos de significação. Pensar o discurso neste âmbito é fundamental à análise.

Em primeiro lugar, como especifica Orlandi (2005), é preciso lembrar que “o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular”. (ORLANDI,

2005, p. 14). A produção do discurso passa por três momentos: 1) Constituição (que envolve a evocação da memória, contexto histórico-ideológico); 2) Formulação (produção do discurso); 3) Circulação. É na formulação que o texto ganha sentidos e o autor se assume como tal.

A metáfora é um elemento considerado *fundante* na Análise de Discurso, sinalizando a constante reelaboração a que a teoria do discurso foi submetida por Michel Pêcheux, estando diretamente ligada à desconstrução da regularidade e da estabilidade dos sentidos. Indo diretamente a Pêcheux (1988), em sua principal obra, “Semântica e Discurso”, é clara a crítica à concepção da metáfora como algo que viria “secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente *pré-social* e *pré-histórico*” (PÊCHEUX, 1988, p. 132). O efeito metafórico concretiza-se em sua obra como um “deslizamento de sentido”. Não se trata de uma mera substituição lexical, mas um trabalho da ordem interna e externa da língua que coloca em funcionamento a materialidade linguística e histórica, reposicionando-a no terreno discursivo.

Como elabora Maria Marta Furlanetto (2010), a metáfora

surge da circulação de bagagem linguístico-discursiva entre as formações discursivas, fixando-se numa delas ou mais, sofrendo um processo de apropriação dentro da formação discursiva considerada, o que produz efeitos variados por deslocamento. (FURLANETTO, 2010, s/p.).

Admitindo, dessa forma, ser a metáfora um deslocamento de sentido entre campos semânticos, é preciso entender ainda a formação discursiva como uma instância de *formação/repetição/transformação* de elementos do saber, que se constitui a partir de uma memória, incorporando elementos exteriores a ela e sendo constantemente reconfigurada. A metáfora, assevera Orlandi (2004), “própria da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade” (ORLANDI, 2004, p. 23).

Mariângela Joanilho (1996) corrobora tais ideias em seus estudos, lembrando que a exterioridade é constitutiva de todo discurso. O discurso é polifônico, admite diversas vozes, e a metáfora realiza a representação do discurso no discurso do outro. É um elemento que constitui o sujeito no acontecimento, o particulariza e produz “singularidade”. Dessa maneira, “as diferentes construções metafóricas podem especificar, no jogo das formações discursivas, diferentes posições ideológicas; [...], é um fresta na linguagem através da qual a ideologia marca a língua” (JOANILHO, 1996, p. 73).

Do ponto de vista estritamente linguístico, a metáfora pode ser definida como, explica Maria José Coracini (1991),

um fenômeno que consiste em apresentar um ser ou uma idéia explicitada por um nome (N1), através de outro ou de uma expressão (N2), sem que entre os dois exista, necessariamente, uma relação de conformidade ou analogia. (CORACINI, 1991, p. 134).

O tipo de metáforas usadas pela ciência, prossegue a autora, é visto pelos linguistas como “metáforas mortas”, ou seja, com certa tendência à “denotatividade”. Porém, como já vimos anteriormente e propõe ela, a metáfora extrapola o campo linguístico e não pode ser analisada fora de seu contexto.

A oposição sentido figurado/sentido próprio nada mais é do que uma oposição lexical e, portanto, aproximativa e arbitrária, tanto quanto é arbitrário e aproximativo o estudo da palavra isolada de seu contexto e das condições de utilização. (CORACINI, 1991, p.135).

Logo, prossegue Coracini (1991) não se justifica a oposição literal/metafórico nem mesmo no âmbito científico, embasado aqui por dois motivos: 1) não é possível determinar se um enunciado é literal ou metafórico sem um contexto, sem a consideração de uma comunidade interpretativa; 2) literal e metafórico são conceitos estabelecidos pela comunidade ocidental, a partir de uma busca incessante pelo “puro” e “estável”, que se opõe claramente ao que é visto como “desviante”, “instável” e “secundário”.

O sentido na metáfora não se faz por desvio. Ele se dá através de efeitos de linguagem. Coracini (1991) destaca que para cada momento histórico existe uma forma de controle e que a metáfora escapa a esse controle, por isso era entendida como desvio, ou margem. Assim a relação “literal e metafórico” se desfaz aqui, pois a “literalidade” é entendida como um efeito de discurso. Ela não pré-existe, se forma a partir do seu uso. Como não existe um sentido por ele mesmo, mas somente através da interação com outros sentidos, não se pode falar em um sentido “primeiro”, tampouco “último”. O que existe são conceitos que tentam explicar como funciona a realidade, um fluxo de linguagem, que aparece ou desaparece, se modifica e se adapta às circunstâncias.

Passaremos, então, à análise das crônicas de Clarice Lispector. Publicadas entre os anos de 1967 e 1973 - período em que assinou uma coluna semanal, aos sábados, no *Jornal do Brasil* - as crônicas foram posteriormente reunidas na obra “A Descoberta do Mundo” (1999). Propomos uma análise de enunciados retirados das crônicas da autora, que, em

comum, trazem a “dor” como pronunciada, quer seja no próprio significante “dor” ou em suas tantas facetas trazidas pelas metáforas utilizadas por Clarice. Integram o campo semântico analisado, sentidos ligados à dor, ao sofrimento e à angústia.

A fim de particularizarmos a análise, foram identificadas três possíveis categorias de significação, postuladas posteriormente à identificação do significante “dor” ou demais itens lexicais que identificamos como pertencentes ao mesmo campo semântico e a partir de sua recorrência nos enunciados selecionados. São elas: “a potência da dor”, “dor e prazer” e “a dor se torna silêncio”.

Importante termos em mente que a própria escolha do corpus já é um ato analítico, e as escolhas do analista não são ideologicamente isentas. Ressaltamos, ainda, que uma categoria não exclui a outra, apenas aproximamos sentidos a fim de buscar meios analíticos para fazer o complexo texto clariceano significar. Sobretudo, no que diz respeito às potências intrínsecas aos sentidos de dor, sofrimento e angústia, uma vez que o nosso principal intuito é identificar se tais sentidos se diferem dos que hoje se relacionam ao sujeito. Para isso, poderemos lançar mão do confronto entre “enunciados atestados”, aqueles efetivamente encontrados nas crônicas presentes no nosso corpus, e enunciados “não atestados”, que são reformulações do analista, como forma de compreender, pela diferença, os efeitos de sentido próprios de cada construção.

Clarice publica, em 19 de outubro de 1968, uma carta que lhe foi enviada por Fernanda Montenegro. Segundo a atriz, tudo o que Clarice propõe “tem sempre essa explosão”. “É uma angústia terrivelmente feminina, dolorosa, abafada, educada, desesperada e guardada [...] mas deixe que eu mantenha com você essa sintonia dolorosa dos que percebem alguns mundos” (LISPECTOR, 1999, p. 145). Não há como não notar a marcada presença dos sofrimentos humanos em seu discurso. Tratemos, então, de analisar seus sentidos.

5.2.1 A potência da dor

No decorrer desta pesquisa, buscamos trazer alguns dos sentidos presentes nas percepções da dor e do sofrimento na atualidade. A inadmissibilidade da dor - esta sempre pronta a deixar em evidência as fragilidades do indivíduo - a medicação ostensiva que busca extirpá-la a todo custo, o sofrimento psíquico ocasionado pela cobrança exacerbada e pela insuficiência do que pode ser alcançado. O discurso de Clarice apontaria para sentidos

diferentes? Trataremos, pois, de expor enunciados que expõem, em seu discurso, possibilidades diversas à impotência e à não-naturalização da dor humana.

Na última crônica publicada no *Jornal do Brasil*, em 29 de dezembro de 1973, “Apenas um cisco no olho”, Clarice relata que novamente sentia “aquela” dor intolerável no olho esquerdo. O pronome “aquela” já não causa dúvidas em explicitar que a dor já era conhecida. Ela relata que, por quatro vezes em menos de um ano, o olho esquerdo havia sido ferido de alguma forma, por ciscos, grãos de areia ou mesmo por um cílio.

A resposta do oftalmologista para tal queixa a surpreendera. Não era coincidência ser sempre o olho esquerdo, já que era natural que um dos olhos enxergasse mais e fosse mais sensível, o “olho diretor”. Logo, trata de pensar sob o mesmo viés o sofrimento humano. “Será que a pessoa que mais vê, portanto **a mais potente, é a que mais sente e sofre?**” (LISPECTOR, 1999, p. 478).

O diretamente inverso do que viemos discutindo materializa-se no discurso da autora. A pessoa “que mais vê”, logo, seria a mais potente e a que “mais sente e sofre”. Nega-se, portanto, a premissa atual de que a pessoa que mais sente e sofre seria a mais “impotente”. “Ver” aparece como metáfora para “sentir” e “sofrer”.

Em “Conversa descontraída”, Clarice reflete que a angústia começa com a vida. Contudo, prossegue ela, a dor a angústia não se atrelam obrigatoriamente ao que é ruim. “Às vezes não se precisa ter medo da angústia: **ela pode ser fértil e dar frutos de alegria e pureza**” (p. 398). Embora a locução adverbial “às vezes” não exclua o medo da angústia, possibilita que, em alguns momentos, não seja necessário ter medo dela. Pois ela pode estar vinculada ao que é, de maneira unânime, bom: à “fertilidade”, à “alegria” e à “pureza”. A crônica, primeira publicada em 1972, prossegue com o desejo de que ano transcorra “sem dor”. “Ou só com as dores do parto que dão um **nascimento de coisa nova**” (p. 398). Mais uma vez, a dor pode vincular-se a algo potente, já que é vital ao nascimento do novo.

Ainda sobre os efeitos de sentido que cercam o significante “angústia”, em “O que é angústia”, Clarice conta que a fizeram tal indagação, algo, segundo ela, difícil de responder. Mas, ao longo da crônica, a autora elabora da seguinte forma: “Angústia pode ser o desamparo de estar vivo. Pode ser também não ter **coragem de ter angústia** – e a fuga é outra angústia. **Mas angústia faz parte: o que é vivo, por ser vivo, se contrai**” (p. 435). Abrem-se, de fato, possibilidades de interpretação tamanha a dificuldade de definição. Contudo, podemos apreender de seu discurso que “estar vivo”, em seu “desamparo”, pode já ser a própria metáfora de angústia. A angústia pode, ainda, estar ligada à falta de “coragem” de admiti-la, logo, admiti-la requer coragem, uma qualidade potente. E, por fim, admite que ela

“faz parte”, é inerente à vida, pois “o que é vivo, **por ser** vivo, se contrai”. A metáfora da contração pode apontar para o retesamento involuntário de um músculo, o que causa dor. Mas é uma dor involuntária, inevitável e natural ao que é vivo.

A coragem e a dor mais uma vez permeiam o universo semântico da autora em “Dia das mães”. Sobre uma mãe, ela descreve: “Olhei-a no escuro. **Sofrida, machucada, corajosa**”. O sofrimento reaparece diretamente ligado à qualidade da coragem. Podemos notar que apenas vírgulas separam os adjetivos, indicam sua soma e seu pertencimento a um mesmo campo semântico. Não há adversativas, por exemplo, o que poderia opor os efeitos de sentido de uns figurarem como algo bom e outros como algo ruim.

Clarice naturaliza sua dor ao constatar que é preciso conviver com ela. Mal estar, angústia, tristeza e solidão parecem ser inerentes à vida. Na crônica “Dor a si próprio”, na qual comenta o fato de ter de fazer enxertos de pele após o acidente que a deixou com graves queimaduras pelo corpo, Clarice conclui que “às vezes só a bondade que doamos a nós mesmos nos livra da culpa e nos perdoa” (p. 304). E naturaliza o fato de termos de conviver com a dor, pois até para se perdoar, ou seja, se ter algum alívio do sofrimento, é preciso passar pela dor mais profunda. “E **há certas dores que só a nossa própria dor, se for aprofundada, paradoxalmente chega a amenizar**” (p. 304).

O sujeito do discurso analisado tem ciência do paradoxo proposto, que seu argumento poderia contrariar os princípios básicos e gerais que costumam orientar o pensamento humano. Mas há “certas” dores, logo, não todas, mas dores específicas que unicamente (“só”) podem ser amenizadas com o seu aprofundamento. Estas devem ser sentidas a fundo, vivenciadas, não devem ser ignoradas. Eliminá-las não garantiriam alívio. As próprias dores seriam o caminho para algum alívio.

A metáfora da “profundidade” parece indicar como é possível encontrar formas de potência no sofrer. A crônica “Como uma corça” descreve uma moça de dezenove anos, Eremita.

Porque tinha suas **ausências**. O rosto se perdia numa **tristeza impessoal e sem rugas. Uma tristeza mais antiga que seu espírito**. Os olhos paravam vazios; diria mesmo um pouco ásperos. A pessoa que estivesse a seu lado sofria e nada podia fazer. Só esperar (CLARICE, 1999, p. 71)

Contudo, o sofrimento confere algo de potente, conclui logo à frente. “Sim, havia **profundeza** nela” (p. 72). Por oposição, diferenciamos a pessoa que tem a capacidade de

sofrer, é “profunda”, daquela que é “rasa”, pouco profunda, logo, com pouca capacidade de sentir.

Em uma de suas noites de insônia, às três da madrugada, como conta a cronista, surge “Enquanto vocês dormem”. A escuridão da noite, relatada por ela, imediatamente nos leva à metáfora de uma escuridão interior, da tristeza e do peso que lá está, ainda que sem explicação. “Está escuro. Tão escuro”, repete ela, ao enfatizar a escuridão. Contudo, tal tristeza se naturaliza, e até mesmo a dor parece se amenizar. Estar triste é natural, assim como estar alegre. “Estou caindo numa **tristeza sem dor. Não é mau. Faz parte.** Amanhã provavelmente terei alguma alegria, também sem grandes êxtases, **só alegria**, e isto também não é mau” (p. 104).

A solidão, frequentemente associada à tristeza e ao sofrimento, também é uma metáfora bastante presente no discurso analisado. Contudo, ela é descrita, em diferentes trechos, como algo que também pode ter a potência de significar algo bom. Um exemplo pode ser extraído de “Insônia feliz e infeliz”. “Mas quantas vezes a insônia é um **dom**. De repente acordar no meio da noite e ter essa **coisa rara**: solidão” (p. 69).

Em “Não sentir”, a naturalização de tal “peso da existência” chega a ser vantajosa, nas palavras da autora. “O hábito tem-lhe amortecido as quedas. Mas sentindo menos dor, perdeu **a vantagem da dor** como aviso e sintoma” (p. 32). A convivência com a dor, o “hábito”, já é algo normal. Ao acostumar-se com a dor, ela é menos sentida, o que, entretanto, não é algo bom, pois a dor serve de “aviso” e “sintoma”, configura uma “vantagem”. A “queda” surge aqui como metáfora do sofrimento, do desamparo de ter não onde se segurar ou apoiar.

Otra forma de “tirar proveito” da dor é claramente descrita em “A revolta”. “Dei gritos de dor, e de cólera, pois a dor parece uma ofensa à nossa integridade física. Mas não fui tola. **Aproveitei a dor** e dei gritos pelo passado e pelo presente” (p. 193-194). Embora a dor pareça uma “ofensa à nossa integridade física”, nela pode-se encontrar mais uma potencialidade: a do desabafo. Os gritos, não apenas seriam de dor, mas de cólera, de revolta pelo passado e pelo presente.

Outra potencialidade, desta vez na angústia, pode ser aferida em “Divagando sobre tolices”. “E, **diante da angústia, trazemos o infinito até o âmbito de nossa consciência** e o **organizamos em forma humana simplificada**” (p. 292). Por meio da angústia poderíamos “organizar” o “infinito”, trazer algo impalpável ao nível da “consciência”, da racionalidade, do inteligível ao ser humano. A chave para tal entendimento seria vivenciar a angústia.

Há ciência da autora de que, já naquele momento, a dor deveria ser algo a se ignorar. “Bem sei, experimentaríamos enfim em pleno a dor do mundo. E a nossa dor, aquela que **aprendemos a não sentir**” (p. 156). Primeiramente, devemos notar que há tal ciência de que somos ensinados a não sentir a dor. E, por conseguinte, se somos “ensinados”, não é algo espontâneo, somos instruídos. O natural, portanto, é sentir a dor.

Em “Escrever”, Clarice diz que seu ofício – conforme descrevemos anteriormente nesta pesquisa – era algo sofrido, mas inevitável. Para ela, escrever era uma maldição que salva. “Lembro-me agora com **saudade da dor** de escrever livros” (p.134). Escrever livros era doloroso, contudo, sente-se, conforme o enunciado, falta de tal dor. Se consideramos que sentimos saudade do que é bom ou agradável ou, que seja, inevitável, tal dor também figura como algo potente. Que produz algo. “Sou **ajudada pela saudade mansa e dolorida** de quem eu amei” (p. 354), relata em “Sem título”. A saudade, que é “mansa e dolorida”, pode servir de ajuda, de auxílio no momento que o sujeito necessita. A dor pode, ainda, associar-se a algo “manso”, calmo ou dócil.

Tanto o registro físico quanto psíquico são acionados pela autora para tratar do item lexical “dor”. Bastava a Clarice caminhar pelos quadros de um museu que sentia uma dor no ombro esquerdo, segundo relata em “Dor de museu”. “**É dor de emoção?**” (p. 152-153), indaga, a si própria e ao leitor. Não podemos deixar de destacar que a explicação para a dor, mais uma vez, leva a algo positivo. Ela gosta da arte, emociona-se com ela, e a dor, ainda que física (no ombro esquerdo), pode referir-se a algo emotivo.

Em “Quase”, podemos perceber sentido similar: “Reconheci dentro da **carne da alma**, que sentia na dor” (p. 167). Se o significante “alma” remete ao divino, ao transcendental e impalpável, ao acrescentar a ele “carne”, somos remetidos ao oposto, ao concreto e palpável. Logo a dor estaria em ambos os registros. O que também aparece em “A tão sensível”, com o enunciado “**sofria de sensibilidade como de doença**” (p. 179, grifo nosso). A sensibilidade/emoção a fazia sofrer tanto quanto a doença/física.

Nas escadas do prédio, Clarice conta em “Enigma”, teve um encontro com uma mulher uniformizada, mas que, segundo ela, falava “como” dona de casa.

Sabia do incêndio que eu sofrera, imaginava a dor que eu sentira, e disse: **mais vale a pena sentir dor do que não sentir nada.**

- Tem pessoas – acrescentou – que nunca ficam nem deprimidas, e não sabem o que perdem.

Explicou-me, **logo a mim**, que **a depressão ensina muito.**

E – juro – acrescentou o seguinte: “A vida tem que ter um agulhão, senão a pessoa não vive.” E ela usou **a palavra agulhão, de que eu gosto** (LISPECTOR, 1999, p. 189).

Interessante notar que o fato de a empregada falar com ela sobre “depressão” a surpreende. “Que mistério era esse: falava como dona-de-casa, seu rosto era o de dona-de-casa, e no entanto estava uniformizada” (p. 189). Logo, fez-se para ela mistério que a mulher falasse “como” dona de casa. Logo, podemos aferir que a escolha vocabular e sobretudo o assunto escolhidos por ela não parecem a Clarice corriqueiros à classe dos empregados domésticos, supostamente com menor grau de escolaridade e poder financeiro. O que mais parece surpreendê-la é a identificação com o discurso da mulher de uniforme listrado.

Com a expressão “logo a mim”, confirma que ela sofrera com a depressão e sabia que esta “ensina muito”. Em seguida, o uso do item lexical “agulhão” mais uma vez faz com que se identifique com o discurso da mulher. Os sentidos de “a vida tem que ter um agulhão, senão a pessoa não vive” e “porque alguma angústia faz parte: o que é vivo, por ser vivo, se contrai”, o primeiro pertencente à empregada e, o segundo, a Clarice, se aproximam, já que, de ambos, podemos apreender que “o sofrimento faz parte da vida” ou, ainda, “não há vida sem sofrimento”.

“**Ser às vezes sangra.** Mas não há como não sangrar pois **é no sangue que sinto a primavera. Dói**” (p. 141, grifo nosso). Em “Eu sei o que é primavera” a metáfora do “sangrar” para o “sofrer” torna ainda mais evidente a aproximação entre o que é vivo, o que possui sangue nas veias, sangra ao se machucar, e a necessidade de tal dor no viver. A “primavera”, metáfora para algo agradável, mais quente, florido, associa-se à dor. Alcançar tal primavera só seria possível por meio da dor.

5.2.2 Dor e prazer

A associação entre os significantes “dor”, “alegria”, “felicidade” e “prazer” são recorrentes no discurso clariceano. Seus efeitos de sentido transitam por linhas tênues em diversos momentos do corpus analisado. Confundem-se e, recorrentemente, indicam sua indissociabilidade. Se já é possível encontrar potência na solidão, na profundidade, na tristeza e na saudade, torna-se ainda mais evidente a valorização de tal dor em seu constante convívio com a alegria, a felicidade e o prazer.

Em “As maravilhas de cada mundo”, a segunda maravilha seria os “cinco sentidos que incluem em forte dose o sexto. Com eles ela toca e sente e ouve e se comunica e **tem prazer e experimenta a dor**” (p. 288, grifo nosso). Tanto o “prazer” quanto a “dor” relacionam-se às maravilhas dos sentidos humanos. O uso do verbo “experimenta” também

deve ser levado em conta, pois, ao parafraseá-lo por “testa” ou “prova”, nos aproximamos de efeitos de sentido de “não imposição de algo” ou, ainda, de “prova de pequena dose”. Quem experimenta algo busca saber se é algo saboroso ou não ao paladar, já que a associação com os sentidos foi dada. Ainda, “experimenta” pode dialogar diretamente com “vivência”, “passa por determinada experiência”, sendo, dessa maneira, a dor, algo a ser vivenciado.

Em “Talvez assim seja”, Clarice diz estar cansada e emenda o fato de que falará sobre “o **prazer do cansaço dolorido**”. E constata: “**Todo prazer intenso toca no limiar da dor. E isso é bom.**” (p. 142). Mais uma vez, “dor” e “prazer” ou “algo que é bom” se confundem. Tal efeito de sentido é semelhante em “O nascimento do prazer”, no enunciado “O **prazer** nascendo **dói** tanto no peito que se prefere sentir a **habituada dor ao insólito prazer**” (p. 155). O “prazer dói” e é “insólito”. Já a própria dor é preferível ao prazer já que com ela podemos nos “habituar”. O prazer é esporádico, a dor é habitual.

O paralelo entre “dor” e “prazer” também é evidente no enunciado “pois tenho usado esse tempo para **prazeres ilícitos e dores ilícitas**” (p. 212), em “Atualidade do ovo e da galinha (III, Final)”. A adição “e” e o uso do mesmo adjetivo aproxima “prazeres” e “dores”, estando ambos em mesma posição “ilícita”. Existindo, com isso, tanto os prazeres “lícitos”, quanto as dores “lícitas”, “legais”, “aceitáveis”, não importando para nós, neste caso, quais seriam estes.

A legitimidade do sofrimento e sua associação ao prazer reaparecem na crônica “Em busca do prazer”. “E tanto **sofrimento por estar**, às vezes sem nem saber, **à cata de prazeres**. [...] Não, antes o **sofrimento legítimo** que o **prazer forçado**” (p. 404). A própria procura dos prazeres se vincula, aqui, ao sofrimento. E, ainda, mais valeria o “sofrimento legítimo” ou “autêntico”, “genuíno”, “espontâneo”, ao “prazer forçado”, imediatamente oposto. Abre-se, novamente, a possibilidade do sofrimento natural e do prazer imposto.

É comum em nosso corpus o efeito de sentido de que toda alegria descrita pela autora - tudo aquilo que lhe aparenta ser bom - pareça vir acompanhada da dor. Em “Primavera ao correr da máquina”, Clarice narra a chegada da primavera de maneira leve, mas, ainda assim, acompanhada de algo que aproximamos da tristeza. “Ah, como **a dor é mais suportável e compreensível** que essa promessa de **frígida e líquida alegria** de primavera” (p. 33).

A alegria ocasionada pela estação parece “líquida”, algo que logo escapará à autora, que diz ser a dor mais “suportável e compreensível”, uma vez que a alegria causa estranheza, enquanto a dor é natural e costumeira. O “bom” é, em seguida, adjetivado como “intolerável” e “agudo”. “Ah, pressentir é mais ameno do que o **intolerável agudo do bom**. E

que eu não esqueça, nessa fina luta travada, que o **mais difícil de se entender é a alegria**” (p. 33). A alegria é “mais difícil de se entender”, é o menos costumeiro.

Em “Medo do desconhecido”, Clarice surpreende-se com o que é a “felicidade” e se vê encurralada sobre o que fazer com ela. A felicidade, enquanto “paz estranha e aguda”, dói.

Então isso era a felicidade. (...) De início se sentiu vazia. (...) O amor pela vida mortal a assassinava docemente, aos poucos. E o que é que eu faço? **Que faço da felicidade? Que faço dessa paz estranha e aguda, que já está começando a me doer como uma angústia, como um grande silêncio?** A quem dou minha felicidade, que já está começando a me rasgar um pouco e me assusta? Não, não quero ser feliz. Prefiro a mediocridade (p. 35).

Não parece, conforme o discurso, ser tão simples ou maniqueísta viver apenas em “estado de felicidade” ou em “estado de angústia”. Eles se misturam na natureza humana. Embora pareçam situa-se em campos semânticos opostos, um não exclui o outro. O sujeito demonstra consciência disso.

A crônica “Estado de graça – Trecho” descreve tal estado de alegria absoluta a qual a autora relata por vezes sentir. O termo “estado de graça” aparece, inclusive, em entrevistas conduzidas por ela, a outros escritores, artistas e pessoas públicas, demonstrando seu apego a ele. Ainda assim, segundo ela, não gostaria de vivenciar este “estado de graça” de maneira constante.

Habituar-se à felicidade seria um perigo. **Ficariamos mais egoístas, porque as pessoas felizes o são, menos sensíveis à dor humana**, não sentiríamos a necessidade de procurar ajudar os que precisam. [...] E isto representaria uma **fuga imperdoável ao destino simplesmente humano, que é feito de luta e sofrimento e perplexidade e alegrias menores** (p. 92).

Devemos notar o uso do termo “estado”, uma “condição”, “situação” ou “posição”. Logo, falamos em algo não permanente, sujeito a mudanças. A felicidade constante seria perigosa ao ser humano, pois tornaria as pessoas “mais egoístas” e “menos sensíveis à dor humana”. Logo, aqueles que sofrem se sensibilizam mais com o sofrimento do outro, são mais “altruístas”. A “fuga” a tal “destino simplesmente humano” é “imperdoável”, não pode de maneira alguma ocorrer, pois tal destino é “feito de luta e sofrimento e perplexidade e alegrias menores”. “Luta”, “sofrimento” e “perplexidade”, ao aparecerem primeiramente na sentença e sem adjetivos, diferentemente de “alegrias menores”, deixam como indício o efeito de sentido de que representam maior parte deste destino. Clarice se

aproxima do pensamento freudiano sobre o qual discorreremos anteriormente, de que a felicidade é o episódico. O sofrimento é a regra.

A mesma crônica confere outra potência ao sofrimento, a “confiança”, certa segurança, ainda que ele seja por vezes “intolerável”. “Passa-se a ter uma espécie de **confiança no sofrimento** e em seus caminhos tantas vezes intoleráveis” (p. 93).

Mais uma vez, descrevendo-se desnorteada com a alegria, a autora torna a suscitar a estranheza na ausência da “**escuridão diurna** da dor” (p. 98). O paradoxo propõe a convivência direta entre a luz (do dia) e a escuridão, sua indissociabilidade na dor. Embora encontremos os enunciados “**agudez** da dor” e “**latejar** dolorido”, apontando para o lado da intensidade desvantajosa de tal dor, novamente o sofrer convive com vantagens. “Eu estava **organizada para me consolar** da angústia e da dor” (p. 98). A dor é “previsível” aqui, já que poderíamos nos organizar para vivenciá-la. E nela, poderíamos encontrar “consolo”, espécie de “conforto” ou “alívio”.

A aparente inevitável convivência do sujeito com as dores e alegrias humanas surge em um mesmo enunciado de “Alceu Amoroso Lima”: “O senhor é o perfeito **homem alegre que sofre na carne as dores do mundo**” (p. 173). O fato de “sofrer na carne as dores do mundo” não impede que Amoroso Lima seja um homem “alegre”. O sofrimento e a alegria mais podem ser aceitos como sentimentos complementares do que como excludentes.

A complementaridade entre “dor” e “felicidade” pode ser aferida em “Chorando de manso”: “Eu estava tão feliz que me encolhi num canto do táxi de medo **pois a felicidade também dói**” (p. 280); bem como em “Perguntas e respostas para um caderno escolar”: “E por mais difícil que seja o trabalho, sinto uma **felicidade dolorosa**” (p. 309).

Também em “Espanha”, crônica na qual descreve os “lamentos e modulações” do “canto flamengo¹⁰” a aproximação dá pistas de como “sofrimento” e “alegria” parecem habitar igualmente o sujeito. “Modulações de fôlego, primeiro estágio de voz que capta o **sofrimento no seu primeiro estágio de gemido**, e capta a **alegria também no seu primeiro estágio de gemido**” (p. 322-323). Tanto o “sofrimento” quanto a “alegria” são captados, e ambos possuem um “primeiro estágio de gemido”. Embora a metáfora “gemido”, a vocalização da sensação, possa integrar com mais frequência o campo semântico da dor, aqui ele aparece em igual posição na “alegria”.

Na crônica “Quando chorar”, a escritora afirma haver um tipo de choro bom e outro ruim. O choro ruim é “aquele em que as lágrimas correm sem parar e, no entanto, não

¹⁰ A autora usa o termo “flamengo”, embora seja a grafia “flamenco” mais usual.

dão alívio” (p. 47). O choro de “uma criança com a angústia da fome” seria um exemplo. Diante dele não há o que fazer. “É melhor tentar **fazer-se de forte**, e enfrentar”. Reparemos que não é melhor tentar “ser” forte, mas “fazer-se” de forte, logo, é ruim, pois, diante da impotência, precisamos simular ou encenar nossa força.

O “choro bom”, por sua vez, associa-se a sua constatação de que nem sempre é necessário ser forte, sendo este choro produto de “nossa dor mais profunda”. Uma vez que aprendamos a respeitar nossa “fraqueza”, então teremos “lágrimas **suaves**, de uma **tristeza legítima a qual temos direito**. Elas correm devagar e quando passam pelos lábios sente-se aquele gosto salgado, **límpido**, produto de nossa **dor mais profunda**” (p. 47). A tristeza torna a ser descrita como “legítima”, “a qual temos direito”, logo à qual não somos obrigados a abrir mão, à qual podemos vivenciar por direito. A “dor mais profunda”, contudo, pode trazer lágrimas “suaves”, não “duras” ou “ásperas”, e de gosto “límpido” ou “puro”, “transparente”.

5.2.3 A dor se torna silêncio

*Se eu pudesse, deixava meu lugar nesta página em branco:
cheio do maior silêncio.*

(Clarice Lispector)

Ao refletirmos sobre as percepções da dor e do sofrimento nas crônicas escritas por Clarice Lispector para o JB, nos deparamos com uma marca que julgamos manifestar-se de maneira bastante intensa e relevante no corpus analisado: o silêncio. O silêncio surge como metáfora da dor mais profunda, impossível de ser significada em palavras. A dor e o indizível atrelam-se de forma particular no discurso clariceano, atestando que, como importantes autores vêm afirmando, a linguagem, muitas vezes, é insuficiente e fracassa na tentativa de dar conta do real da experiência humana, sobretudo traumática. A dor e o sofrimento parecem se fazer presentes quer seja na impossibilidade de narrar, quer seja por meio dos efeitos sentidos do significante “silêncio” e suas metáforas.

Relembrando o que observa Yudith Rosenbaum (1999), uma marca fundamental da escrita clariceana é a “impossibilidade de narrar”.

O que se narra, no limite, é uma impotência de representar a totalidade; narra-se quase uma mudez, uma paralisação do pensamento. O caminho do emudecimento como desistência da narrativa acena para o alerta de Walter Benjamin, que anteviu a extinção da arte de narrar. Clarice também: “A vida não é relatável”, diz a autora em sua busca do mínimo a dizer, como se as palavras antes encobrissem do que revelassem a realidade: “O que não sei dizer é mais importante do que o que digo. [...] Cada vez mais escrevo com menos palavras. Meu livro melhor acontecerá quando eu de todo não escrever. Eu tenho uma falta de assunto fundamental” (ROSENBAUM, 1999, p. 203).

O que Rosenbaum relata da narrativa de Clarice como um todo, sobretudo em relação a seus romances, também parece estar presente, em boa medida, em suas crônicas. Algumas vezes, sua dor e indignação parecem ser tão potentes que a silenciam, a paralisam. Em “Vietcong”, a escritora se diz ser tão pequena que se sente humilhada diante das mazelas do mundo. O filho a pergunta por que não escreve sobre o vietcong e ela diz preferir silenciar.

Senti-me pequena e humilde, pensei: **que é que uma mulher fraca como eu pode falar** sobre tantas mortes sem sequer glória, guerras que cortam da vida pessoas em plena juventude, sem falar nos massacres, em nome de quê, afinal? A gente bem sabe por quê, e fica horrorizada. (...) Mas, de súbito, **senti-me impotente**, de braços caídos. Pois tudo o que fiz sobre vietcong foi sentir profundamente o massacre e ficar perplexa. E é isso que a maioria de nós faz a respeito: sentir com impotência revolta e tristeza. Essa guerra nos humilha (p. 284).

Ao sentir com “impotência revolta e tristeza”, como a maioria das pessoas, ela se sente humilhada e prefere se calar diante da guerra, embora justifique tal silêncio. A paralisia interior também a atinge em “*Dies Irae*”.

Na crônica, Clarice relata ter amanhecido em cólera. “Recuso-me a ler **o texto do mundo**, as manchetes já me deixam em cólera” (p. 38). A hipocrisia humana, as manchetes, a fome parecem integrar o “texto do mundo”. Tudo parece enfurecê-la neste dia. “As pessoas estão mortas e não sabem” (p. 37), diz, em uma tensão que parece doer no enunciado: “Queria fazer alguma coisa definitiva que rebentasse com **o tendão tenso que sustenta meu coração**” (p. 37). O sofrimento encontra metáfora aqui em uma “tensão no tendão que sustenta o coração”.

Ao ser interrompida em sua escrita pela ligação de Teresa, uma mulher desconhecida que a havia visitado no hospital - quando ficara por três dias entre a vida e a morte, após um incêndio em seu apartamento - Clarice termina a crônica dirigindo-se a ela em um desabafo sobre sua paralisia.

Teresa, quando você me visitou no hospital, viu-me toda enfaixada e imobilizada. Hoje você me veria mais imobilizada ainda. Hoje sou a parálitica e a **muda**. E se tento falar, sai um rugido de tristeza. Então não é cólera apenas? Não, é tristeza também (p. 38).

Ao escolher o adjetivo “muda”, a autora atrela diretamente seu sofrimento à fala, relacionando, por conseguinte, o silêncio à impossibilidade de relatar as mazelas humanas. Estas a afetam tanto enquanto sujeito que mais a silenciam – e a entristecem - que as próprias limitações estritamente físicas, corporais vivenciadas por ela anteriormente.

Em “Ainda sem resposta”, Clarice põe em cheque seu compromisso social com a literatura. “Não sei mais escrever, perdi o jeito. Mas já vi muita coisa no mundo. **Uma delas, e não das menos dolorosas, é ter visto bocas se abrirem para dizer ou talvez apenas balbuciar, e simplesmente não conseguirem.**” (p. 112). O fato de ter “visto bocas se abrirem para falar” e “simplesmente não conseguirem” é, dessa maneira, doloroso, dor esta a ser considerada, já que “não é das menos dolorosas”. “Então **eu queria às vezes dizer o que elas não puderam falar**” (p.112), prossegue ela. Entretanto, a cronista também se vê sem palavras, não sabe mais escrever.

A dor da escritora enquanto indivíduo que se compadece frente à doença ou à fome ou à crueldade humana parece recorrente entre os variados temas por ela abordados nas páginas do JB. Em “Morte de uma baleia”, Clarice se atém à notícia do dia para refletir sobre a humanidade. A notícia que corria, segundo ela, é que duas baleias haviam encalhado nas praias cariocas do Leme e do Leblon. Embora todos tenham ido ver os bichos agonizando, quer seja por curiosidade ou para pegar um pedaço de sua carne exótica – com os animais ainda vivos -, ela se recusa a participar do movimento. Ela se espanta com a naturalização da agonia e da morte e acaba por se incluir no grupo “animalesco” dos humanos. “Sou uma feroz entre os ferozes” (p. 127), conclui.

Antes, contudo, reflete sobre suas próprias “mortes”, comparando a morte do corpo à morte da alma.

Fora das vezes em que **quase morri para sempre**, quantas vezes num **silêncio humano** – que é o mais grave de todos do reino animal -, quantas vezes **num silêncio humano minha alma agonizando esperava por uma morte que não vinha**. (...) Morri de muitas mortes e mantê-las-ei em segredo até que a morte do corpo venha, e alguém, adivinhando, diga: esta, esta viveu. **Porque aquele que mais experimenta o martírio é dele que se poderá dizer: este, sim, este viveu** (LISPECTOR, 1999, p. 125-126).

O silêncio aparece, aqui, no momento em que a alma agoniza à espera da “morte”. Tal silêncio é notadamente “humano”, ou, comum à natureza humana. Ao mesmo tempo em

que ela naturaliza o sentido do silêncio, já que ele é humano, o evidencia, pois se trata do silêncio “mais grave de todos do reino animal”.

A metáfora “morrer” também é frequente no corpus analisado para “sofrer”. Logo, sofrer seria uma maneira de chegar ao limite, a um fim, embora, a “morte da alma” descrita por ela permita um renascimento, não seja “para sempre”, como “a morte do corpo”. E ainda, apreende-se de seu discurso que quem mais experimenta o “martírio”, o sofrimento, é o que mais viveu. Viver liga-se, mais uma vez, à premissa do sofrer.

Ao discorrer sobre um filme de Bergman, na crônica “Persona”, silêncio e sofrimento se confundem nas formas encontradas para descrever a trama tratada.

Também **emudeci ao sentir o dilaceramento de culpa** de uma mulher que odeia seu filho, e por quem este sente um grande amor. A mudez que a mulher escolheu para viver a sua culpa: **não quis falar, o que aliviaria seu sofrimento, mas calar-se para sempre como castigo [...]** Sei que **a mudez, se não diz nada, pelo menos não mente, enquanto as palavras dizem o que eu não quero dizer** (p. 79).

O “emudecimento” foi a reação obtida ao se colocar no lugar da mulher e compartilhar seu sentimento de “dilaceramento de culpa”. A metáfora do “dilaceramento” amplifica o sofrimento, confere a este os sentidos de “rasgar violentamente”, “despedaçar”, “machucar com intensidade”. E, ainda, o silêncio foi uma escolha que possibilitaria um castigo, uma vez que falar “aliviaria seu sofrimento”. Como a própria autora opta pelo silêncio, em muitos momentos, podemos aferir que, com isso, seu sofrimento não é aliviado. A mudez, contudo, têm também suas potências, permite que não se “mintar”. As palavras, entretanto, dizem o que ela não “quer dizer”.

Relativizamos a ideia de “escolha”, do “querer ou não querer dizer”, uma vez que o sujeito pensa ter total ciência de suas escolhas linguísticas, sendo elas perfeitamente condizentes com o que se “acredita”, mas estas não se dão de maneira calculada, tampouco aleatória. Elas são impregnadas de ideologia, deixando, no discurso, traços, pistas às quais podemos nos apegar como guias de interpretação. É preciso observar também que a pausa, o silêncio muito dizem quando tratamos de analisar o discurso. O silêncio em si significa, dele podem ser apreendidos efeitos de sentido múltiplos.

Também nas crônicas tais “falas” possíveis no silêncio são descritas. “Mesmo continuando a escrever, usarei o silêncio” (p. 254), reforça em “Um momento de desânimo”. Em “Sem título”, conta: “Mandaram-me de Minas Gerais uma carta: nela estava desenhando o meu rosto e o homem dizia que **me amava com mudo fervor**. Eu respondi dizendo que **todo fervor é mudo**” (p. 355). Já em “Espanha”, destacamos o enunciado: “É feito de um

silêncio cortado de gritos de assistência” (p. 323). Ou, ainda, como vemos em “Amor”: “Mas estilhaçar **o silêncio em palavras é um dos meus modos mais desajeitados de amar o silêncio** (...) sei mais silêncio que palavras” (p. 374). O silêncio, dessa forma, pode ser “fervoroso”, pode conter “gritos”, pode significar “dor”. Pode ter um vocabulário maior, ou seja, abrigar mais sentidos, que as palavras, quando faladas.

O “encontro de duas almas” também se faz no silêncio, e não sem dor, conforme podemos observar em “Ao correr da máquina”. “Como traduzir o **profundo silêncio do encontro entre duas almas?** [...] É uma **dor sem palavra, de tão funda**” (p. 341). Tal silêncio é caracterizado ainda como “profundo”. E sua dor é “tão funda” que não há palavras para descrevê-la.

Em “Solidão e falsa solidão”, Clarice Lispector disserta sobre as duas “solidões” que “procuram distinguir o indivíduo da multidão. **A verdadeira consegue, a falsa falha**” (p.102). Além de ter muitas outras características elencadas pela cronista, a verdadeira solidão “é **rica em silêncio e em caridade e em paz**”. Destacamos que, neste momento, ao contrário do que o trazido em outras crônicas, os sentidos do silêncio deslocam-se do campo do sofrimento e vinculam-se ao campo do prazer, do bom, sendo cercado, por exemplo, por “caridade” e “paz”. As formações metafóricas permitem tais deslizamentos, fazendo emergir sentidos diversos e, logo, ideologias distintas que marcam a língua e transparecem na opacidade do discurso. Notamos, assim, que mais uma vez “dor” e “prazer” acumulam afinidades, representadas aqui pelo “silêncio”.

O “emudecimento” repleto de significados, mas novamente visto como positivo e potente, também é trazido na crônica “Uma experiência”. Nela, Clarice elege como “uma das experiências humanas e animais **mais importantes**” a de “pedir socorro e, por pura bondade e compreensão do outro, o socorro ser dado” (p. 112). Contudo, o que nos é relevante destacar agora é que, tal pedido, atendido por “pura bondade e compreensão”, não se faz por intermédio de palavras. “Talvez valha a pena ter nascido para que um dia **mudamente se implore e mudamente se receba**”. “Implorar” e “receber” são ações que se realizam no silêncio.

É no outro que se encontra a salvação para a solidão, e tal consolo se dá silenciosamente, conforme o enunciado retirado de “A comunicação muda”.

O que nos **salva da solidão** é a solidão de cada um dos outros. Às vezes, quando duas pessoas estão juntas, apesar de falarem, **o que elas comunicam silenciosamente uma à outra é o sentimento de solidão** (p. 270).

Interessante observar que o silêncio diz respeito às dores mais profundas, e tais dores relacionam-se, primordialmente, ao sofrimento do outro. As dores do outro aparecem em seu discurso como mais potentes que as próprias dores. As próprias dores, como analisamos anteriormente, são naturalizadas ou, ao menos, suportadas, fazem parte da vida, atrelando-se, muitas vezes, ao que é tido como bom, alegre e prazeroso. Já a dor que diz respeito ao sofrimento alheio ou à perda dos quais se ama, esta se torna insuportável, a faz impotente. Exploraremos, então, um pouco mais detidamente, tal relação com o outro no discurso clariceano.

5.3 O OUTRO NA DOR

Na distinção pensada por Joel Birman (2012), sobre a qual discorreremos anteriormente, Clarice parece ser capaz de situar-se no campo do que ele chamou de “sofrimento”, já que, muitas vezes, seu sentimento mais profundo parece se endereçar a *um outro*. Para ele, o mal-estar contemporâneo se caracterizaria principalmente como “dor” e não como “sofrimento”, uma vez que a sociedade não mais teria a subjetividade capaz de transformar a primeira no segundo.

Na “dor”, a subjetividade se fecha sobre si própria, não existindo lugar para o outro no seu mal-estar. O indivíduo restringe-se a si mesmo. Já o “sofrimento” seria uma experiência essencialmente alteritária. O outro estaria sempre presente na subjetividade sofredora e, esta, se dirigiria a ele com o seu apelo e lhe endereçaria uma demanda.

Uma vez suscitados os sentidos que se referem ao outro no discurso clariceano, necessitamos passar, ainda que brevemente, por alguns conceitos metodológicos fundamentais. Tratamos de entender que, conforme Pêcheux (1988), discurso é efeito de sentido entre interlocutores. No caso específico do discurso sobre o qual nos debruçamos nesta análise, cuja materialidade simbólica é a escrita, a interlocução se coloca em uma relação entre função-autor e efeito-leitor, sendo este projetado e circunscrito no próprio texto pelo efeito imaginário.

Segundo Orlandi (2005), a autoria, devemos lembrar, é a produção de um gesto de interpretação. Na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, se coloca na função enunciativa de autoria de um texto. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Produz um texto a partir de seu lugar social, organiza os enunciados conforme recortes discursivos provenientes do já-dito – do interdiscurso – e pelo trabalho de

textualização configura um texto homogêneo, uma unidade significativa de sentidos. Ele constrói uma relação organizada, produzindo um efeito-imaginário de homogeneidade, de unidade - com começo, meio, progressão, não-contradição e fim -, que Orlandi (2005) chama de textualidade.

A partir desse entendimento, faz uma distinção entre a função-autor - tal unidade de sentido formulado - e uma imagem de leitor virtual, o efeito-leitor, que é tido como unidade imaginária de um sentido lido. Tanto a função-autor quanto o efeito-leitor atestam que, no discurso, o que temos são efeitos de sentidos diversos, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade uma construção imaginária.

Uma das formas de analisar como o “outro” se comporta no discurso clariceano pode ser encontrada por intermédio do efeito-leitor. Uma forma constante de representação do leitor é a interpelação direta, por meio de vocativos. Em sua coluna, no JB, Clarice responde diretamente a seus interlocutores: leitores que enviam cartas, pessoas com as quais se encontrou e deseja enviar uma mensagem, outros escritores e personalidades com os quais se comunica por intermédio da coluna.

Embora pareça direcionar sua mensagem diretamente a um indivíduo, acaba por fazê-lo a todos. “Tem razão, **Francisco**, sou um pouco desalentada, **preciso demais dos outros para me animar. Meu desalento é igual ao que sentem milhares de pessoas**” (p. 93). Em tal enunciado, de “Adeus, vou-me embora”, a resposta direta a um dos leitores, Francisco, é acompanhada de afirmações que se endereçam também aos demais leitores, sobretudo às “milhares de pessoas” que sentem um “desalento” como o dela. Encontramos aí a projeção de um leitor que sofre como ela, se identifica com seu “desalento”. Mais adiante, na mesma crônica, ela diz: “**Prometo aos meus leitores** que serei mais feliz” (p. 95). Tal promessa dá indícios de que realmente ela fala não apenas a Francisco, mas endereça sua promessa a “seus leitores” como um todo.

O recurso do vocativo para a resposta a um único leitor acaba, ainda, por conferir a tal discurso um efeito de proximidade. Em “**Lúcio**, estou com saudade de você” (p. 166), de “Lúcio Cardoso”, e “**John**, eu nunca esquecerei você” (p. 372), de “Um instante fugaz”, a interpelação direta acontece tanto para o conhecido escritor, poeta e dramaturgo Lúcio Cardoso, quanto para o que Clarice descreve ser um “hippie” estrangeiro com o qual se encontrou uma vez e o qual chama de John, embora esse não fosse seu verdadeiro nome.

Lúcio Cardoso, amigo da autora, falecera em 1968 - a crônica é publicada em 1969 -, e “John” também não lia sua crônica, por tratar-se de um estrangeiro, mas escrever a eles serviu para que ela descrevesse a outros como sofria a ausência de um amigo, uma

“saude tristíssima” (p. 166), ou como um encontro pode fazer com que duas pessoas sejam “eternas naquele instante” (p. 372). Interpelar o outro, nestes casos, é a forma encontrada para o compartilhamento de sentimentos.

A demanda a outros também é dirigida por meio de seu discurso: “**desafio a você, Armando Nogueira**, a perder o pudor e escrever sobre a vida e você mesmo” (p. 89). O enunciado de “Armando Nogueira, futebol e eu, coitada” exige uma ação do colunista esportivo, uma ação de compartilhamento de experiências e sentimentos.

Em “A opinião de um analista sobre mim”, a demanda também é diretamente endereçada ao profissional, mas, ainda, a outros.

Sim, Dr. Lourival. Peço humildemente para existir, **imploro** humildemente uma alegria, uma ação de graça, **peço que me permitam viver com menos sofrimento, peço** para não ser tão **experimentada pelas experiências ásperas, peço** a homens e mulheres que me considerem um ser humano digno de algum amor e de algum respeito (LISPECTOR, 1999, p. 116).

Ao concordar com a opinião do analista, “Sim, Dr. Lourival”, a autora passa a enumerar uma série de pedidos não somente a ele, mas a todos: “permitam”, “a homens e mulheres”. Notamos também a metáfora “experimentada pelas experiências ásperas” para “sofrida”.

Com os verbos “desafio”, “peço” e “imploro”, Clarice abre suas dores pessoais a uma dimensão de atividade, de demanda, de interpelação, transformando-a em sofrimento, tal como descreveu Birman (2012).

Muitas vezes, a autora usa apenas iniciais ou nome fictício, a fim de não identificar a pessoa sobre a qual escreve (“quanto às rosas de **H. M.**” (p 88); “minha amiga **S. M** (p. 88); “passarei a chamá-la agora de ‘**dona Y**’” (p. 96)). Alguns pesquisadores questionaram a autenticidade das personagens e das correspondências de leitores citadas por Clarice em suas colunas¹¹. Contudo, para nós, tais indagações não representam um problema. Não assumimos alcançar, pelo discurso, o leitor real, mas um leitor/interlocutor imaginário, possível. Um efeito que ordena e dá sentido ao discurso.

Ao interpelar seu leitor sem indicar seu nome diretamente, abre-se ainda mais a possibilidade de identificação por parte dos demais interlocutores. “**Prezado senhor X**, (...) sua crítica é aguda e bem-feita”, escreve em “Carta atrasada”. A crônica dá respostas sobre as

¹¹ Ivana Barreto (2004), por exemplo, em sua tese de doutorado, toma como ponto de partida o fato, “praticamente incontestado, de que Clarice foi seu principal personagem e que, em muitas situações, ela pode ter sido os próprios leitores com os quais afirmava trocar correspondências e confidências no período em que escreveu crônicas para o *Jornal do Brasil*, de 1967 a 1973” (BARRETO, 2004, p.10-11).

críticas recebidas sobre o livro “A cidade sitiada”. A crítica, em tese feita por um de seus leitores, abre a possibilidade de interlocução a todos os outros, já que são elaboradas por ela explicações sobre as motivações da trama e de suas personagens.

As frases interrogativas também lançam ao leitor a necessidade de interação em diversos momentos. “**É dor de emoção?**” (153), indaga na última sentença de “Dor de museu”, deixando a resposta suspensa ao leitor. “**Estou sendo compreendida?**” e “Nessa história há alegrias e tristezas e surpresas. **Não vê que até já estou mais mansa?**” (p. 371), de “Perdão, explicação e mansidão”, também exigem a participação do outro em suas reflexões.

A fala direta ao leitor também traz indícios de como o efeito-leitor se comporta no corpus analisado. “Não. **Você** não é um número. Nem eu” (p. 370), interpela diretamente o leitor em “Perdão, explicação e mansidão”. Agora a interpelação não ocorre por intermédio de outros artifícios, o leitor é diretamente citado e trazido ao discurso, já que a comparação “você não é” e “nem eu” trata de, novamente, identificar autor e leitor, aproximá-los em uma relação de afinidade.

Movimento semelhante ao que ocorre com o uso da terceira pessoa do plural. “**Vamos** falar verdade: isto aqui não é crônica coisa nenhuma” (p. 347). No enunciado “vamos falar a verdade”, o “nós”, autor-leitor, confia algo que se assume como “verdade” tanto para o autor como para o leitor. Algo sobre o qual se admite um consenso e, por tal motivo, é falado de maneira franca. A utilização da terceira pessoa do plural em tal compartilhamento indica que algo é vivenciado por ambos.

“**Como vocês vêm** isto aqui não é coluna, é **conversa** apenas. **Como vão vocês? Estão na carência ou na fatura?**” (p. 136), escreve ela em “Conversas”. A constatação “como vocês vêm”, mais uma vez, indica a presença do leitor pretendido pelo autor, já que o autor não somente sabe que alguém o lê, como sabe ainda o que o leitor pensa, que “isto aqui não é coluna”. Ao introduzir o significante “conversa” para o espaço ocupado por ela no jornal, potencializa sua pretensão de resposta por parte do leitor. O que se concretiza na pergunta diretamente feita a ele: “Como vocês vão? Estão na carência ou na fatura?”.

5.3.1 A construção discursiva do outro

Os efeitos de sentido conferidos às dores mais potentes e, até mesmo, incapacitantes em nosso arquivo analítico nos levam, em grande medida, ao “outro”. Gostaríamos de destacar, dessa forma, dois recorrentes sentidos identificados para este

“outro” em sua construção discursiva nas crônicas de Clarice Lispector. Para fins analíticos, os chamaremos de o “outro que sofre” e o “outro no qual me encontro”.

O primeiro, notaremos, está bastante atrelado ao discurso da compaixão: a dor pelas mazelas humanas, a dor de mãe que se compadece frente à doença ou à fome ou à crueldade humana; o segundo é identificado como o sujeito no qual ela se encontra, sem o qual, por seu sofrimento, amor ou perda, não é possível viver.

Vejamos, primeiramente, quem é o “outro que sofre” no discurso da cronista Clarice. Na primeira crônica publicada no *Jornal do Brasil*, em agosto de 1967, a autora escolhe tocar no tema da fome, presente em alguns de seus textos. Em “As crianças chatas”, narra uma cena que visualizou e que diz não poder pensar sobre. Uma criança sente a “dor da fome” e pede alimento a sua mãe, que simplesmente a manda dormir, primeiramente com doçura e, em seguida, com um grito. “Até que, **de dor e cansaço**, ambos cochilam, no ninho da resignação” (p. 23).

O “outro que sofre” aqui pode ser identificado tanto na criança com fome, quanto na mãe, que, diante da pobreza, não pode alimentá-la. Ambas se resignam diante da pobreza e da fome. “**E eu não aguento a resignação**. Ah, como **devoro** com fome e prazer a revolta” (p. 23). A resignação da fome não é suportada, dói em Clarice, a revolta, a “devora” ao mesmo tempo em que por ela é “devorada”. A metáfora “devorar” também encontra sentido em “consumir”, “destruir”, “dizimar”. Logo, a faz sofrer intensamente.

A dor da compaixão como mãe aparece ainda mais evidente em “Amor imorredouro”.

Filhos são, como se diz, a nossa carne e o nosso sangue (...). É tão outra coisa que qualquer criança no mundo é como se fosse nossa carne e nosso sangue. Não, não estou fazendo literatura. Um dia desses me contaram sobre uma menina semiparalítica que precisou se vingar quebrando um jarro. **E o sangue me doeu todo** (p. 30).

A impossibilidade da revolta de uma garota deficiente a compadece, “dói no sangue”. E qualquer criança no mundo, enquanto sua “carne e sangue”, a faz sofrer em seu próprio sangue.

Com a dor de um gato, Clarice diz sentir “uma das mais profundas compaixões pelo que é vivo”. “Esta noite um gato chorou tanto que tive uma das **mais profundas compaixões pelo que é vivo**. Parecia dor, e, em nossos **termos humanos e animais**, era (p. 33)”, diz ela em “Ir para”. Ao lembrar que a compaixão é algo sentido pelo que “é vivo”, aproxima a dor “em termos humanos e animais”, não valorizando uma diante da outra. O

choro não representa a dor apenas para o animal, representa a dor humana também. O “outro que sofre” aqui é o “animal que sofre”, mas tal sofrer é compartilhado por ela, humana.

A já citada “Vietcong” retrata seu sofrimento, o quanto “sente profundamente”, a impotência e o silêncio adotados diante da guerra.

Pois tudo o que fiz sobre vietcong foi **sentir profundamente o massacre e ficar perplexa**. E é isso que a maioria de nós faz a respeito: **sentir com impotência revolta e tristeza**. Essa guerra nos humilha (p. 284).

O discurso da impotência dialoga com sua dor de entender que tanto ela quanto a maioria das pessoas nada podem fazer pelos que sofrem na guerra: “tudo o que fiz” e “é isso que a maioria de nós faz”. A humilhação, aqui, atinge a todos que se importam com o outro: “Essa guerra nos humilha”.

Em “O grito” torna a levantar que o que escreve não é crônica nem coluna nem artigo, é antes “um **grito** de cansaço”. “É obvio que o **meu amor pelo mundo nunca impediu guerras e mortes. Amar nunca impediu que por dentro eu chorasse lágrimas de sangue**” (p. 81). O “outro que sofre” e a faz sofrer com perplexidade e impotência é o outro “massacrado” pela guerra. A metáfora “grito” surge como forma de extravasar seu sofrimento, sua impotência diante do sofrimento que diz não ser capaz de evitar. E a metáfora “lágrimas de sangue” para o seu sofrimento demonstra como o tema é forte e potente em seu discurso.

Na crônica “Deus”, a autora toca em um tema recorrente no que diz respeito aos seus medos: “e depois da morte?” (p. 75).

Mesmo para os descrentes há o instante de desespero: que Deus me ajude. Neste mesmo instante estou pedindo que Deus me ajude. Estou precisando. Precisando mais do que a força humana. E estou precisando de minha própria força. Sou forte mas também destrutiva. Autodestrutiva. E **quem é autodestrutivo também destrói os outros. Estou ferindo muita gente**. [...] Só uma coisa a favor de mim eu posso dizer: **nunca feri de propósito. E também me dói quando percebo que feri**. (LISPECTOR, 1999, p.75).

O tom de oração/confissão, vindo do discurso religioso – que nega Deus (“mesmo para os descrentes”) e ao mesmo tempo suplica (“estou pedindo”) a Deus – traz como “pecado” o fato de, por ser “autodestrutiva”, acabar por “destruir”, “ferir” o outro. Este “outro que sofre” o faz por ser diretamente ferido, magoado por ela. Contudo, tal ato não seria “de propósito”, por vontade ou consciência do sujeito. Sobretudo porque resvala no próprio

sujeito que fere, que também sente dor ao perceber que feriu. A dor do outro dói em si mesma.

A culpa por ferir o outro, tal como é descrita na crônica citada, traz ainda outros fundamentos: **“Sou inquieta, ciumenta, áspera, desesperançosa. Embora amor dentro de mim eu tenha. Só que não sei usar amor: às vezes parecem farpas”** (p.75). A culpa da admissão dos defeitos enumerados tenta ser, em parte, perdoada pelo “amor” que diz ter. Entretanto, até mesmo o amor, quando não usado com sabedoria, pode transformar-se em farpas, em algo que fere, machuca.

Edgar Nolasco (2004), conforme explanamos anteriormente, destaca a culpa como um dos grandes temas de fundo da criação biográfica-literária de Clarice Lispector. Também as crônicas trazem em seu discurso do sofrimento tal culpa, sobretudo a associada à relação com mãe. “Na minha fome de sentir êxtase, às vezes começava a ficar alegre, mas **com remorso lembrava-me do estado grave de minha mãe e de novo eu morria**” (p. 85), relata em “Restos do carnaval”. A culpa, o “remorso” constantemente atrelam-se ao discurso de suas memórias da infância. O sofrimento da mãe doente impedia suas alegrias por meio da culpa. “Morrer” aparece como metáfora para tal sofrimento, para o estado de infelicidade.

Em “Aprender a viver”, descreve mais detidamente a dor da culpa.

Pudesse eu um dia escrever uma espécie de tratado sobre a culpa. Como descrevê-la, aquela que é irremissível, a que não se pode corrigir? Quando a sinto, ela é **até fisicamente constrangedora: um punho fechando o peito, abaixo do pescoço**: e aí esta ela, a culpa. A culpa? O erro, o pecado. Então o mundo passa a não ter refúgio possível. Aonde se vá e carrega-se a cruz pesada, de que não se pode falar (LISPECTOR, 1999, p. 206).

Interessante pontuar que os sentidos de dor e sofrimento muito mais se atrelam em seu discurso a dores emocionais que físicas. Neste caso, o “até” leva a dor também ao registro pouco tocado do físico; “um punho fechando o peito, abaixo do pescoço”. Ainda assim, o movimento não começa na dor física, ele é interno, parte sensivelmente das emoções para agredir o nível corporal. E quando ambos os registros são acionados eles se misturam e se confundem. A culpa se metaforiza como o próprio “outro que sofre”.

A segunda construção discursiva do outro que pudemos identificar em nossa análise chamamos de o “outro no qual me encontro”. Aqui, o outro é essencial na construção do próprio sujeito do discurso. A perda do outro é insuportável, representa sofrimentos dos mais profundos. Sua presença dá sentido ao caminho. Assim, o sujeito só se entende como sujeito enquanto amparado na existência do outro, ela é sua salvação.

O discurso da perda se relaciona aos sofrimentos nos quais o sujeito se vê desamparado diante da ausência do outro. Ao lamentar de maneira sensível a morte do amigo, em “As dores da sobrevivência: Sérgio Porto”, Clarice faz um desabafo.

Não, **não quero mais gostar de ninguém porque dói. Não suporto** mais nenhuma morte de ninguém que me é caro. **Meu mundo é feito de pessoas que são minhas – e eu não posso perdê-las sem me perder**” (p. 140).

A primeira dor relatada é a dor de “gostar de alguém”, pois “insuportável” se torna a perda da pessoa querida. Seu “mundo”, logo, tudo aquilo que considera como seu, estruturador de seu próprio reconhecimento como sujeito, é feitos por pessoas. Pessoas que “são” dela. O discurso da posse potencializa o discurso da perda, uma vez que não se pode perder o que não se possui. Logo, ao perder as pessoas que estruturam o que se compreende por “seu mundo”, o sujeito também se perde. Esfacela-se, assim, a constituição do sujeito. A dor é insuportável, pois representa a dor da perda do sujeito em si.

Em “Noite na montanha”, Clarice descreve o silêncio de uma noite em Berna. “Silêncio tão grande que o desespero tem pudor” (p.128). Não há rumores, sem lembranças de palavras, apenas no silêncio. “Mas é inútil esquivar-se: há o silêncio. **Mesmo o sofrimento pior, o da amizade perdida, é apenas fuga**”. Em meio às reflexões, surge o discurso da perda, da “amizade perdida”. Claramente identificado como o “pior” sofrimento. Mais uma vez o outro refere-se ao “outro perdido”.

Compaixão, dor e escrita também se reencontram no trecho retirado de “Adeus, vou-me embora”. O contato com o “outro ser” por meio da palavra escrita é descrito como uma “glória”, mas, ainda assim, insuficiente. Mais gostaria de poder explicitar como o outro é essencial.

O contato com o **outro ser** através da palavra escrita é uma glória [...] Mas como é que eu escrevi nove livros e em nenhum deles eu vos disse: Eu vos amo? [...] Devo por contenção ao meu amor, **devo fingir que não sinto o que sinto: amor pelo outros?** [...] Não dou pão a ninguém, **só sei dar umas palavras. E dói ser tão pobre** [...] Como explicar que **me sinto mãe do mundo?** Mas dizer ‘eu vos amo’ é quase **mais do que posso suportar! Dói. Dói muito ter um amor impotente** (LISPECTOR, 1999, p. 95-96).

O “outro no qual se encontra” aqui é o “outro amado”. Contudo, amá-lo mais uma vez significa sofrer, pois não pode demonstrar tal amor satisfatoriamente, não pode dar a este outro o suficiente. “Só sei dar umas palavras”, diz. O “só” dá indícios da insuficiência do que pode ser doado e da menor importância das “palavras” diante do “pão”. Doar palavras dói,

demonstra sua pobreza, sua impossibilidade de doar o que gostaria, logo, que poderia acabar com a fome. Apenas dizer “eu vos amo” é “mais do que pode suportar”, a torna impotente por ser tão pouco, por seu amor ser insuficiente diante de todas as demandas do mundo.

Ainda assim, há prazer na “existência do outro”, pois é no outro que pode se encontrar, como escreve em “Os prazeres de uma vida normal”. “(...) que **prazer dos outros existirem** e de **a gente se encontrar nos outros. Eu me encontro nos outros**” (p. 137). O reforço do “Eu me encontro nos outros” particulariza sua experiência. Não basta utilizar “a gente”, pois estaria se referindo a uma generalização de tal encontro. Há o reforço de que ela, de fato, se encontra nos outros. Destacamos, aqui, o genuíno “outro no qual se encontra” em seu discurso, trazido em diversos momentos. A partir de “encontro” podemos suscitar sentidos como compromisso, união, reunião, junção, confluência.

A importância de tal encontro também emerge em “Conversa descontraída: 1972”.

Queria ultrapassar-me em 1972 e andar à minha própria frente. Sem dor. Ou só com dores de parto que dão um nascimento de coisa nova. **Também porque, ao ultrapassar-se, sai-se de si e se cai no “outro”. O outro é sempre muito importante** (LISPECTOR, 1999, p. 398).

Antecipar-se à dor, aos sofrimentos da existência, “ultrapassar” a si mesmo, seria a maneira de não sentir as dores desagradáveis. Pois há uma separação entre as dores, já que existem dores (“dores do parto”) que dão origem a coisas novas, que produzem coisas, demonstrando uma potencialidade de uma dor que não deve ser eliminada.

“Ultrapassar-se”, além da vantagem da escolha das dores que trazem algo de bom, também significa encontrar o outro. É necessário, assim, estar à frente, ir além de si mesmo para descolar-se de si e chegar ao outro. O sujeito deve abrir mão de seu individualismo para alcançar o outro. E este é sempre “muito importante”.

Por fim, o encontro que possibilite “sentir plenamente o outro”, fazer dele parte de sua própria existência, representa, no discurso analisado, a salvação do sujeito. “E como hoje **busco com sofreguidão e aspereza o meu melhor modo de ser. [...] meu caminho não sou eu, é outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva**” (p. 118-119). A busca pelo que considera o “melhor modo de ser” não é descrita como fácil ou suave. Atrela-se ao sofrimento, é árdua, há nela “sofreguidão” e “aspereza”.

Contudo, há o entendimento de que o caminho do sujeito de tal discurso não está nele, não “é” ele, é, antes “o outro”, “os outros”. O reforço do plural parece amplificar o grupo compreendido como “o outro no qual me encontro”, o qual representa o melhor

caminho, ainda que sofrido, para o sujeito. E “sentir plenamente o outro”, a partir de uma identificação total do sujeito e seu desprendimento de si mesmo, significa o encontro com a “salvação”. Entendemos, então, que falamos de uma “redenção” ou “alívio” do sujeito, um efeito de sentido que nos leva ao livramento do perigo e, enfim, um ato de se libertar.

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METÁFORAS DA DOR E DO SOFRIMENTO E O OUTRO NO DISCURSO

Muito se falou, ao longo deste trabalho, em como os sofrimentos conferidos ao sujeito na contemporaneidade se ligam à volatilidade das relações, a um isolamento psíquico e corporal que o faz submergir diante do desamparo de não ter onde – ou em quem – se ancorar. Levantamos ainda como a depressão parece firmar-se como o grande mal da atualidade, servindo de nome e chave para todos os mal-estares atuais, e muito disso devido aos males da insuficiência, que acomete o sujeito de uma responsabilidade exacerbada, o faz desejar e perseguir um sucesso absoluto que – obviamente – revela-se inalcançável. E o sujeito falha. E sofre. Em seus insucessos, depressões e processos de desidentificação, vê a dor como algo que expõe suas impotências e, logo, algo que deva ser eliminado. O caminho mais rápido e acessível parece mesmo ser o da medicação ostensiva.

Nossa análise aponta que muitos dos sentidos encontrados no discurso das crônicas de Clarice Lispector afastam-se dos quais encontramos hoje. Sabemos que a análise e suas escolhas já se configuram como um gesto de interpretação, um ato ideológico. Contudo não podemos negar a ciência da autora, já na época, do termo “depressão” para as angústias acometidas ao sujeito. Precisamos lembrar, como já o fizemos durante toda a pesquisa, que os sentidos se transformam, se reconfiguram ao longo da história. Certamente, o que ela entendia por depressão, em sua época, não é o mesmo que entendemos hoje. Sua popularização, verdadeiro sucesso médico, conforme propõe Ehrenberg (1998), é algo atual. Entretanto, não há como negar a diferença de um discurso que entende que não apenas a “depressão”, mas também as dores, os sofrimentos, as angústias e as melancolias “ensinam” coisas.

Também fica evidente em seu discurso que a dor é algo que “somos ensinados a não sentir”. Daí podemos retirar algumas pistas no que diz respeito à resistência presente no discurso de um sujeito que já se via impelido a ignorar suas dores. Há muitos sentidos atrelados à potência neste discurso. É evidente que nem toda dor deve ser expelida, pois esta pode produzir coisas, dar vida ao novo e, sobretudo, faz parte da existência humana. Ela pode se relacionar ao que há de pior, ser, por vezes, tão intensas que se tornam silêncio no sujeito, e

fazem dele impotente. Mas também pode transitar pela tênue linha do que é bom e prazeroso.

As dores mais potentes que pudemos encontrar em nossa análise incluem o outro. Não apenas o citam, mas lhe endereçam demandas, o chamam à ação. O sofrimento do outro é compartilhado no discurso, bem como o outro é tido como caminho para encontrar a si mesmo. Vital à existência do sujeito. Porém, é necessário sair de si para “cair” no outro. Abrir mão da individualidade para o essencial encontro com o outro. Pois é no outro que o sujeito se realiza e se reconhece como sujeito em si mesmo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando as principais questões desta pesquisa se apresentaram a nós, acreditamos que o discurso das crônicas de Clarice Lispector poderiam figurar como um bom espaço de observação das transformações na percepção das dores, sofrimentos e angústias que acometem o sujeito. Não podíamos supor, naquele momento, quão presentes e potentes seriam tais sentidos. O psicologismo de Clarice Lispector acentua a "dor de existir" como pano de fundo de sua obra e traz à tona a personalidade conflitiva de uma autora singular, em cujo trabalho a angústia aparece de forma absolutamente evidente e, ao mesmo tempo, complexa, em qualquer gênero, literário ou jornalístico, que este possa perpassar.

Esta pesquisa só faz sentido se levarmos em conta, assim como Birman (2012), que as transformações dos modos de percepção do mal-estar são lugares privilegiados, onde ecoam diretamente as transformações que tocam o sujeito. É no padecimento que as formas de estruturação do sujeito mais se evidenciam. Tal constituição não se daria sem deixar traços, pistas nas quais nos apegamos em nossa busca por respostas. No fim, o que buscamos foi a reflexão sobre como as transformações culminam no sujeito que somos hoje.

Destacamos, ao longo deste trabalho, que a concepção da linguagem é uma concepção de sujeito e que o campo epistemológico é eminentemente político. Não há discurso científico que se isente de ser, também, um discurso ideológico. E, ainda, que a construção do pressuposto não é só linguístico, mas histórico. Daí recorrermos à Análise do Discurso, para a qual a opacidade dos sentidos está justamente no entendimento de que a relação palavra/coisa não é direta, mas mediada pelo simbólico e pelo imaginário social. Logo, é na busca pela compreensão de como os objetos simbólicos produzem sentidos, desnaturalizando os sentidos na sua relação com o interdiscurso, que se realiza o trabalho do analista.

O mal-estar social de nosso tempo, acreditam importantes autores que trouxemos ao diálogo, atende pelo nome de "depressão". Parece ser ela a chave para nomear boa parte dos males que afligem o sujeito da contemporaneidade. Este integra, hoje, uma reunião de indivíduos isolados. Que na superficialidade dos laços, na desinstitucionalização e no desengajamento social, depara-se, de forma equivalente, com a fragmentação do próprio sujeito. A precariedade dos processos de simbolização resultaria, assim, na grande incidência de perturbações psicossomáticas.

Fomos lembrados, ainda, que não há substituição sem perda. Ingênuo seria acreditar que o melancólico descrito anteriormente é, hoje, o depressivo. Os sentidos se

movimentam na constituição dos sujeitos, bem como as percepções de suas dores e sofrimentos. Muito se transformou na forma de enxergar esse ser em sofrimento, sobretudo no que diz respeito às suas potências e à sua capacidade de produção.

Se, hoje, por um lado, as conhecidas formas de estabilidade - espaço de uma ancoragem psíquica e emocional - se fragmentam e, por outro lado, pesam sobre os indivíduos todas as responsabilidades da busca por um sucesso sempre inalcançável, este se vê desamparado. A liberdade, assim como a repressão, pode ser abismal, sobretudo, quando a percepção de liberdade passa pelo entendimento de que seríamos nossa própria condução.

Pudemos observar que Clarice se difere, em relevantes aspectos, do que encontramos em nosso breve estudo lexicográfico da dor e do sofrimento. Nas obras dicionarísticas analisadas, constatamos que os sentidos de “dor” relacionam-se, primordialmente, a algo físico, que agride o corpo. Tal dor é constantemente definida como algo que se afasta do que é entendido por natural e, portanto, deve ser eliminada. Lembramos, ainda, como a descrição dessa dor vai se detalhando, se tornando cada vez mais científica e pragmática.

Diferentemente, observamos que, no discurso das crônicas de Clarice Lispector, dores, sofrimentos e angústias parecem atrelar-se tanto ao registro físico quanto ao psíquico. Ainda que as emoções sirvam de gatilho aos sofrimentos, o corpo também padece. São indissociáveis. Uma vez que tratamos do isolamento social e psíquico do sujeito, percebemos que não há como não pensar o isolamento corporal, a positividade do mal-estar, a sua atribuição a fatores físico-químicos, o que, imediatamente, permite que seu tratamento seja conferido quase que universalmente no mesmo registro, a saber, o da medicação ostensiva.

A naturalização da dor no discurso analisado é outro aspecto relevante a ser considerado, uma vez que vai contra os sentidos que encontramos nos dicionários, sobretudo, nas obras mais recentes. Se a desnaturalização da dor vai sendo cada vez mais instituída ao conferirmos a ela causas disfuncionais, Clarice resiste ao sempre lembrar, em seu discurso, que as dores fazem parte da existência. As contrações são naturais ao que é vivo. Quem não sofreu, não viveu.

A dor é habitual ao humano, sendo difícil, por vezes, compreender a alegria. Esta, ao contrário do que afirma o imperativo da felicidade, o qual parece ser o sujeito obrigado a perseguir hoje, é apenas episódica. Estaria a felicidade apenas em um “estado de graça”, expressão recorrente em nosso corpus, usada por ela para designar os momentos esporádicos no qual nos sentimos plenamente felizes. O significante “estado” já nos remete a sua não

permanência, a algo provisório. Concorde ela, assim, com a perspectiva freudiana de que a regra seria o sofrimento. A felicidade representaria, até mesmo, certo perigo, uma vez que torna os sujeitos mais egoístas e menos sensíveis à dor do outro. Também o prazer, buscado incessantemente em nossas sociedades, pode ser imposto, forçado, segundo o discurso clariceano.

Não parece, conforme o discurso, ser tão simples ou maniqueísta viver apenas em “estado de felicidade” ou em “estado de angústia”. Eles se misturam na natureza humana. Embora pareçam situar-se em campos semânticos opostos, um não exclui o outro. E o sujeito do discurso analisado demonstra ter consciência disso. E o sujeito tem ciência, ainda, que ele é “ensinado” a não sentir suas dores. Logo, senti-las seria o natural e, mais que isso, um direito legítimo, pelo qual deveríamos lutar.

Longe de cercarem-se por sentidos negativos, as dores mais significam quando pensamos em suas potências. Podem ser férteis, dar frutos, permitir o nascimento do que é novo. Relacionam-se em grande medida à coragem, à profundidade do ser. Delas, podemos retirar ensinamentos, evoluir. A dor é também vantagem, aviso, sinal.

O compartilhamento dos sofrimentos é, em diversos momentos, encorajado, pois calar-se é um castigo para quem sofre. Falar das dores - ou até mesmo gritar – serve de alívio. Poderíamos tentar relacionar tal ponto com as terapias, muito estimuladas em nossa “cultura terapêutica” e seu estímulo constante à sensação de bem-estar (VAZ, 2012). Contudo, tal maneira de compartilhamento, devemos refletir, é uma prática autorizada. A fala espontânea, a identificação e o sentimento de pertença, reforçados nos laços sociais, se perdem, em boa medida. Fechado em si, o sujeito dá voz apenas a seu silêncio.

Em Clarice, entretanto, o silêncio, que diz respeito às dores mais profundas, relacionam-se, sobretudo, ao sofrimento do outro. Não apenas a revolta e a impossibilidade de narrar as tristezas a silenciam, mas a compaixão humana também se daria no mesmo silêncio. Imploramos socorro “mudamente” e “mudamente” oferecemos e recebemos tal socorro. As dores do outro aparecem em seu discurso como mais intensas, insuportáveis até mesmo, que as próprias dores. Aquelas, sim, suscitam os sentidos de impotência.

Ela interpela esse “outro” em diversos momentos, o convida a sentir, o desafia também à ação. Daí, mais uma vez, afirmarmos que ela se encontraria no território do que Birman (2012) entendeu por sofrimento, já que suas demandas se endereçam a “um outro”. O outro está presente em tal subjetividade. Difere-se, assim, do mal-estar contemporâneo, que se caracterizaria principalmente como “dor” e não como “sofrimento”, uma vez que a sociedade não mais teria a subjetividade capaz de transformar a primeira no segundo. Na dor, a

subjetividade se fecha sobre si própria, não existindo lugar para o outro no seu mal-estar. O indivíduo restringe-se a si mesmo.

O outro é tão presente no discurso analisado que tentamos traçar uma breve construção discursiva para ele. O “outro que sofre” reflete o próprio discurso da compaixão e da solidariedade e nos leva ao “outro no qual me encontro”, que demanda que o sujeito vá além de si mesmo, descole-se de si, num exercício de pura empatia, para alcançá-lo. E, apenas ao alcançá-lo, o sujeito poderia alcançar, também, sua própria salvação, encontrar o legítimo alívio para os sofrimentos que se apresentam, diuturnamente, a todos nós.

Embora sentidos potentes e legítimos a tais dores, sofrimentos e angústias tenham sido evidenciados em nossa pesquisa, seria cedo afirmar que confirmamos nossa hipótese. Certamente, tais sentidos muito se diferem dos quais suscitamos para o sujeito da contemporaneidade, mas serão necessários estudos que se voltem especificamente para esse momento chave em que Clarice se situa. Ainda que seja evidente que se afaste de importantes e hegemônicos sentidos que configuram o sujeito hoje, seria ela tão distante dos sujeitos de seu próprio tempo? Sua reivindicação pelo direito à angústia é notória, mas podemos afirmar categoricamente que representou resistência já naquele momento?

Acreditamos ter dado um primeiro passo na busca por respostas e, até mesmo, por novos questionamentos para nossas hipóteses, próprios do campo acadêmico. Ressaltamos que o caminho proposto na análise é apenas um possível entre tantos outros que se abrem pela complexa escrita clariceana. Longe de querer empobrecer os sentidos do sofrimento trazido nas linhas autora, nossa ideia é apontar possibilidades analíticas que nos auxiliem a fazer tais sentidos emergirem.

Clarice Lispector, por meio de suas crônicas, vocalizou os traumas de sua época, explicitou as potências da dor e reafirmou seu direito de senti-la, importante testemunho que nos leva à reflexão de como se dão os processos de subjetivação de nosso tempo. Neste novo cenário, ao qual nossas atenções se voltam na atualidade, as percepções de mal-estar, risco, gravidade, vitimização, trauma se potencializam, ocasionam consequências poderosas e que merecem nossas atenções. E esta dinâmica configuração - e reconfiguração - das relações de força entre grupos sociais e relações de poder entre indivíduos, permitidas pelas ações e processos da comunicação, implica decisivamente na sociabilidade e na percepção de si dos sujeitos.

7 REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário da língua portuguesa**. v 4. Rio de Janeiro: 1943?.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ALVES, Wedencley. **O discurso da notícia: o objetivismo jornalístico e seus efeitos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós- Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

ARRIGUCCI, David. **Fragmentos sobre a crônica**. In: Enigma e comentário. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51-66.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. v 2. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Delta, 1978.

_____. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. v 5. Rio de Janeiro: Delta, 1978.

BAPTISTA, Lívia Márcia Tiba Rádis. **Autoria, discurso e sujeito: uma questão de singularidade ou originalidade**. Revista Interfaces, Guarapuava, v. 2, n. 2, dez. 2011, p. 22-30.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARRETO, Ivana Mendes Cardoso. **Clarice: o diálogo com os leitores nas crônicas do JB**, 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BIRMAN, Joel. **Dor e sofrimento num mundo sem mediação**. In: Estados Gerais da Psicanálise: II Encontro Mundial, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **O mal-estar na atualidade: a psicanálise e novas formas de subjetivação [da pós-modernidade]**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **O sujeito desejante na contemporaneidade.** In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre, 2005. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: anaisdosead.com.br/2SEAD/CONFERENCIA/JoelBirman. Acesso em 19 out. 2016.

_____. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BORELLI, Olga. **Clarice Lispector: esboço para um possível retrato.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

CANDIDO, Antonio. **A vida ao rés-do-chão.** In: ANDRADE, Carlos Drummond et al. Para gostar de ler. São Paulo: Ática, 1984. v. 5, Prefácio.

CASTELLO, José. **Crônica, um gênero brasileiro.** Disponível em http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=228&titulo=Cronica_um_genero_brasileiro. Acesso em 8 de out. de 2017.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Autonomy: aspiration, or condition,** 2010. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Autonomy-Aspiration-or-Condition.html>. Acesso em 13 de out. de 2017.

CONY, Carlos Heitor. **A crônica como gênero e como antijornalismo.** *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 16 de outubro de 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq16109815.htm>. Acesso em 13 de out. de 2017.

COSTA, Maria de Fátima. **...Da solidão e da condição...** por uma antropologia da solidão: uma abordagem a partir de Clarice Lispector e Martin Heidegger. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Teoria da Literatura, Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos: Ufscar, 2009.

_____. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

COUTINHO, Afrânio. **Ensaio e crônica.** In: COUTINHO, Afrânio (Dir.); COUTINHO, Eduardo (Co-dir). *A literatura no Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói (RJ): Editora da UFF, 1986. v. 6, p. 117-143.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIMAS, Antônio. **Ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo?** *Revista Littera*, Rio de Janeiro, n.12, p.46-51, set./dez. 1974.

DUNKER, Christian. **Reinvenção da intimidade – políticas do sofrimento cotidiano.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

EHRENBERG, Alain. **La fatigue d'être soi: depression et société.** Paris: Editions Odile Jacob, 1998.

_____. **La société du malaise.** Paris: Editions Odile Jacob, 2012.

_____. **Society of discontent or discontent in society?** A response to Robert Castel, 2010. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Society-of-Discontent-or.html>. Acesso em 19 out. 2016.

FARIAS, Emília Maria Peixoto. **Uma breve história do fazer lexicográfico,** Revista Trama, v. 3, n.5, 2001.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso.** Organon, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 17-34, jan./jun. 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Novo Aurélio Século XXI : o dicionário da língua portuguesa.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A reforma do Jornal do Brasil.** In: ABREU, Alzira Alves de (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Vilma Moreira. **A contribuição do Caderno B do Jornal do Brasil durante o período de repressão política do regime militar.** In: 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), Niterói, 2008. **Anais...** Niterói: UFF, 2008.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa.** v 2. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa.** v 5. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

FREUD, Sigmund. **Interpretação dos sonhos.** Rio de Janeiro: Imago, 2001.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Hermenêutica do sujeito:** curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3ª edição.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2012.

- _____. **História da sexualidade, 2: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 2009. 13ª ed.
- _____. **História da sexualidade, 3: cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **O nascimento da clínica.** São Paulo: Forense Universitária, 2001b.
- _____. **O que é um autor?** Tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega/Passagens, 1992.
- _____. **Vigiar e Punir: O nascimento das prisões.** Petrópolis: Vozes, 2008.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia.** In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira (vol. XIV, pp. 271 -295). Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. **O mal-estar na civilização.** In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira (vol. XXI, pp. 75 -174). Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FRÓES, Marli Silva. **A autoria, a paixão e o humano em Clarice Lispector.** Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.
- FURLANETTO, Maria Marta. **Literal/Metafórico: um percurso discursivo.** In: Linguagem em (Dis)curso, Programa de Pós-Graduação em Ciências das Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, v.10, n.1, jan./abr. 2010.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole.** Rio de Janeiro: Record, 2007.
- _____. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.
- HAROCHE, Claudine. **A condição sensível: Formas e Maneiras de Sentir no Ocidente.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. 2ª edição.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. **Por uma abordagem discursiva da metáfora.** 1996. 113 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) - Curso de Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- KEHL, Maria Rita. **A melancolia em Walter Benjamin e em Freud.** In: III Seminário Internacional Políticas de La Memoria, Buenos Aires, 2010. **Anais eletrônicos...** Centro Cultural de La Memoria Haroldo Conti, Buenos Aires, 2010. Disponível em: conti.derhuman.jus.gov.ar/2010/10/mesa-42/khel_mesa_42.pdf. Acesso em 19 dez. 2016.

KLÔH, Suzana de Sá. **Clarice Lispector e o narrar-se**. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

LACAN, Jaques. **O simbólico, o imaginário e o real**. In: Nomes-do-pai (pp. 9-53). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco; 1999.

MANNARINO, Ana de Gusmão. **Amilcar de Castro e a página neoconcreta**. 2006, 147 fls. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: A Saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (Understanding media). 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

MORAES SILVA, Antonio de. **Dicionário da língua portuguesa**. V 1. 8ª ed. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1889.

_____. **Dicionário da língua portuguesa**. V 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1889.

NEVES, Teresa Cristina da Costa. **Comédias de uma vida arriscada: risco e riso na crônica brasileira contemporânea**. Tese. (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

NOLASCO, Edgar César. **Restos de ficção: a criação biográfico-literária de Clarice Lispector**. Revista Em Tese, Belo Horizonte, v. 8, p. 75-82, dez. 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NOTO, Carolina de Souza. **A recusa do transcendental: estudo sobre filosofia crítica de Foucault**. Tese. (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade de São Paulo, 2014.

NUNES, José Horta. **Lexicologia e lexicografia**. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mónica (Orgs). *A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Análise de Discurso e seus entremeios**: notas a sua história no Brasil. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n.42: 21-40, jan.jun.2002.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **O sujeito discursivo contemporâneo**: um exemplo. In: II SEAD -Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre, 2005. **Anais eletrônicos...** UFRGS: Porto Alegre, 2005.

OTA, Nilton Ken. **Breve inventário francês do sofrimento social**. Psicologia USP, 2014, v. 25, n° 1, p. 51-62.

PAIVA, José Ferreira. **Trajétoria histórica do Jornal do Brasil**. Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Midiáticas Intermídia. Alagoas, vol. 1 n. 2 – jan/jun. 2008.

PAVEAU, Marie-Anne. **Memória, des-memória, a-memória**: quando o discurso volta-se para seu passado. In: EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.5, p.137-161, dez. 2013. Disponível em: www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista5/eidea5-09.pdf. Acesso em 10 jul. 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica à reafirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RABINOW, Paul; ROSE; Nikolas. **O conceito de biopoder hoje**. Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais, n° 24, abril de 2006, p. 27-57.

RIBEIRO, Karla. **O sofrimento na filosofia de Schopenhauer**. Florianópolis, Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. Disponível em: www.academia.edu/4738819/O_sofrimento_na_filosofia_de_Schopenhauer. Acesso em 15 dez. 2016.

RIBEIRO, Victor Augusto Menezes. **Clarice Lispector nos limites da crônica literária**. Crátulo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, Unipam, 5(2), p. 121-131, 2012.

ROBALINHO, Marcelo. **Para além dos riscos**: uma análise do livro *Sociedade de risco*. In: RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde, 8 (1), p. 53-55, mar. 2014. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/509/1156. Acesso em: 20 nov. 2016.

RODRIGUES, João Carlos. **Prefácio**. In: DO RIO, João. Vida Vertiginosa. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ROSENBAUM, Yudith. **As metamorfoses do mal em Clarice Lispector**. Revista USP, São Paulo, n.41, p. 198-206, mar./mai. 1999.

RUDGE, Ana Maria. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RUFFATO, Luiz. **A permanência da crônica**. Rascunho, edição 120, janeiro de 2012. Disponível em <http://rascunho.com.br/a-permanencia-da-cronica/>. Acesso em 15 dez. 2016.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. **Machado de Assis: a crônica no jornal / o jornal na crônica**. In: GT “História da Mídia Impressa”, II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2004.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Crônica do vovô**. O Globo, Rio de Janeiro, 13 ago. 2012. Segundo caderno, p. 10.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: Unesp, 2005.

SIQUEIRA, Jessica Camara. **Análise lexicográfica de dicionários da ciência da informação**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.9, n.1, jul./dez. 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOUSA, Carlos Mendes de. **Clarice Lispector - Figuras da Escrita**. Rio de Janeiro: IMS, 2012.

VAZ, Paulo. **Risco e Justiça**. In: Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra. Tereza Cristina Barreto Calomeni (org). Campos, RJ: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004. p. 101- 131.

_____. **A vida feliz das vítimas**. Textos da Eco. 7 de dezembro de 2014. Disponível em <https://textosdaeco.wordpress.com/2014/12/07/a-vida-feliz-das-vitimas/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

VERDELHO, Telmo. **O dicionário de Moraes Silva e o início da lexicografia moderna**. Atas do encontro História da Língua e História da Gramática, Braga, Universidade do Minho, 2003.